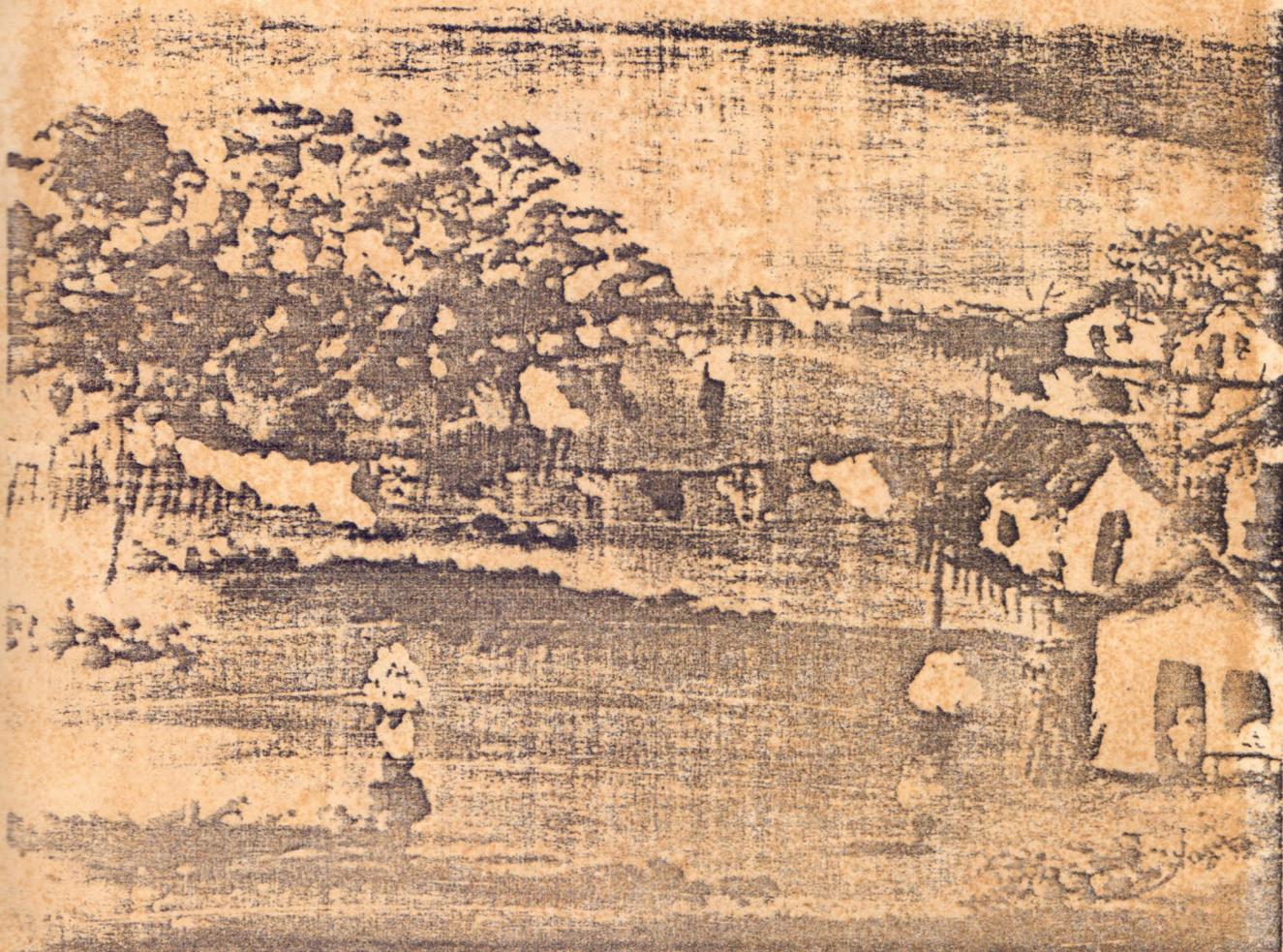


BH/UFC



Naza 79 ce.

BH/UFC

TRABALHO DOMÉSTICO E EMPREGO DOMÉSTICO: DUAS FACES DO "CATI-  
VEIRO" FEMININO - DONAS DE CASA E EMPREGADAS DOMÉSTICAS EM  
FORTALEZA, 1979

BH/UFC

ZAIRA ARY FARIAS

---

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA A COORDENAÇÃO DO  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO  
PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE  
MESTRE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FORTALEZA - 1980

Aos meus queridos

Inácio

Amín

João Batista

e

Saulo

A minha mãe Neusa, a Martinha e  
demais irmãos, parentes e amigos

A meu saudoso pai Aziz

## AGRADECIMENTOS

A dissertação, que ora apresento ao Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, da Universidade Federal do Ceará, exprime basicamente um enorme esforço pessoal, que fiz para realizá-lo, em condições nem sempre favoráveis.

Com meu "jeito" apaixonado, tentei contribuir, através deste estudo, para o conhecimento da situação em que *vivem trabalhando* muitas mulheres brasileiras - heroínas ocultas - as empregadas domésticas.

A tarefa, que me propus, não teria sido possível realizar sem a colaboração de inúmeras pessoas, que de diversas formas participaram na elaboração deste estudo, a quem manifesto meu sincero reconhecimento, eximindo-as, naturalmente, de responsabilidade por quaisquer lacunas ou falhas - que são minhas.

Meu primeiro agradecimento às empregadas domésticas e patroas, que responderam às entrevistas e questionário da pesquisa.

Agradeço, nominalmente, ao professor orientador Eduardo Diatay Bezerra de Menezes todo o estímulo amigo que tem me dado, não só para este trabalho, mas para toda a minha vida universitária. Meu agradecimento também aos demais componentes da banca, professora Teresa Maria Frota Haguette e ao professor Raimundo Hélio Leite.

Meu reconhecimento ao apoio recebido dos chefe de Departamento de Ciências Sociais e Diretor do Centro de Humanidades (Agamenon Bezerra, Terezinha Alencar Cunha, Heitor Faria Guilherme) - e em especial ao amigo Edgar Linhares.

Com o risco de alguma omissão, quero registrar e reconhecer o interesse e apoio de amigos e colegas do Mestrado, do Departamento e da Universidade, como Hélène, Isolda, Mirtes, Renate, Silvia, João Pompeu, Elza, Reinaldo, Maria Luiza, Orozimbo, Agamenon Almeida, Zélia Roquayrol e María Luján.

Especial agradecimento pela colaboração dos estudantes que entrevistaram (Selma, Teresa, Marlene, Lidia), que copiaram fitas-cassete e datilografaram entrevistas (Isabele, Verônica, Iramar, Cleide, Alder, Martinha, Juracy, Marta Lopes, Ivolete).

Devo agradecer ainda o apoio financeiro recebido da Fundação Carlos Chagas; à boa vontade da direção da Escola N.S. Aparecida, que tornou possível o "levantamento exploratório"; aos incentivos dos professores Neuma Aguiar, Roberto Machado e Mireia Soares.

Agradeço a colaboração e a eficiência de funcionários da UFC e dos datilógrafos Celda, Zefinha, Nilde e Antonio Braga, e Neuza Maria.

Particular agradecimento a Antonieta, Lourdes, Francisca e Maria Luiza. Agradecimento também a Kiko e tia Adelina.

Uma homenagem saudosa aos colegas Luis Gonzaga e Bebete.

"É uma coisa tão boa (esta pesquisa). Mas seria maravilhoso se esta pesquisa fosse um meio de acabar com esta história de emprego doméstico."

(Uma empregada doméstica-estudante, Fortaleza, 1978)

"... e hoje nós não sabemos ainda se a vida cultural pode sobreviver com o desaparecimento dos domésticos."

(A. BESANÇON: Être russe au XIX<sup>e</sup> siècle)

"... Não é tão fácil fugir, pelo espírito, de uma situação concreta, recusar sua ideologia, continuando a viver em suas relações objetivas..."

(ALBERT MEMMI: Retrato do Colonizado precedido pelo retrato do Colonizador)

"Une thèse est à mes yeux une œuvre humaine plus encore qu'une œuvre intellectuelle."

(Emmanuel MOUNIER)

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	1
1 - INTRODUÇÃO .....	5
1.1 - Emprego doméstico: especificidades de uma relação social .....	5
1.2 - Idéias diretivas da pesquisa .....	23
1.3 - Levantamento empírico: A amostragem e a coleta de dados .....	35
1.4 - Primeiros resultados: Características das patroas e das empregadas entrevistadas .....	44
2 - O EMPREGO DOMÉSTICO NO CONTEXTO NACIONAL E REGIONAL (NORDESTINO) .....	56
2.1 - O Emprego doméstico no "Modelo Brasileiro de Desenvolvimento". Características do Setor Terciário .....	56
2.2 - O Emprego doméstico e o Nordeste brasileiro: A pobreza urbana de Fortaleza .....	78
2.3 - O Emprego doméstico como estratégia de sobrevivência .....	101
3 - A SITUAÇÃO DAS MULHERES NA SOCIEDADE DE CLASSES: O VALOR SOCIAL DO TRABALHO DOMÉSTICO .....	134
3.1 - O Valor econômico-social do trabalho doméstico .....	134
3.2 - Donas de casa de Fortaleza e a divisão sexual do trabalho .....	174
4 - A DOMINAÇÃO E A SUBORDINAÇÃO NA RELAÇÃO PATROA-EMPREGADA .....	195
5 - CONCLUSÕES .....	222
6 - ANEXOS .....	224

## APRESENTAÇÃO

A existência, em nosso contexto social, de empregadas domésticas, isto é, *mulheres pobres* trabalhando nas "casas de família", foi para nós, de longa data, uma das contradições sociais mais imediatamente incômoda à consciência - consciência que se elabora gradualmente, a partir de nossa inserção de *classe social* e *inserção feminina*, na sociedade em que vivemos. A nível de experiência pessoal, essa presença de empregadas domésticas em nossa vida quotidiana, desde a mais tenra idade, possivelmente foi um dos fenômenos mais próximos que nos possibilitou a tomada de consciência das desigualdades sociais que caracterizam inúmeras sociedades e no caso particular, a sociedade brasileira.

Pouco a pouco, percebemos que há *lugares sociais*, com *limites de poder* mais ou menos nítidos, para cada indivíduo, seja ele *masculino* ou *feminino*, seja *rico* ou *pobre*. Esse tipo de percepção, de fundamento sociológico, nos "encaminhou" para a formulação de certas indagações - comuns a sociólogos -, tais como: - Por que estão socialmente tão diferenciadas as pessoas numa mesma sociedade? - Como se articulam as posições sociais que elas ocupam? - Como se reproduzem historicamente as condições para a permanência desse "estado de coisas"?...

Partindo então de uma inquietação antiga, recentemente elaboramos um *projeto de pesquisa*,<sup>1</sup> que deu origem à presente dissertação.

Tendo elaborado tal projeto e estando, portanto, atenta a esse tema "incômodo" - *empregadas domésticas* - qual não foi nossa surpresa ao perceber que esse "incômodo" era generalizado em nosso meio social e em diversos países.

Assim, começamos a constatar que esse assunto era tema tanto da conversação mais comum de algumas donas de casa brasileiras - as chamadas conversas "cri-cri" (crianças e "criadas") - como tema de humor, veiculado na linguagem oral e nos meios de comunicação de massa, em que a "empregada", através de piadas, é quase sempre debochadamente apresentada como "objeto" sexual.<sup>2</sup> Finalmente, verificamos que o assunto é tema relativamente freqüente de notícias, artigos, estudos, pesquisas, livros - em que o "incômodo" muitas vezes assume ou-

---

<sup>1</sup>ARY FARIAS, Zaira - Mão de obra feminina nos serviços de consumo individual; um estudo de empregadas domésticas em Fortaleza. Fortaleza, UFC, 1978. (Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, maio 1978).

<sup>2</sup>Honrosa exceção foi a novela 'Sem lenço, sem documento', de Mário Prata, (transmitida pela Rede Globo de Televisão), que focalizou a vida de quatro irmãs nordestinas, que migraram para o Rio de Janeiro, onde se empregaram como "domésticas". O autor recebeu de Pernambuco um manifesto, com noventa e oito assinaturas, que dizia: - "... Protestamos violentamente contra a tentativa ignorante e maldosamente prejudicial que coloca, numa novela de horário nobre, uma gama de marginais, ladras, escórias da sociedade. De pessoas sem instrução, vindas de Olinda, que nada mais que 'domésticas' ou 'desqualificadas' podem vir a ser no sul, como se sô isso pudéssemos exportar, mantendo lá fora a imagem de um subdesenvolvimento inexistente". (VEJA de 19 de outubro de 1977).

tra conotação: a denúncia de mais uma injustiça social, camuflada, esquecida, mas ainda fortemente presente no contexto brasileiro atual e, em especial, no contexto nordestino.

Na Introdução (1) deste trabalho partimos de uma revisão bibliográfica sobre a condição histórica da empregada doméstica, que vivencia no trabalho, uma situação especial de subordinação a pessoas da classe dominante, no âmbito da vida familiar. Procuramos ainda no segundo tópico desta Introdução, apresentar um modelo de explicação da realidade empírica a partir da idéia geradora do trabalho - estabelecida no Projeto de Pesquisa já mencionado - que serviu de fio condutor de nosso estudo, a nível teórico e empírico.

O *emprego doméstico* é examinado no item 2, como estratégia de sobrevivência de mulheres nordestinas pobres, realizada no contexto urbano de Fortaleza, que por sua vez se acha inserido nos contextos regional e nacional "desenvolvimentista", modelo histórico de transformação social gerador de inúmeras contradições, tais como, o aumento da distância social entre "pobres" e "ricos" e a dependência "funcional" entre essas camadas, no processo de produção da existência social.

No item 3, situamos a problemática da desvalorização do *trabalho doméstico* (produção de serviços) e a dependência da mulher de classe média e alta da "substituta", empregada doméstica.

Finalmente, no último item (4), examinamos a for-

na que toma a dominação-subordinação na relação patroa-empregada, especialmente em Fortaleza.

## 1 - INTRODUÇÃO

### 1.1 - Emprego Doméstico: Especificidades de uma Relação Social

Estudamos, nesse trabalho, uma categoria social ocupacional, predominantemente feminina, que vivencia diariamente no emprego — "emprego" doméstico — um tipo especial de relação social. Estruturalmente essa relação social de *dominação-subordinação* torna ao mesmo tempo *muito próximos* patrões e empregadas (patroa-empregada) de condição social *muito desigual*, caracterizando-se por isso, politicamente como uma relação injusta e intrinsecamente *violenta*. A violência implícita nessa relação ordinariamente é mantida sob controle, por mecanismos de dominação e cooptação, característicos da "ordem" autoritária (paternalista inclusive), podendo no entanto eclodir em conflitos manifestos, dos mais simples aos mais complexos, como teremos oportunidade de comentar posteriormente, neste trabalho.

Como dizia a introdução de uma reportagem<sup>3</sup> sobre a empregada doméstica:

"... para muita gente que não pode passar sem a sua ajuda, ela é uma "simples serviçal". Empregada é uma figura obrigatória nos lares das classes média e alta, no Brasil... - Empregada é aquela pessoa que não tem nome. Ou é sempre a 'Maria' dos muitos empregos". Ou é sempre "a minha empregada"..."

Ou como diriam ainda Guiral e Thuillier<sup>4</sup> examinando esse assunto na França do século XIX:

"a domesticidade pertence àquilo que vai por si, àquilo que está aí desde toda a eternidade, àquilo que não se diz, ao quotidiano invisível; a subordinação total da serva é de certa forma ocultada, esquecida..."

Acrescentam esses historiadores franceses que:

"a obscuridade dos trabalhos domésticos, esta trama do quotidiano sempre renovada, explica certamente o desdém do historiador (menos o da historiadora) por esta categoria social que toca de uma só vez aos mais ricos e aos mais pobres (...) a história da condição feminina - da qual a história das servas faz parte, - nunca foi seriamente apreendida..." (Tradução nossa)

<sup>3</sup>EMPREGADA doméstica: 'a beira da vida?' in: Família Cristã, São Paulo. 44(506) fev. 1978, p. 20.

<sup>4</sup>GUIRAL, P. & THUILLIER, G. - La vie quotidienne des domestiques en France... au XIX e Siècle. Paris, Hachete, 1978, pp. 16-17.

Assim como os autores acima citados, Anne MARTIN-FUGIER examinou recentemente o mesmo assunto na França<sup>5</sup>, relacionando também a "doméstica" com a dona de casa:

"... falar da "doméstica", é que este personagem aparece como uma entidade no imaginário burguês. A existência da doméstica é também o lugar que ela ocupa no universo fantasmagórico que se desdobra em torno dela. No imaginário burguês, a "doméstica" é uma das representações da mulher no seio da família, a outra sendo a dona da casa ("maîtresse de maison). Dois pólos inseparáveis, pois é entre eles que se opera a repartição dos papéis, do corpo e da carne(...) Não há muitas "domésticas" hoje, em bora haja "faxineiras" ("femmes de ménage"). Mas, se a doméstica que compartilha a vida de uma família frequentemente desapareceu da vida como da literatura, seu personagem fantasmagórico não se esvaneceu, pois ele mora em alguma parte no corpo de cada mulher. "Eu não sou tua empregada": qual mulher, num momento de exasperação não lançou esta exclamação no rosto de seu companheiro ou de seus filhos? (...) Em cada uma de nós coexistem a empregada incarnada e, por isso mesmo, destinada à sujeira, e a mãe intocável. Como não se sentir dilacerada por esta dicotomia? A doméstica é também o inconsciente da dona de casa". (Tradução nossa).

Ainda do exterior, recebemos a notícia de uma novela de Roma Mahieu, sobre o mundo das empregadas domésticas:

"são seres humanos obrigados a viver numa distorção permanente. Elas são ligadas artificialmente a um grupo social que se menospreza, usa e humilha, para manter seu próprio inseguro sentimento de segurança".<sup>6</sup>

<sup>5</sup>MARTIN-FUGIER, Anne - La Place des Bonnes; la domesticité féminine à Paris en 1900. Paris, Grasset & Fasquelle, 1978, pp.9-11.

<sup>6</sup>MAHIEU, Roma - Diário Íntimo de Odolinda Correa. Buenos Aires.

Sobre a especificidade desta relação de dominação-subordinação escreveu, com muita propriedade, Memmi,<sup>7</sup> ao analisar a condição do doméstico a partir do conteúdo de um filme inglês, de Pinter e Losey - "The Servant". Para compreender a mensagem do filme, salienta Memmi, -

*"que não há outra solução senão voltar-se ainda para a condição doméstica, naquilo que provavelmente ela tem de específico: a alienação do doméstico é aquela em que o desejo de identificação com o senhor é, ao mesmo tempo, mais intenso e mais contrariado(...) Esta esperança e esta decepção constante, este sentimento de estar o mais próximo possível e, no entanto, infinitamente longe, criam um estado de tensão insuportável..." (Tradução nossa)*

Apesar de lembrar que a vida do doméstico é menos miserável do que a de outros pobres, Memmi salienta que ele é atingido de uma outra pobreza: "é o pobre mais *dependente* de todos os pobres; num sentido, o criado é talvez o pobre perfeito (...) um traidor da condição comum dos pobres".

A imagem da condição da doméstica na França foi ainda analisada, recentemente, por Irene Pennachionni,<sup>8</sup> numa críti-

<sup>7</sup> MEMMI, Albert - *Le Domestique*. in: *L'Homme Dominé*. Paris Payot (PBP) 1973. p. 173-193. Neste livro MEMMI analisa o "problema" do negro, do colonizado, do proletário, do judeu, da mulher e do doméstico como figuras do oprimido de nossa época, denunciando o racismo que lhe parece o símbolo e o resumo de toda opressão. O assunto é também examinado na peça teatral de JEAN GENET - "As criadas". Lisboa, Presença, 1972.

<sup>8</sup> PENNACCHIONI, Irène N. - Hagiographies et parodies dans le récit en images; de l'imagerie populaire a la bande dessinée en France. Paris, 1978. (Thèse de Doctorat de Troisième Cycle - Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales) (mimeo.).

ca do conteúdo ideológico de "Bécassine", como arquétipo da serva. "Bécassine" é um personagem de história infantil para meninas francesas (futuras patroas?!), que circula na França, desde 1906.

Explica a autora que -

*"Bécassine exhibe conteúdos escandalosos: o estado de uma serva elevado à nobreza de uma vocação, um amor dos patrões que confina à devoção, um respeito da hierarquia social tradicional e da aristocracia em decadência que lhe faz criticar os novos ricos, o estilo moderno e os sindicalistas, um patriotismo e uma pretensão ao cômico (...) E' uma edificação ilustrada por um personagem sempre sacrificado, heroicamente humilde (...) Bécassine é aquilo que ela é, alguém da revolta ou da resignação (...) Bécassine fala dela mesma como se falasse de outra pessoa (dissociação) (...) não sabe mais quem ela é: "besteira" insondável ou "bondade" sublime (...) o amor, o desinteresse, sua propensão quase religiosa para servir, canonizam a servidão, salvando-a da 'servilidade' (...) E' a conversão do doméstico em herói da servidão (ideal burguês)(...) Ela interiorizou sem esforços, nem combates, como que naturalmente a lei (a voz) dos patrões (...) Ela se situa fora das normas "democráticas" de Justiça e de Igualdade (...) a promessa de Bécassine: servir eternamente."*

Conclui a autora sobre o conteúdo da fábula: a tragédia da criança - o irremediável do destino...

No Brasil dos anos sessenta, a condição da empregada doméstica é de certa forma retratada num poema de Ferreira Gullar,<sup>9</sup> que descreve os sofrimentos, vida e morte de uma jo-

<sup>9</sup>GULLAR, Ferreira - Quem matou Aparecida? in: HANNER, June - A mulher no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. pag. 127-138.

vem favelada do Rio de Janeiro, que se tornou "doméstica". A história narrada pelo poeta - vida na favela, "emprego" de ba\_bá, sedução do patrão, prisão, gravidez, aborto, prostituição, casamento, e, enfim, a tragédia (prisão e desaparecimento do marido operário, suicídio...) - não é uma história singular de 'Aparecida'. Muitas outras moças pobres têm tido a mesma "sorte", ou algo semelhante ao itinerário trágico de 'Aparecida'.

Deve-se acrescentar que, em nosso país, há uma forte presença de mulheres de cor - pretas e mestiças - no contingente de mulheres "disponíveis" para o emprego doméstico, conforme têm ainda observado vários estudiosos como veremos logo mais. A nosso ver, isto implica em novos itens agravantes da condição tradicional do(a) doméstico(a), tal como expusemos até aqui, sobretudo pelo acréscimo da discriminação racial que sofrem os negros em nossa sociedade.

Nice Rissone<sup>10</sup> ao se perguntar - "quem libertou a mulher negra?" - escreve que:

*"não seria anti-histórico nem melodramático afirmar, num rápido esboço sobre a mulher negra e mestiça, que ela suportou e suporta ainda uma das situações mais penosas dentro de nossa organização social. Destaca-se da história da mulher brasileira, em geral, e do povo brasileiro, também, pelo maior volume de problemas que teve e tem de enfrentar, pelo dramático que significou e ainda significa a sua*

---

<sup>10</sup>RISSONE, Nice - Quem libertou a mulher negra? CADERNOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro. (47): 139-48, maio/jun.1968.

quase total ausência de perspectivas individuais e sociais (...) Nos áureos tempos da escravidão, a mucama, a criada do sobrado e a mulher do eito eram negras e mestiças. Eram funções vis, tidas como desprezíveis para a mulher branca. Só mais tarde, com a pauperização dos centros urbanos e do campo, é que a mulher branca se viu envolvida nesta forma de ganhar a subsistência. Como escrava, a mulher de cor foi o grande esteio da mulher branca (...) a escrava de cor criou para a mulher branca das casas grandes e das casas menores, condições de vida amena, fácil e na maior parte das vezes ociosa. Cozinhava, lavava, passava a ferro, esfregava de joelhos o chão das salas e dos quartos, cuidava dos filhos da senhora e satisfazia às exigências do senhor..."<sup>11</sup>

Jurandir F. COSTA<sup>12</sup> analisando o papel da Medicina na passagem "da família colonial à família colonizada" se refere aos fatores que contribuíram para afastar os negros dos serviços caseiros:

---

<sup>11</sup>DEBRET, Jean Baptiste - Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. São Paulo, Martins, Ed. Univ. de São Paulo, 1792. 3v. Debret, artista francês que morou no Brasil nos reinados de D. João VI e Pedro I publicou entre 1834 e 1839 o resultado de suas observações da vida e da história brasileiras na obra Voyage Pittoresque et Historique au Brésil. Ai encontramos registrada a posição hierárquica ocupada pelos escravos domésticos na família brasileira da época, nas pinturas (pranchas 5,6,7) e nos respectivos textos explicativos do autor, que procura retratar: "um funcionário a passeio com sua família" (prancha 5) "uma senhora brasileira em seu lar" (prancha 6); e "o Jantar no Brasil" (prancha 7) pag. 126/140. Encontramos ainda inúmeras informações sobre a escravidão doméstica no Brasil colonial em EXPILLY, C. - Mulheres e Costumes do Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, 1977 (Brasíliana, 56).

<sup>12</sup>COSTA, Jurandir F. - Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro, Graal, 1979. p. 124,125.

"A presença constante e numerosa do escravo na casa, especialmente quando a serviço das crianças, reduzia a sanidade da família. Antes peça indispensável ele tornava-se agora número indesejável. Sua existência, até então sinal de conforto, convertia-se em ameaça de doença. Essa versão médico-política do escravo coincidia com o movimento econômico que tendia a suprimi-lo da cena social. Com efeito, o hábito de ter escravos no serviço doméstico foi sendo dificultado pelas mudanças econômicas e culturais por que passava o Brasil. Desde a extinção do tráfico negreiro os escravos tornavam-se mais caros e mais difíceis de obter. A família adaptava-se mal a esta situação. Habituada, desde muito, a depender do trabalho servil mostrava sua inépcia em acompanhar a evolução social. A higiene, apontando o escravo como um mal, reforçava a ordem econômica, ensinando a família a prescindir dele. Transformando a necessidade em virtude, os médicos tornaram o inevitável, desejado."

Este autor acrescenta ainda uma interpretação histórica para a entrada de mulheres brancas na prestação de serviços domésticos, enriquecendo a observação de Nice Rissone, acima mencionada:

"Culturalmente, a renovação européia dos costumes também recebeu apoio semelhante. Os europeus recém-chegados ao país tinham em comum com os brancos nativos o mesmo desprezo para com os negros. Mas, além disso, trouxeram consigo a repulsa e a intolerância ao convívio próximo com eles. O tipo de preconceito racial existente na Europa não suportava com a mesma facilidade brasileira o contato com negros e mestiços. Este fator, somado à ideologia filantrópico-liberal que reprovava a escravidão, afastou o negro dos serviços das casas. Depois de D. João, a exclusão dos escravos do serviço doméstico tornou-se índice de bom-tom e de costumes civilizados. As famílias de primeira linha, aristocratas portuguesas e burgueses estrangeiros, só admitiam serviços brancos. Os brasileiros, levados a competir em prestígio e enobrecimento de modos com os europeus, começa

ram a dispensar seus negros e a contratarem preceptoras e governantas estrangeiras encarregadas de civilizarem seus moços, educarem seus filhos, europeizarem suas casas. A proximidade com os escravos diminuiu, quando não foi evitada."

No entanto para Nice Rissone, depois da Abolição,

"... a maioria (das mulheres negras) continuou relegada à sua condição de servilismo de escrava ou à situação de falta de perspectivas das serviçais e domésticas das cidades (...) Contribuiu, com a humildade de seus serviços, para a emancipação da mulher branca. A grande indústria e a organização de classes que esta engendrou fez desaparecer, em breve, o modelo tradicional da mulher caseira e inteiramente dedicada à família<sup>13</sup>. A evolução cultural brasileira e o empobrecimento gradativo das antigas famílias abastadas levaram a mulher de classe média, também, aos bancos das escolas e das universidades, às repartições públicas e a quase todas as atividades antes exercidas apenas pelo chefe da família. A mulher negra, a 'empregada', a 'babá' possibilitou e possibilita hoje a emancipação econômica e cultural da patroa, em cidades como a nossa (Rio), em que a organização de serviços coletivos como creches é precária. E mesmo nas famílias que conservaram a organização tradicional da divisão de serviços entre o marido e a mulher, quem, em geral, executa as tarefas que caberiam à dona de casa é a mulher de cor, ainda hoje predominante na prestação de serviços domésticos..."

As observações acima feitas por Rissone, sobre a dependência que as mulheres brasileiras de classe média-alta têm do "serviço" de empregadas domésticas, coincidem com uma das

<sup>13</sup>Sobre o aparecimento deste "modelo" de mulher caseira no Brasil, no século XIX, analisou minuciosamente, ainda Jurandir F. COSTA, em seu trabalho acima citado, contrapondo "a mãe higienica - amante dos filhos, aliada dos "médicos" ao "pai higiênico" tipo machão, no casal disciplinado.

questões fundamentais que orientam nosso estudo, como veremos adiante.

Ainda a respeito da questão do componente *cor da pele*, associado a "emprego" doméstico, encontramos valiosas referências em outros autores. Roger BASTIDE<sup>14</sup>, por exemplo, refere-se à importância da emancipação da mulher de cor "das exigências do machismo de seus esposos ou amantes e das ideologias políticas que a submetem a uma tríplice dominação, de raça (ela é negra), de classe (ela pertence aos estratos mais baixos da sociedade) e de sexo (regime patriarcal)". Este autor refere-se também à presença quase obrigatória da mulher de cor no emprego doméstico, citando autores brasileiros, como Florestan Fernandes e Nice Rissone.

Gorender<sup>15</sup> recentemente abordou a questão dos escravos domésticos, no âmbito do "escravismo colonial", lembrando que, no regime escravista, os criados tinham de ser escravos. Segundo este autor, apoiado em observações de Vilhena, "os portugueses chegados ao Brasil como criados e criadas, cedo se davam conta que isso era aqui ocupação de negros e mulatos,

---

<sup>14</sup>BASTIDE, Roger - *La femme de couleur en Amérique Latine*. In: *L'Homme et la Société*. Paris (31/32): 51-71. jan./jun. 1974.

GONZALEZ, Leila - *Qual o lugar da mulher negra na força de trabalho?* (apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro. 23-26 de novembro de 1978). (mimeo.)

<sup>15</sup>GORENDER, J. - *O Escravismo Colonial*, S. Paulo, Ática, 1978. Fazem ainda referência a este assunto STEIN, S.d. e STEIN, B, H - *A Herança Colonial da América Latina - Ensaios de Dependência Econômica*, Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1976 p. 136.

recusando-se a continuar no serviço doméstico". Lembra ainda Gorender que "bem mais tarde, Expilly escreveu que os negros livres rejeitavam terminantemente o emprego de criados. Seriam equiparados aos escravos se aceitassem ocupação socialmente tão aviltante".

Podemos destacar das observações dos dois últimos autores citados, uma das questões que vai nos ocupar posteriormente - o problema do "valor" social do trabalho doméstico, associado à condição feminina em geral e, à situação da empregada doméstica, de modo especial. Rissone se refere a trabalho doméstico como "funções vís" e Gorender, à "ocupação socialmente aviltante".

O assunto "*emprego*" doméstico, enfim, tem estado algumas vezes na "ordem do dia" nacional, na última década.

Tudo indica que a parcial legalização dessa ocupação suscitou um certo acréscimo de interesse pelos problemas que a envolvem.

A profissão de empregado doméstico foi regulamentada no Brasil pela Lei nº 5859, de 11/12/1972 e pelo Decreto nº 71.885, de 09.3.1973.

Segundo Saffiotti<sup>16</sup> - "a legislação atual regula as

---

<sup>16</sup> SAFFIOTTI, H.I.B. - Emprego Doméstico e Capitalismo, Petrópolis, Vozes, 1978. Esse é um trabalho pioneiro publicado no Brasil sobre o assunto. Trata-se de um ensaio teórico, que se apoia em base empírica - uma pesquisa realizada na cidade paulista de Araraquara. Em um sub-título, Saffiotti analisa a "Situação legal da empregada doméstica no Brasil" - (p.p. 36/42). Comentaremos este trabalho posteriormente.

condições de admissão ao emprego e o direito a 20 dias de férias remuneradas correspondentes a cada período de doze meses ininterruptos de prestação de serviços a um mesmo empregador; confere a este tipo de trabalhador a qualidade de segurado obrigatório da previdência social, garantindo-lhe todos os benefícios e serviços da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26.8.1960)".

Presentemente, os aspectos legais da questão voltam a ser debatidos, timidamente, em âmbito nacional, com a apresentação de um novo projeto de lei, sobre a condição "trabalhista" dos empregados domésticos - E isso está ocorrendo paralelamente a uma preocupação das patroas com o desaparecimento do emprego doméstico. É sintomático que apareçam atualmente, em revistas de circulação nacional, artigos pertinentes à questão, como aquele que se intitulava: "CRISE DOMÉSTICA - Como era boa a nossa empregada. Uma profissão que pode desaparecer se a lei não der um jeito" (ISTO É, 16/1/1980). O título acima, assim como o referido artigo sugerem aquilo que escutamos em inúmeras conversas sobre o assunto: boa era a empregada "antiga", hoje elas estão mudando, querem ser iguais, talvez porque tenhamos dado muita liberdade, não querem trabalhar, preferem as fábricas, talvez ainda consigamos manter esta profissão se oferecermos algumas vantagens, semelhantes às dos outros trabalhadores de fábricas, firmas, etc.

Associações profissionais de empregadas domésticas têm

sido fundadas em várias cidades brasileiras<sup>17</sup> e, nestes últimos anos têm se realizado congressos nacionais de empregadas domésticas anualmente.

Finalmente, para registrar o nível de interesse que o assunto vem suscitando, nacionalmente, e pôr em relevo abordagens de posições contraditórias acerca do tema, podemos dar notícia de um *curso profissionalizante*, para empregadas domésticas, que foi criado recentemente para ser estendido a escala nacional, através da rede escolar do Mobral.<sup>18</sup>

O objetivo desse curso, conforme podemos ler, tal como está explicitado no 'Manual do Monitor', é "... integrar social e economicamente a empregada doméstica no mercado de trabalho brasileiro", de acordo com as necessidades desse merca-

---

<sup>17</sup>A Associação Profissional de Empregados Domésticos de São Paulo (APEDESP), por exemplo, foi fundada em 1962 e conta va, em 1978, com 1500 sócias (somente?!). Amábile S, Nascimento, uma de suas presidentes (de setembro de 1970 a setembro de 1972) fez anotações de suas "observações", colhidas durante seus dez anos de membro da associação. Suas idéias foram transformadas em livro pela Editora Programática - DOMÉSTICA: ATAVISMO SOCIAL (Paternalismo X Manha), S. Paulo, 1972. A análise programática (pág. 54) feita pela editora diz - "... a autora, semianalfabeta no escrever e ler, é de razoável cultura oral e de grande experiência dialética e comunicativa". Amábile era, então (1972), doméstica havia 23 anos e aluna do MOBREAL. Ela começa seu texto assim: "Domésticas, acordem! É necessário despertar, para que nossas consciências funcionem em conjunto, na preocupação de uma regulamentação profissional, de âmbito nacional, pois este problema é comum a todas as domésticas". (Naquele ano deu-se, como já vimos, a regulamentação profissional, através da Lei 5859/72, antes mencionada). Vale ainda acrescentar que para a grande S. Paulo a APEDESP estima em cerca de 700.000 o número de empregadas nessa atividade; as revistas Negócio em EXAME (ver pág. 22 nota 24) e VEJA (12/10/77) falam de 600.000 empregadas domésticas naquela região metropolitana.

<sup>18</sup>FUNDAÇÃO Movimento Brasileiro de Alfabetização. GEPRO. Curso para Empregada Doméstica; manual do monitor. Rio de Janeiro, 1977.

do".

Essa tomada de posição, encarando a profissão em estudo pelo prisma do mercado de trabalho, é bastante coerente com a postura ideológica "desenvolvimentista" que permeia todo o conteúdo do texto, fazendo evidentemente *tabula rasa* da *situação de classe social* que, de saída, posiciona tão diferentemente as pessoas quanto às possibilidades de acesso aos frutos do "progresso" e do "desenvolvimento". Como podemos verificar, o texto 'Material do Aluno', do referido curso, contém afirmações como as seguintes:

- "Profissão é uma atividade ou ocupação especializada através da qual uma pessoa *se realiza* e pode manter economicamente a si e aos seus dependentes".

- "O trabalho das donas de casa, lixeiros, médicos, professores, artistas e demais profissionais *permite uma vida melhor*, trazendo o progresso e o desenvolvimento".

- "...Se todos fossem médicos, seria necessário que alguns *resolvessem* recolher o lixo das ruas..."

- "...E as profissões igualam os homens, na medida em que todos realizam um trabalho para o *Ben Comum*." (Os grifos nas citações são nossos).

Os extratos do 'Curso' do MOBREAL, que destacamos acima, revelam, a nosso ver, muito claramente a postura ideológica

ca típica da classe dominante,<sup>19</sup> na sua apreciação das possibilidades sociais dos mais fracos, em que, através de idéias como a de "Bem Comum", se ocultam as necessidades urgentes da maioria da população, carente dos bens mais elementares à sustentação da vida!

Bem diferente da posição revelada nos textos do MOBREAL, em referência, é a ótica dos *custos sociais*, apresentada por Pedro Demo, na sua busca de subsídios para uma análise da prestação de serviços:

- "Os prestadores de serviços participam do mercado de trabalho, mas acarretam a maior carga de custos sociais. Talvez mais do que nunca seja claro aqui que os prestadores de serviços 'pagam' pelos benefícios dos outros. O exemplo típico será ainda a empregada doméstica: subsiste à margem de um bom salário e está à disposição das comodidades de uma família..."<sup>20</sup>

Recusando analisar o emprego doméstico somente pelo prisma do mercado de trabalho, diríamos que neste espaço social estariam se articulando predominantemente pessoas (mulheres trabalhadoras) oriundas de famílias camponesas, com membros de famílias de classe média e alta, especialmente com a

---

<sup>19</sup> RIBEIRO, Darcy - "Sobre o Óbvio" in: ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, nº 1 - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, pp. 9-22 faz o "elogio" da classe dominante brasileira, que, segundo ele tem sido altamente capaz na formulação e na execução do projeto de sociedade que melhor corresponde a seus interesses, sendo que este projeto para ser implantado e mantido precisa de um povo faminto, etc, etc...

<sup>20</sup> DEMO, Pedro - Alguns subsídios para a caracterização sócio-econômica da Prestação de Serviços - SEPLAN/IPEA - 1975 (mimeo.), p. 48.

dona de casa (patroa), numa relação que nos parece ser de dominação-subordinação. As filhas de camponeses "procuram" o emprego doméstico como forma de sobrevivência econômica (muitas vezes como reforço da renda familiar que se encontra abaixo de um mínimo vital). As donas de casa de classe média e alta "compram" a força de trabalho de jovens camponesas - "empregadas domésticas" para substituí-las na execução do trabalho doméstico não remunerado (socialmente desvalorizado) e em alguns casos, alternativamente venderem sua força de trabalho no mercado de trabalho capitalista assalariado (extra-doméstico).

A nosso ver a relevância *social* deste estudo ficou evidenciada por tudo que colocamos até aqui, e se reforça, se levarmos em consideração também os *aspectos quantitativos*, pois, é bastante vultoso o número de mulheres que vivenciam ainda atualmente, no Brasil e na América Latina como um todo, esta relação de trabalho.

Como assinala JELIN, "o emprego doméstico é, numericamente, muito importante como alternativa ocupacional para as mulheres na América Latina, especialmente nas áreas urbanas, onde supera muitas vezes os 20% do emprego feminino total. Apesar de sua importância numérica, e da complexidade das relações sociais entre o empregador e o trabalhador remunerado, não existem estudos que descrevam ou analisem este tipo de ocupação e as relações por ele geradas.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup>JELIN, Elizabeth - O trabalho feminino na Bahia. in: Dados. Rio de Janeiro (12):59-73, 1976.

Sobre o volume da mão-de-obra feminina no emprego doméstico, obtivemos informações de fontes secundárias, que nos dão uma idéia aproximada do fenômeno.

Considerando o Brasil como um todo, alguns trabalhos baseados no Censo de 1970 nos fornecem o seguinte panorama da situação da mulher, em geral, na força de trabalho e, em especial, da empregada doméstica:

"Em 1970, o número de mulheres em condições de trabalhar no Brasil (a força de trabalho feminina que engloba, de acordo com critérios oficiais, todas as mulheres acima de 10 anos de idade) era de 33 milhões. Delas, só 6,2 milhões exerciam uma atividade remunerada (eram "economicamente ativas"): 18,53% do total de mulheres oficialmente consideradas em 'condições de trabalhar'. No total havia, em 1970, 29 milhões de trabalhadores remunerados no Brasil. As mulheres eram, portanto, a quinta parte deste total"...<sup>22</sup> Ora, desses 6,2 milhões de trabalhadoras registradas pelo mesmo Censo, 4,1 milhões estavam concentrados em seis ocupações: As empregadas domésticas representavam 32% (perto de 2 milhões); trabalhadoras de enxada, 16% (aproximadamente 1 milhão de mulheres);<sup>23</sup> professoras primárias, 8% (490 mil mulheres); as operárias da

---

<sup>22</sup> ALGUNS dados sobre o trabalho da mulher. Cadernos de Debate. São Paulo, Brasiliense. (2): 43-47, 1976.

<sup>23</sup> BARROSO, Carmem L.M. - A Situação da mulher trabalhadora no Brasil. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1977. (Depoimento apresentado à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a situação da Mulher) (mimeo.) Conforme Carmem Barroso, o Censo Agrícola enumera 5.800.000 mulheres ocupadas na Agropecuária.

indústria do vestuário, 7% (422 mil mulheres); as operárias têxteis, 2% (123 mil mulheres) e as enfermeiras não diplomadas, 1,7% (108 mil mulheres).

Segundo o IBGE portanto (como representante de fontes oficiais) a população alocada no emprego doméstico no Brasil, entre os prestadores de serviços, era a seguinte:

QUADRO I - Brasil: População residente de 10 anos e mais, segundo sexo e por ramo de atividade (Prestação de Serviços) - 1970

Ramo e Classe de Atividade	População de 10 anos e mais		
	Total	Homens	Mulheres
Prestação de serviços	3.626.494	1.236.986	2.389.508
Serviços domés- ticos remunera- dos	1.748.139	67.992	1.680.147

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - IBGE.

No entanto, extra oficialmente estima-se em cerca de 4,5 milhões o número de empregadas domésticas no Brasil, por cruzamento de alguns dados do IBGE com pesquisas realizadas por fabricantes de bens de consumo<sup>24</sup>

<sup>24</sup> NEGÓCIOS em Exame. Op. cit.

## 1.2 - Idéias Diretivas da Pesquisa

No *emprego doméstico remunerado* - um tipo de ocupação predominantemente feminina - algumas mulheres executam o TRABALHO DOMÉSTICO, no contexto de grupos familiares estranhos ao seu, substituindo em parte ou integralmente outras mulheres, as donas de casa, nos *serviços* que lhes são socialmente atribuídos, de acordo com a divisão sexual do trabalho, tais como - preparação de alimentos, limpeza da casa, lavagem e conserto de roupas, cuidado de crianças e velhos, etc..

O emprego doméstico remunerado é uma ocupação que se situa, (cf. IBGE), no setor *prestação de serviços*, um sub-setor do Terciário da Economia. Pode-se distinguir entre as ocupações da *prestação de serviços* as seguintes: a) - Ocupações domésticas remuneradas e dos serviços de alimentação (cozinheiros, garçons, empregados domésticos); b) - Ocupações dos serviços de higiene pessoal (barbeiros, cabelereiros, manicures e pedicures, lavadeiras e engomadeiras, engraxates); c) - atletas profissionais e funções afins (jogadores de futebol, lutadores e outros atletas profissionais, juizes e técnicos de esporte). Conforme comenta Pedro Demo, encontramos nessa classificação certa heterogeneidade,

"sobretudo no que concerne à inclusão dos atletas, pois estes dispõem de condições sociais muito favorecidas; mas, como aparecem em extrema minoria, não chegam a causar uma distorção considerável. O bloco realtante numeroso é o

primeiro (a), onde sobressaem os empregados domésticos".<sup>25</sup>

Mas este tipo de "emprego", apesar de propiciar atividade remunerada (assalariamento) a inúmeras mulheres "economicamente ativas", é considerado por alguns estudiosos como uma situação de *subemprego*.<sup>26</sup> Pedro Demo por exemplo, assim considera o emprego doméstico. Com efeito, examinando algumas das características do que ele considera *subemprego*, poderíamos perfeitamente enquadrar, neste conceito, o emprego doméstico:

- "a) Intensidade demasiada ou diminuta de absorção temporal da força de trabalho;
- b) Remuneração não adequada ao trabalho realizado;
- c) Trabalho estranho à capacidade ou à profissão;
- d) Trabalho sem proteção legal ou previdenciária;
- e) Deficiências no local de trabalho
- f) Trabalho precoce."

No entanto, inúmeras críticas tem sido também feitas ao conceito de *subemprego* - encarado como medida da crise do capitalismo dependente (mais adequado, neste caso, do que a medi

<sup>25</sup> DEMO, Pedro - Alguns subsídios - op. cit., p. 5-6.

<sup>26</sup> DEMO, Pedro - Elementos para Estudo do Subemprego, Fortaleza, CÊTREDE, 1977, p. (mimeo.)

LEWIN, H. et alii - Mão de Obra no Brasil - Um inventário crítico. Petrópolis, Vozes/OIT/PUC, 1977.

da do *desemprego*). Felícia Madeira<sup>27</sup> lembra que:

"... mais recentemente, acrescentou-se mais uma dúvida quanto a validade das definições das situações de subemprego. Refere-se ao seu comprometimento com o modelo teórico voltado para o setor moderno e mais avançado da economia".

Além das dificuldades teóricas mais evidentes como a que acima, de passagem, situamos - definição do emprego doméstico como ocupação - encontramos outras mais profundas, que recentemente estão sendo bastante discutidas (sobretudo no exterior), como a questão do tipo de atividade e sua inserção na economia. Conforme retomaremos posteriormente, a atividade exercida pelas empregadas domésticas e em geral, pelas donas de casa ("economicamente inativas"?!)<sup>28</sup> - o chamado TRABALHO DOMÉSTICO - não é considerado um trabalho economicamente (e socialmente) valorizado: discute-se presentemente as razões desta histórica desvalorização.

Ao formularmos as idéias axiais deste estudo, conjecturamos que o fato de as tarefas domésticas de famílias de determinadas camadas sociais de nível sócio-econômico médio e alto serem parcial ou integralmente executadas por *empregadas domésticas* seria ocasionado pela situação histórico-estrutural

<sup>27</sup> MADEIRA, Felícia R. - As condições do trabalho da mulher e as condições de vida da família - O caso de Fortaleza, 1971 - USP, São Paulo, 1978. Dissertação de Mestrado (mimeo). p. 34.

<sup>28</sup> Assim são consideradas as donas de casa - não economicamente ativas - pelo IBGE, conforme podemos conferir em Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), Região V, 1977, p. XXV.

de 'subdesenvolvimento' capitalista dependente da sociedade brasileira, e particularmente de seu segmento nordestino, bem como pelas sobrevivências históricas dos padrões coloniais nas relações sociais em geral e, em especial naquelas que envolvem o trabalho da mulher.

As empregadas domésticas são, em geral, migrantes<sup>29</sup> do campo ou de pequenas cidades do interior, que chegam à grande cidade, no caso de Fortaleza, com um baixo nível de escolarização e de qualificação profissional, em busca de uma ocupação remunerada, que provenha seu sustento e possibilite alguma ajuda financeira para a manutenção de suas famílias, que muitas vezes permanecem no lugar de origem.

---

<sup>29</sup> Em levantamento que efetuamos no fichário de inscrição de uma escola noturna, para empregadas domésticas, em Fortaleza, verificamos que, das 252 alunas inscritas no ano letivo de 1977, 211 (83,7%) eram procedentes da zona rural e de cidades do interior do Ceará e, em pequena porcentagem, de outros Estados vizinhos. A esse respeito encontramos outra confirmação, para o Nordeste, no estudo de C. Calier, "A migrante de origem rural no Recife" - in Boletim do I.J.N.P.S., em 1964. No sub-setor Serviços Pessoais, a região metropolitana de Fortaleza teria 48% de mulheres migrantes e 24,7% de não-migrantes, em 1970, conforme tabela 1.15 da publicação do Ministério do Interior: Mudanças na Composição do Emprego e na Distribuição da Renda: Efeitos sobre as migrações internas - Brasil - Grandes Regiões Metropolitanas. Brasília, OIT/BNH, 1976.

Comenta-se ainda neste trabalho o seguinte: "A inserção dos migrantes no mercado de trabalho se dá através desses dois sub-setores por razões específicas: são compostos de atividades que não requerem grande especialização da mão-de-obra (as "domésticas" nos serviços pessoais e os serventes na Construção Civil formam os exemplos mais característicos); os mecanismos de inserção são simples e ainda são sub-setores com grande rotatividade de mão-de-obra e com remunerações muito baixas". p. 41.

Neste "emprego" ou "subemprego" urbano, supúnhamos predominarem relações de trabalho que tendem a se pautar por formas de exploração e de discriminação social, ocasionando condições de trabalho penosas para as empregadas domésticas.<sup>30</sup> Essas formas de exploração e de discriminação ficam, a nosso ver, devidamente explicitadas nas "regras do jogo" (habitualmente estabelecidas, de modo unilateral), neste tipo de "emprego", no contexto nordestino: por exemplo, pela longa jornada de trabalho (ultrapassando sempre as oito horas legais, consagradas pela legislação trabalhista); pela baixa remuneração; pela proteção apenas parcial das leis trabalhistas - não havendo direito a 13º salário, repouso semanal remunerado, aviso prévio, FGTS, sindicalização, etc.; pela ocorrência de problemas relativos ao alojamento (fornecido pelos patrões)<sup>31</sup> e à alimentação;

<sup>30</sup> Sobre a situação das domésticas, além da reportagem, já citada neste trabalho, publicada na revista 'Família Cristã', coincidem com nossas observações as conclusões do II Congresso Nacional de Empregadas Domésticas, publicadas nos Cadernos do CEAS, nº 36, - Salvador, mar./abr. de 1975, p.p. 26-28.

<sup>31</sup> Pelo Código Urbano de Fortaleza, o quarto de "empregada" deveria ter como dimensão mínima a área de 5m<sup>2</sup> e o banheiro, 1,5m<sup>2</sup>. Para a 1ª classe, a dimensão mínima exigida para o quarto é de 8m<sup>2</sup> e para o banheiro é de 3m<sup>2</sup>. Essas exigências nem sempre são cumpridas e podemos observar frequentemente os cubículos abafados ("armário" de empregada, "cabide" de empregada, assim jocosamente denominados), em que são alojadas as domésticas aqui em Fortaleza, (como em outras cidades). É notório que a fiscalização de obras faz "vistas grossas" a respeito daquelas normas... - Ainda sobre o espaço permitido ao "estar" (e "circular") da empregada doméstica, deve-se ver: - LEMOS, C.A.C, - Cozinhas, Etc. - Um Estudo sobre as zonas de serviço da Casa Paulista, S. Paulo, Perspectiva, 1976. Esse estudo histórico da casa paulista nos permite refletir sobre como podemos desvendar alguns aspectos "invisíveis" da estrutura social, através da leitura crítica das formas impressas ao espaço construído e que revelam as concepções sociais subjacentes. Por exemplo, por que a presença da "área de serviço" na casa paulista, no apartamento brasileiro e qual a relação dela com a presença da empregada doméstica (?) -

pelo controle da vida pessoal dos empregados exercido pelos patrões, etc., etc...

Além dos aspectos acima referidos, que dizem respeito às condições de trabalho que vigorariam no "emprego" doméstico, é notória a veiculação social de uma ideologia elitista, fortemente discriminatória, reveladora de inúmeras formas de preconceitos sociais, manifestados com relação à "empregada" doméstica - ("criada", "nega", "piniqueira", "chauffeur de fogão", etc.) - considerada muitas vezes como um ser inferior na sociedade.<sup>32</sup>

Supúnhamos, ainda, que este tipo de "emprego" existe atualmente sobretudo em contextos sócio-econômicos "subdesenvolvidos" (capitalismo periférico),<sup>33</sup> principalmente conside-

---

<sup>32</sup> MEMMI, Albert - op. cit. p. 210. "O racismo é a valorização, generalizada e definitiva, de diferenças reais ou imaginárias, em proveito do acusador e em detrimento de sua vítima, a fim de justificar seus privilégios ou sua opressão. (Tradução nossa).

MORAIS, Vamberto - A emancipação da mulher; as raízes do preconceito antifeminino e seu declínio, Recife, cital, 1968.

<sup>33</sup> MOTTA, Alda B. da - Visão de mundo da Empregada Doméstica; um estudo de caso. Salvador, 1977. (Dissertação de mestrado) (mimeo).

GARCIA, A.R. - Simplesmente Explotados; El mundo de las empleadas domésticas de Lima. Lima, Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, DESCO, 1976. Aí revelando uma problemática bastante semelhante à brasileira.

rando o "padrão" de relações de trabalho acima mencionado.<sup>34</sup> Observa-se, por exemplo, que em países capitalistas "avançados" o *trabalho doméstico*, na atualidade, tende a ser realizado pelos próprios membros da família, com o apoio de equipamentos modernos e sofisticados (máquinas e utensílios elétricos diversos), que facilitam a execução das tarefas caseiras;<sup>35</sup> nota-se também uma tendência a se organizar institui-

---

<sup>34</sup> GUIRAL & THUILLIER, analisando a "crise da domesticidade" na França, consideram um dos momentos importantes desta crise o pós-guerra (Primeira Guerra Mundial), isto é, depois de 1918. Eles reproduzem uma análise das causas da crise, reveladas num documento de 1921 e que seriam as seguintes: "salário muito fraco, alojamento insalubre, alimentação insuficiente e mal servida, ausência dos meios de limpeza e higiene (nem privadas, nem banheiros), impossibilidade de aperfeiçoamento, falta de horas de liberdade, falta de lazer, ausência de remuneração pelos trabalhos suplementares, falta de consideração." p. 244.

<sup>35</sup> Encontramos recentemente esta nossa suposição desenvolvida no relatório de pesquisa 34 do IPEA/IMPES: Distribuição da Renda e Emprego em Serviços. Sua autora, Ana Luíza Ozório de Almeida, comenta que o crescimento do emprego doméstico é inversamente proporcional ao nível de desenvolvimento. Estudando os serviços em geral, esta autora se interessa em particular em compreender "um conjunto de serviços cuja característica principal talvez seja a de serem "prescindíveis" ou "dispensáveis"; isto é, são serviços que podem ser executados pelos seus próprios consumidores com pouco treinamento especializado, e por isso mesmo, deixam de justificar um dispêndio monetário". Ela denomina este conjunto de "serviços de baixa qualificação". Entre estes estão os Serviços Domésticos que, juntamente com outros, ela enquadra em sua definição de setor informal, por pertencerem ao grupo cuja modernização e capitalização processaram-se tardia e parcialmente nos países desenvolvidos, como reação ao progressivo esvaziamento do excedente de mão de obra urbana. Em nota de rodapé a autora explica que "este esvaziamento assinala-se primeiro, pela redução do emprego doméstico e substituição pela compra destes serviços e, depois, pela redução da compra e substituição por certas "alternativas modernas". No âmbito doméstico, esta substituição dá-se por meio de capital (automóveis, eletrodomésticos e utensílios), pelo trabalho do próprio consumidor, pelo uso crescente de bens de reposição freqüente (disposable goods) e de artigos semipreparados (convenience goods), tais como roupas que não são passadas a ferro, comidas semi-preparadas, etc, etc" pp. 46, 47.

ções especializadas, como creches e escolas 'maternais', que cuidam das crianças durante o período de trabalho dos pais. Pode-se observar, igualmente, que a persistência eventual de uma forma modificada de emprego doméstico remunerado, no contexto aqui referido, está condicionada à oferta de mão-de-obra de imigrantes, provenientes de regiões ou países capitalistas menos desenvolvidos.<sup>36</sup>

Supondo, portanto, que o emprego doméstico tenderia a desaparecer, ou a mudar de características, em contextos sócio-econômicos "desenvolvidos", isto é, no capitalismo "avanzado", assim como em contextos socialistas,<sup>37</sup> pensamos então que a persistência da ocupação de empregada doméstica na sociedade brasileira se explicaria, 'grosso modo', pelas deter-

---

<sup>36</sup> Testemunha o que acabamos de afirmar, por exemplo, o livro de Maria Arondo - Moi, la bonne: Entretiens avec Max Chaleil. Paris, Stock, 1975. Maria Arondo é uma espanhola, oriunda do meio rural, que emigrou para a França e lá trabalhou como empregada doméstica (employée de maison), durante vários anos. Nesse livro ela conta sua história "profissional": a imigração e a descoberta do mundo burguês, os vários "empregos", a passagem para a condição de "diarista" (femme de ménage) e, finalmente, o trabalho como militante da JOC (Juventude Operária Católica), em que passou a se dedicar à "causa" das "domésticas". O livro analisa ainda, através de dados secundários e de depoimentos pessoais, as condições de trabalho das empregadas domésticas na França, destacando as diferenças na situação das estrangeiras (espanholas, portuguesas, argelinas, etc.) e daquelas de origem francesa (geralmente vindas do meio rural). Estima-se que existe, hoje, na França cerca de um milhão de empregadas domésticas: para a Europa Ocidental seriam dois milhões. Ainda para a França, lembram Guiral et Thuillier que no recenseamento de 1975 contava-se ainda com 234.000 "gens de maison" (excluídas as "faxineiras" (femme de ménage). Encontramos também valiosas indicações a respeito do assunto na revista francesa REVUE-MENAGE, (Paris), em especial nas seções: "dossier employées de maison" (1) de maio/1979 e "les ménagères apprivoisées" (2) junho/1979.

<sup>37</sup> MORAIS, F. - A Ilha; um repórter brasileiro no país de Fidel Castro. São Paulo, Alfa e Omega, 1977. p. - infor

minações histórico-estruturais do processo de acumulação capitalista, tal como se configura em nossa realidade, presente-mente. Esse "modelo" de crescimento econômico tem sido concen-trador da riqueza nacional nas mãos de poucos cidadãos e gru-pos, gerando profundas desigualdades sociais entre as clas-ses e regiões do país, ocasionando assim a reprodução da si-tuação de *pobreza* generalizada. Com efeito, segundo informa LÚCIA RIBEIRO DE SOUZA,<sup>38</sup> teríamos no Brasil 74,5% das famí-lias com rendimento mensal até cinco (5) salários mínimos, conforme tabulação especial de dados da PNAD de 1976. Diga-se de passagem, é preciso aqui ressaltar a perda, nos últimos anos, do valor real do que inicialmente - isto é, quando de sua criação - se considerava *salário mínimo* no Brasil.<sup>39</sup>

Além de ser um indicador da pobreza regional nordesti-na, no caso, a reprodução do "emprego" doméstico se relaciona-ria, de um modo mais específico, com a situação da mulher na sociedade brasileira.

Ora, sabemos que a posição social da mulher, signifi-cando determinados '*lugares*' sociais, tais como, dependência

---

<sup>37</sup>... ma: "Em 1959, havia em Cuba cerca de 190 mil mu-lheres trabalhando, 70% delas como domésticas - estas foram absorvidas como mão-de-obra semi-especializada e especializa-da, após cursos de treinamento, nas diversas atividades do país, depois que a profissão de doméstica foi extinta"...

<sup>38</sup>SOUZA, Lúcia Ribeiro - O Trabalho Feminino e a Estru-tura Familiar. Rio de Janeiro, Fundação IBGE/DEISO, 1979.

<sup>39</sup>OLIVEIRA, F. de - Economia Brasileira:...op. cit. p. 10.

CARDOSO, F. H. - O Modelo Brasileiro de Desenvolvimen-to. Debate & Crítica. (1): 18-47. Jul/dez. 1973.

econômica do marido e responsabilidade pelo trabalho doméstico na *estrutura familiar*, desempenho de ocupações "femininas" no mercado de trabalho (*estrutura produtiva*), ausência da vida coletiva pública - e os respectivos padrões culturais (patriarcais, machistas)<sup>40</sup> que orientam as expectativas e os desempenhos inerentes a quem ocupa tais posições (papéis sociais), variam consideravelmente, de acordo com a *situação de classe da mulher em questão*. Quer dizer, apesar dos aspectos comuns inerentes à condição feminina em geral, tal como ela é biológica e socialmente determinada, encontramos substanciais diferenças entre a condição concreta das mulheres camponesas e operárias, por exemplo, e aquela de mulheres de classe média e alta.

---

<sup>40</sup> Vamberto Morais, em seu trabalho já citado (nota 30), no sub-título "A mulher como coisa", diz: "Esta 'anexação' masculina da mulher em nenhum ponto se tem mostrado mais extrema e pronunciada do que na família patriarcal. Já se disse que neste regime marido e mulher não são apenas 'uma só carne', como diz o livro da Gênese, mas uma só pessoa: e esta pessoa é a do marido. Numa sociedade acentuadamente patriarcal, a mulher não existe como individualidade nem como pessoa jurídica: passa do domínio de um senhor - o pai (ou, na sua falta, do irmão) para o de outro - o marido; ou, no regime poligâmico, de um harém para outro. E' o que os romanos expressavam com o termo 'in mano', sendo a mão o símbolo da "potestas" masculina (emancipação significa sair do domínio da mão)". - p.p.20/21.

Gilberto Freire também se refere à relação patriarcal, em "Casa Grande & Senzala" - Rio de Janeiro, José Olímpio, 1954, 1º volume, página 167 "Resultado da ação persistente desse sadismo, de conquistador sobre conquistado, de senhor sobre escravo, parece-nos o fato, ligado naturalmente à circunstância econômica da nossa formação patriarcal, da mulher ser tantas vezes no Brasil vítima inerme do domínio ou do abuso do homem; criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido. Não convém, entretanto, esquecer-se o sadismo da mulher, quando grande senhora, sobre os escravos, principalmente sobre as mulatas; com relação a estas, por ciúme ou inveja sexual".

Como assinala Luiz Pereira:<sup>41</sup>

"a distribuição das atividades pelos sexos, no interior do sistema de produção de bens e serviços constitui apenas um caso de diferenciação interna dos sistemas sociais globais, em que o sexo, fator biológico, adquire conotação social e age como força organizatória. Nas denominadas modernas sociedades civilizadas ocidentais, com estrutura da família com traços patriarcais, pelo menos no plano das representações coletivas ideais, a mulher adulta reserva-se, tradicionalmente, um complexo de atividades "domésticas" não remuneradas, composto pelos afazeres de casa e cuidado dos imaturos do grupo familiar; e ao homem adulto, um complexo de atividades "profissionais". O status total do homem adulto deriva fundamentalmente do tipo de atividade "profissional" por ele desempenhado, enquanto o da mulher seria um status reflexo, na medida em que derivaria do status total do homem "chefe de família", do pai, quando solteira e do marido, quando casada". (...) A constatação deste padrão "doméstico" e os desvios da realidade social em relação a ele, levou Thorstein Veblen a identificar como um dos símbolos de afirmação do status total da família e particularmente do seu "chefe", a mulher envolvida apenas com as atividades "domésticas" não remuneradas e seus "empregados domésticos" (quando os tenha), categorizando-a como uma forma de consumo ostentatório". (...) quanto a trabalho feminino adulto, a realidade social se aproximaria de um gradiente principiado pela categoria das mulheres que desempenham atividades "profissionais", seguida pelas das mulheres "donas de casa" sem serviços, depois desta pela categoria das "madames" - mulheres cujas atividades "domésticas" são totalmente executadas por "empregadas domésticas".

Diante das considerações acima desenvolvidas, formulamos as indagações que se seguem e que se constituíram no fio

<sup>41</sup>PEREIRA, Luiz - Mulher e Trabalho. In: Estudos sobre o Brasil Contemporâneo. São Paulo, Pioneira, 1971. p. p. 147-

condutor do presente estudo:

A) Em que medida, em Fortaleza, a "libertação" econômica de algumas mulheres, com atividades profissionais, e a liberação dos encargos domésticos de outras donas de casa não profissionais, se tornam possíveis às custas da apropriação subremunerada do tempo integral (ou parcial) de outras mulheres - empregadas domésticas -, que as substituem nas tarefas caseiras e que estão situadas socialmente em posições desprivilegiadas em nossa hierarquia de classes sociais e no mercado de trabalho?

B) E, assim sendo, que *tipo de relação social* habitualmente se estabelece neste "campo" de trabalho - "emprego" doméstico remunerado - entre essas mulheres (donas de casa empregadas) que ocupam diferentes posições sociais, e quais seriam as suas representações ideológicas sobre o *lugar social* da empregada doméstica e sobre o TRABALHO DOMÉSTICO.<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup>Posteriormente à elaboração de nosso projeto de pesquisa e à formulação de nossas indagações fundamentais tais como as já estão apresentadas, tomamos conhecimento do trabalho de JELIN, anteriormente referido, onde ela, à guisa de conclusão, levanta, entre outros, os seguintes pontos para discussão:

"As relações entre os sexos não são independentes das relações entre classes (...). Até que ponto, nas sociedades capitalistas, a "liberação" através do trabalho da mulher de alto estrato supõe a exploração da mulher de baixo estrato? A utilização do serviço doméstico assalariado para liberar as mulheres profissionais de seu trabalho doméstico é um fato cotidiano, especialmente nos países latino-americanos onde existe um número considerável de mulheres educadas, que pode optar por participar ativamente em sua vida profissional ou ocupacional. Para estas mulheres, o trabalho remunerado é uma opção "liberadora". Para outros, o trabalho remunerado - doméstico - ou de qualquer outro tipo - é uma necessidade inevitável para a sua sobrevivência"...

Fica evidente, pelo que explicitamos na questão - (A) - acima colocada, que supúnhamos a existência, em Fortaleza, de um "mercado" de trabalho, onde se dá, em muitos casos, um repasse do TRABALHO DOMÉSTICO - função atribuída socialmente a todas as mulheres adultas, para algumas mulheres, "substitutas" das donas de casa, na realização desse trabalho - é a prestação de serviços pessoais no chamado "emprego" doméstico.

### 1.3. A Pesquisa de Campo: A Amostragem e a Coleta de Dados

Com o intuito de obter informações diretas, *preliminares*, sobre as condições das empregadas domésticas, na cidade de Fortaleza, realizamos primeiramente um *levantamento exploratório*,<sup>43</sup> colhendo informações de domésticas, estudantes de 1º grau, numa escola paroquial, noturna. Nessa ocasião, (isto é, em junho de 1978), das 300 alunas da referida escola, 144 responderam, do próprio punho, ao questionário elaborado para aquele fim, identificando-se como empregadas domésticas.<sup>44</sup>

---

<sup>43</sup> FARIAS, Zaira A. - Um Levantamento Exploratório do Emprego Doméstico em Fortaleza. 1978. Fortaleza, UFC, julho de 1979. (mimeo.)

<sup>44</sup> Entre as demais alunas, além das que somente estudavam, encontramos operárias, comerciárias, serventes de hospitais, manicures, costureiras, bordadeiras, auxiliares de escritórios e de colégios, freiras, etc.

Utilizaremos oportunamente, neste trabalho, os resultados de tal levantamento, na medida em que possibilitem uma maior riqueza de informação para determinados tópicos de nosso estudo.

Evidentemente, essas informantes constituem uma *amostra especial*, não só pela natureza do levantamento realizado, mas sobretudo por serem elas empregadas-estudantes e, portanto, estarem expostas a um tipo de condicionamento ideológico específico - o *escolar*.

Este fato, em si, já coloca esse "grupo" de domésticas em condição distinta, com relação a outras (a maioria) que não estudam. E, no caso da citada escola, o condicionamento ideológico a que nos referimos poderia ser percebido e qualificado por mais dois elementos básicos que inspiram sua direção: o primeiro diz respeito ao *conformismo "cristão"* decorrente da orientação religiosa católica tradicional, que a caracteriza; o segundo é decorrente do próprio objetivo pelo qual se define a instituição, que é o de qualificar a doméstica, numa intenção explícita de "profissionalização" dessa categoria, a serviço das famílias empregadoras.

No entanto, nosso objetivo principal era, conforme revelam as grandes questões (A e B), colocadas anteriormente, *conhecer a articulação social de mulheres de diferentes condições sociais, no "espaço" do "emprego" doméstico, bem como a especificidade do tipo de relação social aí estabelecida.*

Este questionamento nos conduziu, a nível teórico e em

pírico, a pesquisar o significado do TRABALHO DOMÉSTICO, para entender o 'lugar' social da empregada doméstica em nossa sociedade.

O *trabalho doméstico* é "destinado" socialmente como obrigação para todas as mulheres, pela divisão social do trabalho por *sexos*; o "*emprego*" doméstico é "destinado" socialmente a algumas mulheres pobres, pela divisão da sociedade em *classes*. São, portanto, duas determinações sociais - *classe* e *papéis sexuais* - que, articuladas, atingem as mulheres desigualmente, recaindo o maior desprivilégio sobre as mulheres pobres, evidentemente.

A *nível empírico*, entrevistamos patroas (donas de casa) e empregadas domésticas, de casas diferentes: sobre trabalho doméstico, "*emprego*" doméstico, a relação patroa-empregada e sobre algumas representações ideológicas dessas mulheres, que têm experiência vivida desta relação típica.

A *nível teórico*, nossa pesquisa nos levou a desvendar um significado, ideologicamente ocultado, para o trabalho doméstico - seu papel na reprodução da força de trabalho, necessária em última instância à reprodução social global. O "*emprego*" doméstico "apareceu" como um indicador da pobreza generalizada da maioria da população brasileira e da ausência de alternativas de trabalho para a mulher no mercado "formal" (principalmente aquela sem qualificação profissional), dentro do chamado "*modelo*" brasileiro de desenvolvimento."

- Amostragem e Coleta de Dados

Por razões de ordem prática, resolvemos retirar nossas amostras - de *patroas* e de "*domésticas*" de um universo muito particular: a Universidade Federal do Ceará (UFC). Ao fazer essa escolha, tínhamos estar privilegiando um "grupo" pouco representativo da população de Fortaleza, mas ao mesmo tempo desconfiávamos da possibilidade de haver mais semelhanças com o conjunto do que esperávamos. Como veremos adiante, comparando, por exemplo, as informações sobre salários pagos às empregadas ouvidas na pesquisa (ou segundo os dados fornecidos pelas patroas entrevistadas) com os das domésticas do levantamento exploratório já mencionado (escola paroquial noturna), verificamos um perfil de remuneração muito semelhante nas duas fontes.

Numa população de 3.451 funcionários da U.F.C., onde 1.222 (35,4%) eram docentes e 2.229 (64,6%) eram administrativos, retiramos aleatoriamente nossa amostra: uma sub-amostra de 2% de donas de casa - patroas (67), que seriam as próprias funcionárias sorteadas ou as esposas dos funcionários e outra sub-amostra de 2% de "domésticas" (67), que seriam empregadas nas casas desses outros funcionários, totalizando uma previsão de 134 entrevistas. (Vide resultados obtidos p. 40, Q.3).

A escolha de duas sub-amostras representando somente 2% do universo delimitado, nos parecia, evidentemente, uma opção um tanto precária para um tratamento mais seguro do te-

ma, do ponto de vista quantitativo. Teria sido, portanto, necessário proceder com maior rigor estatístico na determinação do tamanho da amostra. Conscientes, no entanto, dos limites de nosso trabalho aceitamos a porcentagem acima aludida, desde que comprovamos, em pleno andamento (durante a etapa das entrevistas das patroas), uma forte consistência em certos resultados obtidos, ao compará-los com os resultados do levantamento exploratório (1978).

Limitava as possibilidades de maior aprofundamento empírico em nosso trabalho o próprio fato de a pesquisa se destinar a uma dissertação de mestrado, tarefa escolar a ser executada com prazo limitado e com recursos (humanos e financeiros) também bastante limitados. Acrescente-se a isso os seguintes fatos: a) dificuldades inerentes ao próprio tema - uma categoria ocupacional fortemente dominada e questão bastante controvertida para as patroas; b) grande dispersão espacial das unidades (residências) componentes da amostra.

Por outro lado, era nossa intenção desde o início privilegiar um tratamento *qualitativo* do tema.

Estratificamos, então, o conjunto dos funcionários por categoria funcional e por faixas de salário, de forma que selecionássemos as partes proporcionalmente tal como se distribuíam nesses estratos, como podemos ver no quadro abaixo:

QUADRO 2

FUNCIONÁRIOS DOCENTES		SUB-AMOSTRA			FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS		SUB-AMOSTRA		
ESTRATOS	SALÁRIOS (Cr\$)	SUB. T.	2% pat.	2% dom.	E	SALÁRIO (Cr\$)	SUB. T	2% pat.	2% dom.
1		-	-	-	1	< 3.333,00	849	17	17
2	< 5.555,00	44	1	1	2	3.334,00-5.555,00	460	9	9
3	5.556,00-11.110,00	278	5	5	3	5.556,00-11.110,00	699	14	14
4	11.111,00-16.665,00	306	6	6	4	11.111,00-16.650,00	99	2	2
5	16.666,00-22.220,00	321	6	6	5	16.666,00-22.220,00	66	1	1
6	≥ 22.221,00	273	5	5	6	≥ 22.221,00	54	1	1
TOTAL		1222	23	23	TOTAL		2.229	44	44

46

88

Ao utilizarmos tal procedimento para as retiradas de nossa amostra, estávamos consciente de algumas dificuldades metodológicas que enfrentaríamos. Primeiramente, sabíamos da relativamente pequena segurança estatística que nos dava essa estratificação, baseada no salário individual do funcionário e não na renda familiar, que se tomada como base, situaria essas famílias possivelmente noutra configuração estratificatória. Partimos, contudo, desta base possível - salário individual do funcionário - e tentamos corrigir esta distorção, pelo menos na sub-amostra das donas de casa (patroas), indagando a renda familiar, o que levou a situá-las posteriormente (nos resultados) noutras faixas de renda, diferente do primeiro posicionamento.

Desconfiávamos que outra dificuldade comprometeria nossa base amostral quando verificamos o peso dos funcionários administrativos, de "baixa-renda": 38% (849) destes ganhavam naquele momento, até três salários mínimos, isto é, até Cr\$ 3.333,00 e 90% deles (2008) ganhavam até Cr\$ 11.110,00, o que apontava para a possibilidade de não contratarem empregadas domésticas. E, nesse caso, nossas sub-amostras estavam tendenciosas exatamente em sentido inverso de nosso interesse, que era entrevistar empregadas domésticas e donas de casa que fossem patroas. Na verdade, visitamos 63 famílias que declaravam não ter empregadas domésticas a seu serviço, sendo que 83% destas eram chefiadas por funcionários com salários de até Cr\$ 11.110,00, onde 78% eram da categoria funcional administrativa.

Dessa forma, nossas possibilidades de entrevistar patroas e empregadas domésticas, foram bastante diminuídas em nossa listagem oficial não só pelo fato acima aludido, mas também por outras razões como, docentes ausentes da UFC (por diversas razões), endereços desatualizados, etc.

"Resolvemos" este impasse duplicando nossa amostra intencionalmente, da seguinte forma: decidimos manipular os endereços da amostra inicial (funcionários sorteados) e também os endereços da lista de funcionários sorteados como *reserva*, excluindo os de baixa-renda (faixa de até Cr\$ 3.333,00), por considerar uma busca inútil, já comprovada na 1ª etapa (amostra oficial).

Então, contando com uma equipe de quatro estudantes-bolsistas, realizamos, nos meses de janeiro a fevereiro de 1979, as entrevistas planejadas.<sup>45</sup> Manipulando 268 endereços, numa busca exaustiva, só conseguimos entrevistar 47 donas de casa - patroas e 53 empregadas domésticas, o que significou um total de 100 entrevistas. Destas entrevistas, 62 foram feitas nas casas de funcionários docentes e 38 nas casas de administrativos, pelas razões já comentadas acima (tendenciosidade" obrigatória/ou necessidade circunstancial). Para maiores detalhes, sobretudo dos impedimentos que tivemos para alcançar

---

<sup>45</sup> Os roteiros orientadores das entrevistas constituem os anexos I e II. As entrevistas foram gravadas em fitas cassete, salvo no caso de duas patroas que negaram seu assentimento para o uso do gravador. Nossas entrevistadas - patroas e empregadas - residiam predominantemente no bairro da Aldeota, mas pode-se afirmar que foram visitados quase todos os bairros de Fortaleza.

um número maior de entrevistas, apresentamos o quadro abaixo:

QUADRO 3

Entrevistas/Impedimentos	Sub-amostras		
	Patroas	Empregadas	total
Entrevistas Feitas	47	53	100
Entrevistas não Feitas:			
1. Visitas (não têm empregada)	28	35	63
2. Recusas	6	6	12
3. Funcionários ausentes de Fortaleza	9	2	11
4. Funcionários solteiros (excluídos)	16	-	16
5. Funcionários habitando fora da RMF (excluídos)	4	-	4
6. Funcionários não localizados	24	8	32
7. Func. não visitados (baixa renda)	-	-	-
Total	134	134	268

Como podemos ver no quadro acima, recusaram a entrevista seis patroas e seis "domésticas". Foi maior a dificuldade de acesso às patroas, sendo que muitas delas foram visitadas inúmeras vezes até a realização da entrevista (recusa velada?). Com as empregadas tivemos, em alguns casos, a impossibilidade de entrevistá-la a sós, pois algumas patroas ou ainda outros fa-

miliares, insistiram em assistir, ou mesmo, algumas vezes, em interferir na entrevista. Consideramos este fato bastante revelador da falta de autonomia pessoal da "doméstica" no "ambiente" da família empregadora, que exerce quase sempre efetivamente um controle rigoroso sobre suas empregadas, conforme podemos observar assistematicamente em nosso meio.

#### 1.4 - Primeiros Resultados: Características Gerais das Patroas e das Empregadas Entrevistadas

Como já referimos anteriormente, não entrevistamos patroas e empregadas de uma mesma casa, quer dizer, pessoas envolvidas numa relação social concreta. Adotamos este procedimento, a fim de evitar possíveis interferências das patroas na coleta de informações sobre as empregadas (o que seria esperável dado o controle que aquelas exercem sobre estas), como também tentar evitar o envolvimento dos entrevistadores em questões estritamente pessoais que estivessem ocorrendo entre as protagonistas - patroa-empregada -, por ocasião da pesquisa. Assim entrevistamos um *conjunto de patroas* e um *conjunto de empregadas domésticas* que representariam as respectivas categorias sociais.

Vejamos então, comparativamente, algumas características gerais (lugar de nascimento, idade, estado civil, número de filhos, escolaridade, forma de ocupação, rendimento pes-

soal) deste dois conjuntos de mulheres que, em diferentes posições sociais, estão envolvidas em circunstâncias diversas, num mesmo tipo de relação social, sendo uma como empregadora - a patroa, e a outra como empregada - a "doméstica". Dos resultados da pesquisa empírica, uma primeira diferença aflora na questão do *lugar do nascimento*: entre as patroas, 47% nasceram em Fortaleza e 51%, em outros municípios do Ceará e em outros Estados brasileiros; entre as domésticas aumenta bastante a proporção das migrantes: sendo 81%, de outros municípios cearenses e 9,5% de outros Estados brasileiros (sobretudo Piauí), proporção esta confirmada no Quadro 4 das domésticas-estudantes, como se pode verificar a seguir:

QUADRO 4

Procedência das Patroas e Empregadas						
Lugar de Nascimento	Patroas	%	Empregadas*	%	Empregadas**	%
1. Fortaleza	22	47	5	9,4	16	11
2. Outro Município do Ceará	16	34	43	81,2	104	72
3. Outro Estado do Brasil	8	17	5	9,4	23	16
4. Não declarado	1	2	-	-	1	1
Total	47	100	53	100	144	100

\*Fonte: Entrevistas com Empregadas Domésticas. 1979.

\*\*Fonte: Questionário: Levantamento Exploratório: 1978.

Evidentemente essas diferenças em relação à procedência geográfica (migrante, não migrante) entre patroas e empregadas esconde uma desigualdade fundamental de classe social:

por exemplo, entre as patroas que migraram de municípios do interior encontramos a revelação de sua pertinência à classe dominante, enquanto que, como veremos adiante, as domésticas pertencem predominantemente a famílias de agricultores sem terra, portanto, a segmentos de classe dominada. Como dizia uma patroa entrevistada:

"... nós fomos criados, por exemplo, na minha casa, meu pai tinha tantas (empregadas), ele era Prefeito lá onde eu morava, muitos compadres, ele era uma criatura muito boa, arranjava com facilidade. A mamãe dizia: já chega eu já tenho quem me sirva, não precisa mais; quer dizer a gente foi criada com aquilo, né, com muita gente ajudando, casa grande e tudo..."

Outra diferença aparente entre os dois conjuntos entrevistados foi referente a *nupcialidade* e a *fecundidade*, sendo que estes resultados não são rigorosamente comparáveis dado às diferenças de idade entre as patroas e "domésticas" entrevistadas:

QUADRO 5

Idade das Empregadas e das Patroas Entrevistadas				
Idades	Empregadas	%	Patroas	%
12 - 19	19	36	-	-
20 - 29	20	37	5	11
30 - 39	4	8	18	38
40 - 49	5	9	11	23,5
50 - 69	3	6	11	23,5
Não declarado	2	4	2	4
T o t a l	53	100	47	100

Mesmo assim, se compararmos as proporções das domésticas (45%) e das patroas (49%) na faixa de idade de 20 a 39 anos verificamos que, das primeiras, 79% eram *solteiras* e das segundas, todas eram ou já tinham sido *casadas* (viúva, desquitada), o que aponta para diferentes oportunidades de constituição de uma família e a constituição de descendência, de acordo com a situação de classe.

QUADRO 6

Estado Civil e Número de Filhos das Patroas							
Estado Civil	Número de filhos	Número de filhos			Não Declarado	Total	%
		0 - 1	2 - 4	5 - 7			
1. Solteira		2	-	-	-	2	4
2. Casada		5	27	5	3	40	85
3. Separada		-	-	1	-	1	2
4. Desquitada		1	2	-	-	3	7
5. Viúva		-	-	-	1	1	2
T o t a l		8	29	6	4	47	

QUADRO 7

## Idade, Estado Civil e Número de Filhos das Empregadas Domésticas

Classes de Idade	Estado Civil				Total	%
	Solteira		Casada, Separada, Viúva			
	C/Filhos	S/Filhos	C/Filhos	S/Filhos		
12-13		2			2	4
16-19	1	15	1		17	32
20-29	1	15	3	1	20	38
30-39		3	1		4	7
40-49		2	3		5	9
50-59	1	1			2	4
60		1			1	2
N. Dec.		2			2	4
TOTAL	3	41	8	1	53	100

Vejamos a *escolaridade*, associada à *forma de ocupação* das patroas, isto é, se trabalham ou não trabalham fora de casa, de acordo com suas idades:

QUADRO 8

Idade, Escolaridade e Forma de Ocupação das Patroas												
Classes de Idade	Trabalha fora de casa					Não trabalha fora de casa					Total	
	1º Grau	2º Grau	3º Grau	N.D.	Sub-total	%	1º Grau	2º Grau	3º Grau	Sub-total		%
20-29			2		2	6,1	1	2	3	6,5	5	
30-39		1	13		14	42,4	2	2	4	8,5	18	
40-49	2	2	7		11	33,3					11	
50-59	3		1		4	12,1	2		2	4,5	6	
60-70							1	3	1	5	10,5	5
N.D.			1	1	2	6,1					2	
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>24</b>	<b>1</b>	<b>33*</b>	<b>70,0</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>14</b>	<b>30,0</b>	<b>47</b>

\* As 33 donas de casa (patroas), que trabalham fora da casa, estão nos seguintes empregos:

- 20 são funcionárias da Universidade Federal do Ceará assim distribuídas: 9 professoras (Medicina, Veterinária, Biologia, Matemática, Ciências Agrárias, Engenharia de Pesca, Economia Doméstica, Letras), 5 agentes administrativas, 2 recepcionistas, 1 médica, 2 enfermeiras, 1 técnica de Raio X.
- Outras 9 são funcionárias públicas estaduais assim distribuídas: 3 médicas, 1 odontóloga, 1 assistente social, 1 advogada, 1 bibliotecária, 1 supervisora de educação física, 1 funcionária do DNOCS. (A última, funcionária federal).
- Ainda outras quatro têm empregos "particulares": professoras primárias, 1 médica, 1 escriturária.

Comparemos ainda a *escolaridade* dessas patroas e dessas empregadas (Quadros 9 e 10) associadas à *remuneração* que auferem nos seus respectivos empregos. Enquanto somente 21% das patroas fizeram só o 1º grau e as demais concluíram o segundo grau (17%) e o superior (62%), as empregadas domésticas tiveram que se evadir da escola nas las. séries do primeiro grau, sendo que algumas nunca estudaram (2) e outras não chegaram a se alfabetizar completamente (8). No momento da pesquisa, somente nove dentre elas estavam estudando (17%), estando algumas destas já na 6a. série do primeiro grau.

QUADRO 9

Renda pessoal, escolaridade das patroas e forma de ocupação									
Forma de ocupação e escolaridade	Trabalha fora de casa				Não trabalha fora de casa				Total
	1º Grau	2º Grau	Superior	Subtotal	1º Grau	2º Grau	Superior	Subtotal	
Sem rendimento					3	5	5	13	13
≤ 2.000,00	2	1		3					3
2.001,00 - 5.000,00	2		3	5					5
5.001,00 - 8.000,00	2	2	3	7					7
8.001,00-11.000,00			2	2	1			1	3
11.001,00-15.000,00			5	5					5
15.001,00-20.000,00			3	3					3
20.001,00-30.000,00			7	7					7
≥ 30.001,00			1	1					1
TOTAL	6	3	24	33	4	5	5	14	47

QUADRO 10

Remuneração e Escolaridade das Empregadas												
Remuneração (Cr\$/mês)	Escolaridade (1º Grau)	Alfabe- tização	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Não	Não	Total	%
			sé- rie	sé- rie	sé- rie	sé- rie	sé- rie	sé- rie	Estu- daram	Decla- raram		
Sem remuneração		1						1			2	4
200-399		1	1	3				1			6	11
400-599		1	2	5	2	2			1	1	14	26
600-799		3		1	1	2		1		1	9	17
800-999		2		3	1	1	1	3	1	3	15	28
1.000-1.200				1	2					1	4	8
1.201-1.999						1					1	2
2.000										1	1	2
Não declarou					1						1	2
<b>TOTAL</b>		<b>8</b>	<b>3</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>53</b>	<b>100</b>

Entre as patroas, se excluirmos aquelas doze que não têm rendimento próprio, porque não trabalham fora de casa, podemos deduzir uma certa correlação entre o grau de escolaridade e o nível de rendimento pessoal que elas têm. As patroas, que fizeram seus estudos até o primeiro e o segundo grau, ganham menos do que as que têm formação universitária e, majoritariamente, estão ocupadas em funções administrativas. Para compreender a presença de patroas, com curso universitário, nos níveis mais baixos de salários, devemos levar em conta o tempo dedi-

cado ao emprego, quer dizer, uma duração do expediente dos ti  
pos *tempo parcial* ou *tempo integral*. Vejamos o quadro abaixo:

QUADRO 11

Forma de Ocupação das Patroas, Duração do Expediente no Em-  
prego e Grau de Escolaridade

Forma de Ocupação e Duração do Expediente				
Escolaridade	Não trabalha fora de casa	Trabalha fora de casa		Total
		Tempo Parcial	Tempo Integral	
1º Grau	5*	1	4	10
2º Grau	5	1	2	8
Superior	5**	8	16	29
TOTAL	15	10	22	47

\* Dentre estas, duas são funcionárias administrativas *aposentadas* e por isso não trabalham fora de casa, mas auferem rendimentos.

\*\* Dentre estas, uma é supervisora escolar, que está de licença para cuidar do filho deficiente físico.

Entre as empregadas, 71% ganhavam entre 400 e 900 cruzeiros e isto não está correlacionado com a série em que deixaram de estudar ou em que ainda estudam. Discutiremos esta questão da remuneração das empregadas no próximo item. Concluiremos este tópico das características gerais de patroas e empregadas observando a não correlação, também, entre os rendimentos das patroas e os salários de suas empregadas, conforme, neste caso, declaração das primeiras:

QUADRO 12

Rendimento Pessoal das Patroas e Remuneração paga às suas Empregadas (1979)							
Rendimento das Patroas (Cr\$ 1.000,00)	Remuneração das Empregadas (Declaração das Patroas)*						
	sem remuneração	300-450	500-650	700-850	900-1.200	Diaristas**	Total
Sem Rendimentos		2	6	2	2		12
< 2.000	1		1			1	3
2.001- 5.000		2	1	1	1		5
5.001- 8.000	1		5			1	7
8.001-11.000		2	1	1			4
11.001-15.000		1	2	2			5
15.001-20.000				2	1		3
20.001-30.000			2	3	2		7
> 30.000					1		1
T o t a l	2	7	18	11	7	2	47

\* Quando a patroa tinha mais de uma empregada e pagava salários diferentes, tomamos sempre o salário mais alto.

\*\* Além das duas patroas que contratam *são diaristas* (faxineiras), encontramos muitas outras, dentre as entrevistadas, que também contratam como diaristas - faxineiros, lavadeiras, jardineiros, além das empregadas "tempo integral" que *dormem no emprego*, cuja remuneração discriminamos acima.

O contingente de empregadas domésticas (tipo-*dorme no emprego*), nas duas sub-amostras, é, no entanto, maior do que o número de pessoas entrevistadas, pois, para quarenta e sete (47) patroas, encontramos 69 empregadas e para cinquenta e três (53) empregadas entrevistadas, encontramos um total de 75 empregadas, contando com suas colegas de trabalho. Podemos verificar isto nas tabelas abaixo, onde temos ainda a remuneração destas empregadas, segundo sua função no serviço doméstico:

QUADRO 13

Remuneração das Empregadas segundo sua Função no Serviço Doméstico (Declaração das Patroas) - (Porcentagens)

Cr\$/Mês	Cozinheira	Copeira arrumadeira	Babá	Menina- Ajudante	"Faz Tudo"	Não Decla- rado	Total	%
-0-					2		2	3
200 a 399			1	1	1		3	4
400 a 599	6	8	2	1	5		23	33
600 a 799	11	7	3		3		24	35
800 a 999	5	2			2		9	13
1.000 a 1.200	5	1	1		1		8	11
N. declararam						1	1	1
TOTAL	27	18	7	2	14	1	69	100

## QUADRO 14

Remuneração das empregadas segundo sua Função no Serviço Doméstico (Declaração das Empregadas) - (Porcentagens)

Cr\$/Mês	Cozinheira	Copeira arrumadeira	Babá	Menina- Ajudante	"Faz Tudo"	Não Decla- rado	Total	%
-0-	1	1		1			3	4
100 a 199				1			1	1
200 a 399	2	3	1		2		8	11
400 a 599	7	4	2		6		19	25
600 a 799	5	4	4		4		17	23
800 a 999	5	8	2		5		20	27
1.000 a 1.200	2		1				3	4
1.200 a 1.999	2						2	3
2.000 -			1				1	1
N. declararam				1			1	1
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>20</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>17</b>		<b>75</b>	<b>100</b>

## 2 - O EMPREGO DOMÉSTICO NO CONTEXTO NACIONAL E REGIONAL (NOR-DESTINO)

"Surgiu assim uma "nova" classe média de assalariados de elevadas rendas, cujo alto padrão de vida influi sobre a estrutura da demanda, alterando-a significativamente. De um lado, expande-se a procura por bens de consumo duráveis, grande parte dos quais atende a fins de ostentação, dos quais o automóvel é o mais conspicuo. Por outro lado, aumenta o consumo de serviços pessoais, particularmente do serviço doméstico. Desta forma, uma parte considerável da força de trabalho que não é absorvida pela grande empresa acaba por se colocar a serviço da "nova" classe média (e também da alta) como empregados domésticos, lavadores e guardadores de carros, jardineiros, cabeleiros, garçons de restaurantes de luxo etc. Como já observava Malthus, é o desperdício dos ricos que assegura a sobrevivência dos pobres, o que constitui excelente justificativa do esbanjamento, desde que não se coloque em questão a divisão da sociedade entre pobres e ricos." (P. SINGER)<sup>4 6</sup>  
(grifos nossos)

### 2.1 - O Emprego Doméstico no "Modelo Brasileiro de Desenvolvimento". Características do Setor terciário

Examinando alguns trabalhos de economistas e sociólogos sobre a evolução econômico-social brasileira, particularmente nas últimas décadas (60 e 70), encontramos inúmeras re-

<sup>4 6</sup>SINGER, Paul - Desenvolvimento e Participação da Renda no Brasil. In: Debate & Crítica (1):85. jul/dez. 1973.

ferências ao emprego doméstico, citado como mais um indicador de certas tendências do "modelo" de acumulação capitalista vigente no Brasil, como se pode ver pela nota posta em epígrafe a este item.

Este modelo de "desenvolvimento", adotado de longa data, teria, nas últimas décadas, acentuado suas características de *concentrador da renda*, cada vez mais acumulada nas mãos de poucos privilegiados (brasileiros e estrangeiros) e de *excludente* para a maioria da população, que se acha efetivamente à margem dos benefícios da riqueza produzida nesse processo. E, nesse contexto, o emprego doméstico seria um subemprego feminino crônico, abrigando prestadores de serviços num processo que Pedro Demo chamou de "inclusão excludente", conforme já nos referimos antes. Esse autor considera o *subemprego* uma forma de utilização socialmente deficitária da mão-de-obra disponível significando esse "socialmente deficitária" a transferência de uma taxa mais alta de custos sociais sobre ela.<sup>47</sup>

O "modelo" brasileiro de desenvolvimento, estudado em suas raízes históricas e antropológicas e em suas características econômicas, políticas e sociais por conhecidos autores brasileiros<sup>48</sup> seria um modelo particular de uma formação so-

---

<sup>47</sup> DEMO, Pedro - ELEMENTOS... op. cit. p.

<sup>48</sup> Lembramos aqui a respeitável contribuição de autores como Caio Prado Júnior (1942), Nelson Werneck Sodré (1944), Celso Furtado (1959), Florestan Fernandes (1968), Luiz Pereira (1970), Francisco de Oliveira (1971), Fernando Henrique Cardoso (1972), Lúcio Howarick (1975), Paul I. Singer (1976), etc.

cial capitalista dependente e "subdesenvolvida".

Historicamente dependente do capitalismo hegemônico em proporções crescentes, a formação social brasileira apresentaria, a nível do espaço geográfico e social interno, a seguinte configuração estrutural: teríamos uma estrutura fundiária imobilizada, determinante da pobreza rural generalizada; essa situação ocasiona um intenso fluxo migratório campo-cidade, gerador inclusive de inúmeras "áreas e regiões metropolitanas", cuja estrutura urbano-industrial se apresenta incapaz de absorver "produtivamente" essa mão-de-obra migrante, que se soma àquela decorrente do crescimento vegetativo da população das cidades, reforçando o quadro de empobrecimento urbano.

A situação aparente acima descrita, no entanto, só se explica plenamente pela configuração histórica da posição relativa das *classes sociais* e pelo respectivo "modelo" político predominante, decorrente das relações entre as mesmas: resumidamente, diríamos que existe uma grande distância social entre pobres e ricos, promovida e sustentada pelo sistema de dominação política da classe dominante (minorias),<sup>49</sup> sobre as camadas populares, politicamente desarticuladas (maioria).

Como diria Darcy Ribeiro<sup>50</sup> sobre a estrutura de poder na conjuntura presente do Brasil -

*"é uma hierarquia militar que base uma ancha*

<sup>49</sup> Discute minuciosamente o conceito de classe dominante BOTTOMORE, T.B. - em AS ELITES E A SOCIEDADE, Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

<sup>50</sup> RIBEIRO, Darcy - Teoria do Brasil, Rio de Janeiro, Ci

*coalizão classista (...). Seu projeto a longo prazo é induzir a nação à rota da atualização histórica, combinando uma intensa modernização da indústria e dos serviços com a preservação e a ampliação do sistema das fazendas. Vale dizer, levar adiante e aprofundar a dependência através de uma industrialização recolonizadora, regida por empresas transnacionais, condenando o povo à desocupação nas cidades ou à exploração nos latifúndios, para garantir à minoria privilegiada o usufruto de um alto nível de vida".*

Analisando esta situação em termos estritamente econômicos, constata-se que o tipo de industrialização que vem se desenvolvendo historicamente no Brasil, a partir de 1930, tende a ocupar nessa atividade produtiva uma parcela reduzida do contingente de pessoas necessitando trabalhar (força de trabalho) e em condições de fazê-lo. Por outro lado, outro setor econômico - o terciário - tem crescentemente "abrigado" essa força de trabalho que, para garantir sua sobrevivência numa economia monetarizada, e estando fora da atividade primária (agricultura), troca bens manufaturados artesanal ou industrialmente (comércio), ou presta serviços em atividades de interesse coletivo ou pessoais (serviços produtivos e serviços de consumo).

---

<sup>50</sup> ...vilização Brasileira, 1975. Ribeiro contrapõe o que ele chamou de atualização ou incorporação histórica a aceleração evolutiva, como as duas vias pelas quais operam os processos civilizatórios: "... aceleração evolutiva corresponde a progressão de um povo de uma a outra etapa da evolução sócio-cultural, com a preservação de sua autonomia étnica, cultural e política" e "... atualização ou incorporação histórica corresponde a conscrição de povos estranhos por centros exógenos de dominação que os convertem em seus "proletários externos" destinados a produzir excedentes para a manutenção dos padrões de vida do núcleo cêntrico." - Op. cit, p. 35.

Conforme tabela organizada por Glaura V. de Miranda,<sup>51</sup> a distribuição relativa da força de trabalho brasileira pelos setores econômicos - primário, secundário, terciário - era, em porcentagens, respectivamente, a seguinte: em 1940 - 66, 10, 24; em 1950 - 60, 14, 26; em 1960 - 54, 13, 33 e, em 1970 - 44, 18, 38. Por tais dados, pode-se constatar a redução progressiva da importância das atividades primárias, como geradora de emprego, e o incremento paralelo das atividades secundárias e sobretudo das terciárias, substituindo gradativamente as primeiras na absorção da crescente mão-de-obra disponível.

Quanto à situação feminina, constatamos que a maioria das mulheres que tem procurado trabalhar em atividades alternativas ou concomitantes com o trabalho doméstico (de que é obrigatoriamente encarregada pela sociedade) tem encontrado "suas" oportunidades de atuação remunerada sobretudo no setor terciário da economia, mormente no "emprego" doméstico, como testemunham vários estudos recentes. Vejamos ainda este quadro\* organizado por Miranda.

---

<sup>51</sup>MIRANDA, Glaura V. - Participación de la mujer en la fuerza de trabajo de una sociedad en via de desarrollo el caso del Brasil. In: ESTUDIOS DE POBLACION, Bogotá, Vol. 1 (11) nov./1976 p. 613.

\*Reduzimos esta tabela de Miranda.

QUADRO 15

Brasil: Distribuição relativa da força de trabalho por setor econômico e sexo (porcentagens) 1970

Sexo	Setor Econômico		
	Primário	Secundário	Terciário
1. Masculino	51	20	29
2. Feminino	20	10	70
Total	44	18	38

Fonte: Censo Nacional de População do Brasil. (IBGE)

Madeira e Singer<sup>52</sup> distinguem, no Terciário, as atividades que são em grande parte complementares à produção de bens materiais, contribuindo para sua distribuição, tais como Comércio, Transporte e Comunicação - os *Serviços de Produção*, e as que atendem diretamente às necessidades do consumidor - *Serviços de Consumo*. Os Serviços de Consumo ficariam ainda subdivididos em *Coletivos* - aqueles que atendem coletivamente às necessidades do consumidor, e *individuais* - aqueles que atendem às necessidades do consumidor isoladamente. Deste modo, as atividades do Terciário foram por eles agrupadas nas seguintes categorias:

- *Serviços de Produção* - (Comércio de Mercadorias, Comércio de Imóveis, Valores Mobiliários, Crédito, Transportes, Comuni-

<sup>52</sup> MADEIRA, Felícia R. e SINGER, P.I. - ESTRUTURA DO EMPREGO E TRABALHO FEMININO NO BRASIL: 1920/1970 - São Paulo, Brasiliense, 1975, (caderno CEBRAP 13)

cação e Armazenamento).

- *Serviços de Consumo Individual* (Serviços Pessoais, Profissões Liberais).
- *Serviços de Consumo Coletivo* (Administração Pública e Atividades Sociais: Educação, Saúde, Previdência Social, etc).

Conforme resultados desse estudo, a participação feminina no emprego dos serviços de produção estava em 13,4% , em 1970, resultado possivelmente subestimado por deficiências do sistema de registro, conforme observam seus autores. De qualquer forma revelam que este escore significava um importante incremento com relação às décadas anteriores, sobretudo no que diz respeito às atividades de intermediação (Comércio de Mercadorias, de valores, etc), que teriam passado de 4,6% em 1920 para 17,6% em 1970.

Os Serviços de Consumo Individual teriam absorvido as seguintes proporções da Força de Trabalho feminina, engajada em atividades não-agrícolas: 37,4% em 1920, 39,7% em 1940, 40,0% em 1950, 42,8% em 1960 e 42,0% em 1970. Aqui se encontram inseridas majoritariamente as empregadas domésticas que, conforme Madeira e Singer explicitam nesse estudo, "executam um trabalho (doméstico) remunerado que não constitui uma atividade produtiva propriamente dita, pois não se acha integrado na divisão social do trabalho, nem contribui para o produto social". Vale acrescentar que esta concepção de trabalho doméstico e de produção social, foi redefinida pelos mesmos autores em outros trabalhos mais recentes. A concepção de tra

balho doméstico remunerado, acima colocada, recobriria evidentemente também o trabalho doméstico não remunerado, a respeito do qual Felicia Madeira em trabalho recente<sup>53</sup> já mencionado, no tópico sobre "o conceito de PEA e o trabalho da Mulher", denuncia o comprometimento ideológico de conceito de população economicamente ativa. Segundo ela própria, "os indivíduos inseridos em atividades para consumo da família realizados no âmbito doméstico, que em sua quase totalidade são mulheres, são excluídos da população economicamente ativa. A verdade é que uma análise um pouco mais acurada da definição de dependentes mostra, de forma quase transparente, uma falta absoluta de critérios claros e objetivos para excluir a mulher desta categoria, sugerindo, acreditamos nós, por si sô, a necessidade de uma versão explicativa da ideologia que envolve a questão." Mais adiante, no mesmo trabalho, Madeira adianta a hipótese de que "a exclusão da mulher que realiza trabalhos domésticos para consumo de sua família é mais um dos artifícios de que o capitalismo se serve para mascarar o preço da reprodução e reposição da força de trabalho".

Em outro trecho ainda, apoiada em trabalho mais recente de Singer (1977), Madeira especifica mais a questão: "isto significa que se devem computar, entre os ativos economicamente, não sô os que recebem remuneração, e estão engajados no modo de Produção Capitalista, ou nos seus modos complementares - Produção Simples de Mercadorias, Produção Estatal e Pro

---

<sup>53</sup> MADEIRA, F.R. - As condições do trabalho... op. cit. p. 30.

dução Doméstica - mas também aqueles que não recebem remuneração e estão ocupados na Produção Doméstica<sup>54</sup>. Ao incluir os que realizam atividades de controles governamentais, jurídicas, políticas, sanitárias, etc. redefine-se o próprio conceito de produção, que passa a ser *o conjunto de atividades, não só econômicas, mas políticas e sociais da qual resulta o sustento da população e sua reprodução*". Voltaremos a esta discussão oportunamente, no item sobre TRABALHO DOMÉSTICO.

Retornando aos resultados do estudo de Madeira e Singer primeiramente colocado neste trabalho, verificamos que a evolução da porcentagem do emprego feminino urbano absorvido pelos Serviços de Consumo Coletivo revela mais forte incremento do que no caso anterior, ou seja, no setor dos serviços de Consumo individual: 5% em 1920, 9,3% em 1940, 15,8% em 1950, 18,3% em 1960 e 22,8% em 1970. Lembram esses autores que "isto significa que a mulher tem conseguido penetrar num setor extremamente dinâmico, onde os requisitos de qualificação são dos mais elevados. É claro que isto foi possibilitado sobretudo pelos níveis relativamente elevados de instrução que a mulher brasileira tem usufruído quase em pé de igualdade com o homem". Lembramos contudo que o acesso crescente da mulher nesse setor não é indiscriminado para qualquer mulher, mas seletivo; são as mulheres de melhor nível de instrução que ele ascendem, significando um reforço para as posições de classe privilegiada dessas mulheres, assim como isto ocorre em

---

<sup>54</sup> Tratou anteriormente desta questão Elizabeth JELIN, op. cit. sobre trabalho feminino na Bahia (1976).

mais ampla escala para os homens.

Desse assunto - efeito da educação e efeito da classe social nas oportunidades ocupacionais femininas - tratou também Glaura V. de Miranda, no seu estudo acima mencionado<sup>55</sup>, destacando, também, como isso tudo é afetado pelo desenvolvimento desigual das regiões brasileiras. Destacamos, por exemplo, de uma de suas tabelas (6)\*, as diferenças, em 1970, das porcentagens da participação feminina na força de trabalho, no setor terciário, entre os Estados "desenvolvidos" (São Paulo e Rio de Janeiro) e os "subdesenvolvidos" (Estados das regiões Norte e Nordeste):

QUADRO 16

Brasil: Porcentagem da participação feminina na força de trabalho no setor econômico terciário, por região (desenvolvida e subdesenvolvida), em 1970.

Etapa de Desenvolvimento	Setor Econômico Terciário	Produtivo	Consumo Coletivo	Consumo Privado			total
				Profissionais	Serviços Pessoais	Outros	
1. Desenvolvidos		11,3	18,8	1,6	43,5	2,8	78
2. Subdesenvolvidos		5,9	15,6	0,4	32,2	2,7	56,8

Fonte: Censo Demográfico de População do Brasil.

Observemos, no quadro acima, a diferença na proporção de mulheres engajadas no setor profissional (liberal) Nordeste - 0,4% - e as que estão no setor de serviços pessoais

<sup>55</sup>MIRANDA, G.V. - op. cit.

\*Reduzimos esta tabela de Miranda.

(empregadas domésticas) - 32,2% -.

O Estado do Ceará, segundo o Censo de 1970,<sup>56</sup> contava com uma população economicamente ativa (PEA) total de 1.225.440 pessoas. Desse total, 215.630 (17,17%) constituíam a PEA feminina.

Por setor de atividade, a PEA total cearense estava assim distribuída:

- *setor primário* - 59,66%;
- *setor secundário* - 13,04%;
- *setor terciário* - 27,28%.

Observa-se, portanto, que o Ceará era então (e ainda é) um Estado predominantemente agrícola, com 60% de sua força de trabalho ocupada na agro-pecuária e no extrativismo, possuindo somente 4.043 estabelecimentos industriais, com cerca de 41.000 pessoas aí engajadas.

Sobre a importância econômica do Terciário na economia brasileira e a importância econômica do emprego doméstico no Terciário, discutem alguns estudiosos como veremos a seguir. Francisco de Oliveira em seu trabalho já clássico - "A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista"<sup>57</sup> - onde analisa o novo ciclo econômico brasileiro a partir de 1930 (fim da hegemonia agrário - exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbana - industrial), se pergun-

<sup>56</sup>FUNDAÇÃO IBGE - Geografia do Brasil - Região Nordeste, Rio de Janeiro, 1977.

<sup>57</sup>OLIVEIRA, F. - A Economia Brasileira; Crítica à razão Dualista in: Estudos CEBRAP. São Paulo. (2): 5-81. 1971.

ta como se explica a dimensão do Terciário numa economia como a brasileira e assume uma hipótese diferente da interpretação do terciário "inchado"; para ele, "o crescimento do Terciário, na forma em que se dá absorvendo crescentemente a força de trabalho tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil"; diz que o crescimento não capitalístico do setor terciário é uma questão estreitamente ligada à acumulação urbano-industrial que se deu em condições razoavelmente pobres. Não se está em presença de nenhuma "inchação", esconde um mecanismo fundamental da acumulação: os serviços realizados à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, "mais valia" em síntese".

Francisco de Oliveira avança mais ainda na direção que nos interessa, quando se pergunta como explicar que todos os tipos de serviços de consumo pessoal cresçam mais exatamente quando a indústria recupera seu dinamismo na criação de empregos e quando todo um processo se cristaliza - conforme os resultados do censo demográfico de 70 - numa distribuição da renda mais desigual? Ele afirma que "esses tipos de serviços, longe de serem excrescências e apenas depósitos do "exército industrial de reserva" são adequados para o processo de acumulação global e da expansão capitalista e, por seu lado, reforçam a tendência à concentração da renda".

Este autor se refere explicitamente aos trabalhos do-

mésticos dizendo que "mesmo certos tipos de serviços estritamente pessoais, prestados diretamente ao consumidor e até dentro das famílias, podem revelar uma forma disfarçada de exploração que reforça a acumulação. Serviços que, para serem prestados fora das famílias, exigiriam uma infraestrutura de que as cidades não dispõem e, evidentemente, uma base de acumulação capitalística que não existe. A lavagem de roupas em casa somente pode ser substituída em termos de custos por lavagem industrial que possa competir com os baixos salários pagos às empregadas domésticas; o motorista particular que leva as crianças à escola somente pode ser substituído por um eficiente sistema de transportes coletivos que não existe. Comparado com um americano médio, um brasileiro de classe média, com rendimentos monetários equivalentes, desfruta de um padrão de vida real mais alto, incluindo-se neste todo o tipo de serviços pessoais ao nível da família, basicamente sustentado na exploração da mão-de-obra, sobretudo feminina".

Trata também desta questão Anna Luiza Osório de Almeida<sup>58</sup> quando procura estudar as conseqüências da desigualdade da distribuição da renda sobre a proporção de serviços, numa economia em desenvolvimento. Na sua definição do problema, a autora parte da suposição de que "a pressão inflacionária dos serviços, em geral, e o desaparecimento dos serviços "dispensáveis", em particular, durante o processo de desenvolvimento econômico, não teriam necessariamente que ocorrer em países

---

<sup>58</sup> OSÓRIO DE ALMEIDA, Anna Luiza - Distribuição da Renda e Emprego em Serviços, Rio de Janeiro, 1976. (IPEA/IMPES. Relatório de Pesquisa 34).

de acentuado dualismo<sup>59</sup> no mercado de trabalho. Nessas condições, os estratos superiores de salários poderiam poupar-se o custo de diversos serviços, comprando o trabalho barato dos membros dos estratos inferiores". Tendo transposto sua hipótese original para o âmbito da produção, devido às dificuldades de informação adequada com referência ao consumo de serviços, A.L. Ozório de Almeida lembra que nos países de acentuado dualismo no mercado de trabalho, "a elevação dos salários industriais não exige necessariamente que se reduza o trabalho indireto, pois sempre é possível subcontratar mão de obra barata no chamado "setor urbano informal". Assim, o dualismo no mercado de trabalho torna vantajoso para firma industrial o estabelecimento de vínculos não empregatícios com trabalhadores em serviços, poupando-se salários mais altos (por lei) e encargos trabalhistas. Conceitualmente, em vez de comprar-se trabalho e pagar salário, compra-se uma tarefa que tem preço (...) perpetuam-se, assim, certas formas de emprego "dispensáveis..."

A nosso ver Heleieth Saffioti, no seu trabalho anteriormente referido - *Emprego Doméstico e Capitalismo*,<sup>60</sup> diverge, em parte, das posições teóricas de F. de Oliveira, aci

---

<sup>59</sup> Por dualismo no mercado de trabalho urbano esta autora entende a distinção entre setor formal e setor informal, sugerindo três critérios de diferenciação entre as atividades dos dois setores: o de resultarem ou não num bem comercializável internacionalmente, o de estarem ou não estreitamente vinculados ao setor governamental por um sistema de controles ou de incentivos e o de recorrerem ou não a laços pessoais semi-clandestinos para sua operação (p. 45).

<sup>60</sup> SAFFIOTI, H.I.B. - Op. Cit., pp. 183, 184.

ma mencionadas. Para F. de Oliveira por exemplo, o crescimento não capitalístico do setor terciário da economia é uma questão *estritamente ligada* à acumulação urbano-industrial, enquanto que para Saffioti "nas formações capitalistas... o modo de produção capitalista *coexiste* com formas não capitalistas de trabalho". (Grifos nossos) Ela explica, entretanto: "trata-se de coexistência dinâmica e integrada. A força de trabalho, em sua integridade, não se fixa parte em atividades organizadas em moldes capitalistas e parte em funções econômicas não capitalistas. Há mobilidade de parcela da mão de obra que se desloca em momento de expansão do capitalismo e das últimas para as primeiras em momentos de retração deste sistema produtivo". Sobre a explicação acima referida, baseada na mobilidade da mão-de-obra, conforme o "momento" de expansão ou retração do capitalismo, levantamos algumas dúvidas.

Como se questiona F. de Oliveira, como explicar, a nível do Brasil, o crescimento de todos os serviços de consumo pessoal exatamente quando a indústria recupera seu dinamismo na criação de emprego? Evidentemente deveríamos diversificar também esta questão, de acordo com os diferentes índices de desenvolvimento industrial das regiões brasileiras; e para a Região Nordeste, por exemplo, não poderíamos contar com um significativo dinamismo na criação de empregos industriais e portanto, neste caso, fica difícil articular crescimento dos serviços com os da indústria, como faz F. de Oliveira.

Enquanto F. de Oliveira contesta que esses serviços sejam excrescências e apenas depósitos do exército industrial

de reserva, Saffioti prefere entender as empregadas domésticas como "exército de reserva" que cumpre a função de fornecer mão de obra para setores capitalistas da economia, em determinados momentos de sua dinâmica. Ela diz textualmente: "Uma vez que não se trata, aqui, de verificar o grau de funcionalidade da superpopulação relativa com relação ao sistema, mas de permanecer no ponto de vista de Marx, ou seja, do processo de acumulação de capital *prefere-se remeter os dados (de sua pesquisa) ao conceito exército de reserva*" (Grifo nosso). Aliás a referida autora prefere empregar a expressão "exército de reserva" ao invés de exército industrial de reserva, pelo fato de, na economia brasileira, a absorção da força de trabalho em questão, pelo secundário, ser bastante inexpressiva. Ela considera portanto importante reter o fenômeno da transferência parcial, mas significativa, de mulheres dos empregos domésticos para outros tipos de atividades remuneradas, sobretudo para funções "econômicas" no setor terciário da economia. Conforme infere de seus dados empíricos, as empregadas domésticas constituíram um manancial de mão de obra para o baixo terciário. Das funções desempenhadas no Setor Terciário pelas suas entrevistadas (171 casos de mudanças de emprego em 208 domésticas), balconistas, enfermeiras, escriturária e cabeleireira apresentavam as maiores concentrações percentuais. H. Saffioti lembra ainda que "o setor terciário parece, no meio urbano, constituir-se no espaço econômico que mais comporta formas não capitalistas de trabalho. Exigindo mão de obra pouco qualificada, o terciário parece representar, no setor urbano da economia, o lugar ideal para o desempenho das ativida-

des dos trabalhadores autônomos e daqueles que exercem funções econômicas remuneradas, mas que mantêm vínculos empregatícios não-capitalistas". Para ela, "é ao nível da própria produção de bens de produção e de meios de subsistência que se faz a articulação entre o modo de produção capitalista e as formas não capitalistas de produzir integrando-se estas subordinadamente no complexo da produção capitalista, nas formações sociais denominadas pelo capitalismo(...) A presença maior ou menor de formas não capitalistas tem profundas implicações para os contingentes mais discriminados da população, assim como para a reprodução em escala ampliada de modo de produção capitalista. Os trabalhadores dos setores não capitalistas apropriam-se de parcelas relativamente menores do produto social e não usufruem integralmente dos benefícios proporcionados pelo sistema capitalista. Nesse sentido e apenas neste, estão à margem do modo de produção capitalista. Na medida em que tais trabalhadores desempenham tarefas necessárias à reprodução ampliada do sistema capitalista não somente estão nele integrados, como permitem a ele uma taxa mais acelerada de acumulação. Assim, na articulação entre as formas capitalistas e não capitalistas de produção, as primeiras beneficiam-se não apenas da exploração de que são objeto os agentes do trabalho subordinados diretamente ao capital, como também da exploração de que são alvo os agentes do trabalho remunerados com renda".

Sobre o emprego doméstico mais especificamente, além de considerá-lo também um reflexo da profunda desigualdade da

distribuição da renda nacional, pelo volume que apresenta em nosso contexto social - 30% da PEA feminina nacional - Saffio ti procura pensá-lo à luz da teoria do valor trabalho. Ela afirma que, apesar do assalariamento neste caso ter sido inaugurado pelo capitalismo, as atividades desenvolvidas por empregadas domésticas em residências particulares não se caracterizam como capitalistas, pois não se encontram subjugadas ao capital, mas são remuneradas diretamente pela renda pessoal. Desta forma as domésticas executam tarefas cujo "produto," bens e serviços, são consumidos diretamente pela família empregadora, não circulando pelo mercado para efeito de troca com o objetivo de lucro. Dessa maneira, para ela, o trabalho da empregada doméstica jamais poderia ser qualificado de trabalho produtivo<sup>61</sup>. Afirma ainda a autora que não se trata também de produção simples de mercadoria, nem de trabalho improdutivo, como afirmam alguns autores, por ela comentados no

---

<sup>61</sup> Alberto Rutte Garcia, em seu já referido trabalho sobre empregadas domésticas de Lima (Peru), coloca no final de seu trabalho, uma série de questionamentos que ele se fazia sobre as implicações de semelhante estudo: "... A consciência da significação numérica deste setor (inclusive comparativamente ao proletariado industrial urbano) e a inclusão do mesmo dentro da massa de trabalhadores do chamado setor marginal colocava alguns problemas. Num país como o nosso em que o setor marginal cresce dia a dia, poderia considerar-se como um setor secundário a este numericamente tão importante? Teriam, ou têm, estes grupos um papel político a desempenhar mesmo quando sua vinculação direta com os meios de produção seja mínima? Em que sentido poderíamos falar de exploração de um setor que não produz mais-valia? Ou será que não se trata de um setor explorado no sentido mais preciso e restrito do termo? Em todo caso, qual é o caminho de liberação da opressão e do abuso para este setor? Qual é sua vinculação real e potencial com outros setores explorados? É um fato que não se trata de um setor isolado de outros, senão que mantém vínculos familiares e culturais com o campo e com o proletariado urbano..." (Tradução nossa). Op. cit. pp. 164,165.

trabalho, ao discutirem sobre a natureza econômica do trabalho das donas de casa.

Finalmente, Saffioti situa as atividades das empregadas domésticas lembrando que elas se dão no seio da família, instituição não capitalista, que entretanto se mostra bastante adequada à reprodução ampliada do capital, pois aí têm lugar atividades que concorrem para a produção diária e a reprodução da força de trabalho, esta imprescindível à reprodução do capital. No entanto ela lembra mais uma vez que essa contribuição é medida por estruturas não capitalistas como a família, incapaz de extrair mais-valia. Para ela, portanto, "as empregadas domésticas não são, pois, alvo de exploração da mesma forma como o são os trabalhadores capitalistas". Ela admite, no entanto, que as "domésticas" seriam "elementos super-explorados" das formações sociais capitalistas quando sua patroa é explorada pelo capitalismo como assalariada e por isso lhe paga um parco salário. (?!)

Depois desta sumária apresentação (com os riscos que isto acarreta) das posições teóricas expostas por Saffioti, tentaremos tecer algumas considerações a respeito de certos aspectos aí encontrados.

Apesar da orientação que ela pretendeu imprimir ao trabalho, como revela no início deste, "analisar a presença de minorias sociológicas (mulher, por exemplo) nas formas não capitalistas de trabalho em termos de uma teoria da articulação entre o modo de produção capitalista e formas não capitalistas de trabalho" a nosso ver, Saffioti abordou somente de pas

sagem um caminho que consideramos talvez mais fecundo para a análise da *articulação* entre o modo de produção capitalista e a forma não capitalista de trabalho - emprego doméstico - como a questão do papel das atividades domésticas (TRABALHO DOMÉSTICO) exercidas por donas de casa e "eventualmente" por empregadas domésticas, na reprodução da força de trabalho, fundamental a qualquer modo de produção. Ela menciona também brevemente, no fim do seu capítulo teórico, a questão da permanência da divisão social do trabalho segundo os sexos, como fator de grande discriminação da mulher nas sociedades competitivas. Na verdade nos pareceu mais nitidamente ser sua preocupação central neste estudo distinguir insistentemente as formas de trabalho (produção) *capitalistas das não capitalistas*, do que avançar, se possível, na difícil discussão da *articulação* entre essas formas de trabalho, como ela própria menciona. Assim penso que o emprego doméstico foi aí explicado *pelo que ele não é*: enquanto "exército de reserva" elas (as empregadas domésticas) não estão na atividade "econômica" capitalista; enquanto não participando da atividade produtiva (mais-valia), elas não são alvo de exploração como o são os outros trabalhadores, este trabalho também não é trabalho improdutivo e ainda se realiza na família que é uma instituição *não capitalista*.

A noção de trabalho produtivo coerentemente defendida por Saffioti tem sido questionada por vários autores. André Villalobos<sup>62</sup> por exemplo, discutindo a "utilidade do conceito

<sup>62</sup>VILLALOBOS, A. Nota sobre "Trabalho Produtivo/Trabalho Improdutivo e Classes Sociais", in CLASSES SOCIAIS E TRABALHO PRODUTIVO, Rio de Janeiro, CEDEC - PAZ E TERRA, 1978.

de "trabalho produtivo" para esclarecimento da noção de "relações de produção", a partir da qual se definem primordialmente as classes sociais", afirma que do conjunto dos escritos de Marx, sobretudo de seus chamados trabalhos "de maturidade", pode-se concluir que "o conceito de trabalho produtivo por ele eminentemente desenvolvido parece estar longe de denotar um lugar social especificamente operário no processo de produção". Villalobos procura discutir nesse estudo uma temática surgida da constatação de uma ambigüidade não resolvida na literatura sociológica, como seria o uso alternativo de expressões tais como "classe operária", "proletariado", "trabalhadores produtivos", como se estes guardassem uma relação de sinonímia. Nesse ensaio, o autor retoma algumas considerações que revela ter feito em outros estudos onde teria se detido atentamente no *Manifesto* de 1848. Sua hipótese naquele momento era que, no Manifesto, estaria operando uma noção de "trabalho produtivo", prévia à elaboração da teoria da mais-valia, que explicaria a singularização do lugar social operário. Desenvolvendo, portanto, uma análise minuciosa onde aparecem "insuficiências" no discurso econômico do *Manifesto*, comparadas com trabalhos posteriores de Marx, André Villalobos trata também do problema da concepção de exploração capitalista, que se explicaria fundamentalmente pelo intercâmbio da mercadoria "trabalho", que, devido aos termos crescentemente desfavoráveis da troca, levaria os trabalhadores à pauperização. No *Manifesto* ainda, a exploração seria explicada também pelo depauperamento, isto é, o "consumo destrutivo do trabalhador"

(pelas más condições de trabalho, pelas jornadas excessivamente longas, pelo sofrimento e degradação do trabalhador). Comenta A. Villalobos que "em qualquer uma dessas acepções mencionadas, no entanto, pouco ou nada tem de específica a exploração a que estão submetidos os operários. Até pelo contrário: pelo menos a imensa maioria dos não-proprietários (por este fato, constrangidos a buscar, no "mercado de trabalho", uma remuneração que lhes assegure a subsistência) constitui-se de trabalhadores igualmente sujeitos a serem explorados tanto numa quanto noutra daquelas acepções. Em outras palavras: estão igualmente sujeitos aos termos desfavoráveis do intercâmbio e, do mesmo modo, encontram-se na contingência de sofrerem um depauperamento, de serem objeto de consumo destrutivo, no exercício de sua atividade por conta de outrem. E isso inclusive independentemente da qualidade em que esse outrem se apresenta, assim como também independentemente do que a atividade considerada se dê na produção ou não. Até mesmo o "Domestiquen", em sentido estrito, estaria neste caso". Voltaremos a esta discussão no capítulo sobre o trabalho doméstico e sua articulação com as outras esferas da produção social.

Fazendo, portanto, um parêntese no encaminhamento da discussão acima situada, e extrapolando das considerações de André Villalobos, lembramos um outro nível da exploração capitalista, aquele decorrente das condições estruturalmente desiguais no intercâmbio entre as regiões brasileiras, seja a nível econômico, seja a nível político. Não é por acaso que entre as empregadas domésticas de São Paulo estão *muitas* jovens

migrantes mineiras e baianas; entre as do Rio de Janeiro estão muitas cearenses, entre as de Fortaleza estão piauienses e maranhenses, juntamente com filhas de camponeses cearenses.

No próximo tópico, voltaremos a falar do "modelo brasileiro de desenvolvimento", desta vez abordando outras de suas especificidades, como a questão das profundas desigualdades regionais.

## 2.2. Emprego doméstico e o Nordeste brasileiro: a pobreza urbana de Fortaleza.

No início deste capítulo, procuramos caracterizar sucintamente alguns aspectos da realidade nacional decorrentes de um determinado modelo societal, que se estrutura numa forma de acumulação capitalista com dependência externa, de conflito de interesses de classes antagônicas e num sistema político de dominação estrita por parte da classe dominante. Destacaremos, agora, outra das contradições fundamentais deste modelo, como a cristalização de desigualdades extremas entre "regiões" brasileiras, onde se pode distinguir uma região *dominante* e outras regiões *dominadas*, unidas num processo estruturalmente articulado, e a conseqüente reprodução dos níveis de pobreza e miséria em que vivem suas populações. A razão de ser deste destaque está em nosso interesse por situar geopoliticamente nosso estudo do emprego doméstico.

Fortaleza, local onde realizamos nosso levantamento empírico, se situa na região Nordeste do Brasil, área histórica

mente "prejudicada" do ponto de vista econômico e social e *do* *minada* politicamente por outra área do país considerada em processo de desenvolvimento acelerado, ou, conforme Chaloult, de "desenvolvimento *protegido* pelo Estado"<sup>63</sup>, desde a primeira metade do século. Trata-se no caso, da região Centro-Sul e mais especialmente do Estado de São Paulo.

Inúmeros trabalhos têm tratado deste tema - disparidade regional Nordeste-Sudeste. Entre outros, destacamos primeiramente o trabalho "clássico" produzido em 1956 pelo GTDN<sup>64</sup> - *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, uma proposta "industrialista" que analisa a evolução da economia nordestina no período de 1948 a 1956, situando primeiramente a posição do Nordeste na economia brasileira, pondo em relevo as disparidades de níveis de desenvolvimento, de ritmo de crescimento e as relações econômicas do Nordeste com o Centro-Sul. Aparece, em 1977, a *Elegia para uma Re(li)gião*<sup>65</sup>, de Francisco de Oliveira, onde ele diz que ambicionou fazer uma "economia política" do planejamento regional do Nordeste do Brasil. Recusando o enfoque dos "desequilíbrios regionais",

---

<sup>63</sup> CHALOULT, Ives - Estado, Acumulação e Colonialismo Interno. Petrópolis, Vozes, 1978.

<sup>64</sup> Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), criado pela Presidência da República, sob a liderança do economista Celso Furtado, que publica o documento acima aludido, no Rio de Janeiro, em 1959. Este documento se constitui no marco de referência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada também em 1959, como agência do Governo Federal para coordenar uma política de desenvolvimento da região.

<sup>65</sup> OLIVEIRA, F. de. Elegia para uma Re(li)gião - SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

procura examinar a emergência deste planejamento regional "sob a ótica da divisão regional do trabalho no Brasil, vale dizer, sob a ótica do processo de acumulação de capital e de homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista no Brasil"... "uma abordagem centrada no exame da divisão regional do trabalho e nas suas mutações, sob o controle hegemônico da produção capitalista no Brasil, pode ao contrário propiciar o entendimento da natureza do conflito que levou à criação da SUDENE, pelo exame do desenvolvimento desigual interregional, da desigualdade de caráter e de ritmo dos conflitos sociais nas diversas regiões que polarizavam e expressavam as contradições da expansão capitalista no Brasil, pelo exame dos diferenciais da acumulação global em todo o país e finalmente pela investigação do que é uma região num contexto nacional hegemonicamente controlado pelos setores avançados da produção capitalista".

Para Francisco de Oliveira, o Nordeste foi mais uma vez "capturado" pela burguesia nacional no processo de constituição do capitalismo brasileiro (centralizado no Centro-Sul), que mediante o "planejamento" integrou devidamente esta região (com as demais) na industrialização do Sudeste.

Mais recentemente Ives Chaloult, no seu trabalho *Estado, Acumulação e Colonialismo Interno*, analisa também as contradições Nordeste/Sudeste, mas privilegiando o período 1960 a 1977<sup>66</sup>. Ele apresenta a problemática nordestina na sua dis

---

<sup>66</sup> CHALOULT, I. op. cit.

paridade com a prosperidade "sulista", através de gritantes evidências empíricas e de uma análise do processo histórico do desenvolvimento regional. Privilegiando o conceito de "colonialismo interno", mostra as relações de dependência desigual dos recursos promovida pelo Estado Nacional que "não é neutro e, de fato, defende os interesses das classes dominantes essencialmente vinculadas à região Sudeste e ao exterior".

Enfim destacaremos agora duas das conclusões do recente e minucioso estudo de Carlos Osório sobre *a pobreza e a riqueza das regiões brasileiras*<sup>67</sup>:

*"A pobreza absoluta, independentemente das várias formas em que foi definida, incide amplamente em todas as macrorregiões do país, mas é no Nordeste onde a incidência é maior, tanto na distribuição interregional dos pobres do país, quanto do ponto de vista da alta frequência de pobres na distribuição da renda interregional. A quantificação da pobreza revela-se desproporcionalmente em relação à população economicamente ativa da região, sugerindo que é falso associar a pobreza regional à grande população nordestina" (...). "No Sudeste nuclear, onde se encontram os comandos das decisões econômicas e políticas, é onde vivem os mais ricos. Quanto mais alto é o nível de renda da de limitação, do que na PEA é ser rico, maior é a participação do Sudeste nuclear em relação às demais regiões, especialmente o Nordeste".*

Vejamos ainda uma observação deste autor, retirada de sua última conclusão onde ele diz:

*"enfim, a pobreza é mais aguda como também mais extensa nas regiões pobres e os ricos das re-*

<sup>67</sup> OSÓRIO, Carlos - A pobreza e a Riqueza das Regiões in: Revista Econômica do Nordeste, 10(3) Julho/Setembro 1979.

*giões pobres têm padrões de vida que se aproximam dos ricos das regiões ricas".*

Anna Luiza Ozório de Almeida esclarece, por outro lado, o que seriam algumas das vantagens possíveis constantes no padrão de vida dos ricos:

*"As classes de renda mais elevada poupam tempo pagando pelos inúmeros utensílios domésticos hoje disponíveis, pelos serviços de utilidade pública de água, esgoto, luz, combustíveis, lixo, transportes coletivos, telefone e outras comunicações, pelos progressos nas atividades hospitalares e de ensino, pelo emprego de serviços domésticos, de mensageiros, de entrega e de transporte particular, de despachantes e de outros mediadores com o comércio e a administração pública. Diferentes combinações desses substitutos do trabalho do consumidor estão hoje disponíveis aos consumidores de países desenvolvidos e também aos membros dos estratos superiores de renda nos subdesenvolvidos".<sup>6 8</sup>*

Entre os inúmeros dados dessas diferenças, destacamos do trabalho de Chaloult, aqueles relativos ao desemprego: conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1968, o desemprego aberto, o subemprego visível e o subemprego disfarçado nos Setores não rurais totalizavam 26,6% da força de trabalho desses setores no Nordeste e 9,4 no Sudeste, evidenciando uma diferença marcante entre essas regiões.

A respeito de subemprego, podemos acrescentar ainda uma estimativa mais atualizada que nos fornece Pedro Demo,

---

<sup>6 8</sup> OZÓRIO DE ALMEIDA, A.L. op. cit., p. 65.

quando elabora, a partir dos dados da PNAD/1972, uma taxa percentual de subemprego superestimado e outra subestimada, por regiões; destacando as taxas do Nordeste e do Sudeste teríamos: superestimados, Nordeste - 59,35% e São Paulo - 24,06%; subestimados, Nordeste - 30,8% e São Paulo - 8,8%.<sup>69</sup>

Quanto ao emprego doméstico no Nordeste vejamos, no quadro abaixo, as estimativas da PNAD de 1976:<sup>70</sup>

#### QUADRO 17

#### PNAD - 1976 - Região V (Nordeste)

Famílias residentes em domicílios particulares, número das famílias, composição da família (membros efetivos: H e M e empregados domésticos), sexo e situação do domicílio.

Situação do domicílio	Número de famílias	Distribuição por sexo e composição: membros de família e empregados domésticos				
		Membros da família		Empregados domésticos		
		Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Urbana	3.163.323	15.000.928	7.099.750	7.901.178	6.980	209.740
Rural	3.553.168	18.184.224	9.108.817	9.075.406	635	19.014
<b>TOTAL</b>	<b>6.716.491</b>	<b>33.185.152</b>	<b>16.208.567</b>	<b>16.976.584</b>	<b>7.615</b>	<b>228.754</b>

Fonte: IBGE

<sup>69</sup> DEMO, Pedro - ELEMENTOS... op. cit., pp. 58 e 63.

<sup>70</sup> Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. 1976, Região V (Nordeste)

Conforme podemos observar, teríamos na região um total de 228.847 mulheres no emprego doméstico (e 7.648 homens), cabendo destacar desses números que 209.801 empregadas domésticas (bem como 7.011 homens nessa atividade) faziam parte da população urbana, e os demais da população rural. Tais domésticos (cerca de 210.000) trabalhariam em determinadas casas entre as 3.163.323 famílias, habitantes de cidades, segundo aquelas estimativas. De acordo com esses dados, podemos seguramente afirmar o caráter *urbano* deste tipo de ocupação remunerada.

Particularizando ainda mais o espaço geo-social onde realizamos nosso estudo, vejamos algumas características de Fortaleza, a terceira maior cidade do Nordeste. Como sabemos, o Governo Federal, pelos anos de 1973 e 1974, criou (institucionalizou) as nove *regiões metropolitanas brasileiras*<sup>71</sup>. Entre estas, a Região Metropolitana de Fortaleza é composta de cinco municípios - Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz -, ocupando uma área de 3.438 quilômetros quadrados e com uma população de 1.037.798 habitantes, conforme o censo de 1970. Esta região teve, entre 1960 e 1970, um acréscimo populacional de 383.153 habitantes, sendo 50,4% deste acréscimo devido ao crescimento vegetativo e 49,6% devido à migração<sup>72</sup>. Em 1975 Fortaleza já tinha 1.109.837 e a Região

<sup>71</sup>As Regiões Metropolitanas brasileiras (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre) foram criadas por meio de instrumentos legais específicos, as Leis Complementares nº 14, de 08/06/1973, e nº 20, de 01/07/1974.

<sup>72</sup>MINTER - Mudanças na Composição do Emprego... op. cit., p. 69.

Metropolitana de Fortaleza 1.317.496<sup>73</sup>. Conforme ainda estimativas de um organismo estadual, esta Região Metropolitana estaria, em 1979, com uma população de 1.488.654 habitantes e o município de Fortaleza, teria, neste mesmo ano, uma população de 1.441.332 habitantes<sup>74</sup>.

Como atividades econômicas principais, destacam-se na Região Metropolitana de Fortaleza as atividades secundárias e terciárias, predominando estas últimas. A Metrôpole - cidade de Fortaleza - apresenta-se como principal centro comercial e prestador de serviços do Estado. Sua produção industrial se fundamenta ainda no beneficiamento de matérias-primas regionais, representando as indústrias tradicionais aproximadamente 44% do parque industrial metropolitano: entre 981 estabelecimentos industriais até 1975, 222 são indústrias de produtos alimentares, 115 são indústrias de vestuário, calçados e artefatos de tecidos e 92 são indústrias de transformação de produtos de minerais não metálicos<sup>75</sup>. Ainda para a Metrôpole, o total de pessoas ocupadas na produção industrial, até aquele momento, era de 30.728 pessoas. Como base econômica dos municípios periféricos (Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz) persiste ainda a atividade primária (cultura de subsistência, pecuária leiteira, pecuária bovina, avicultura, olerí

---

<sup>73</sup> Fundação IBGE - Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, 1978, 39v.

<sup>74</sup> Autarquia Metropolitana de Fortaleza (AUMEF).

<sup>75</sup> Fundação IBGE - Censos Econômicos de 1975, Série Regional, 2(1) - Rio de Janeiro, 1979.

colas, etc); destaca-se também a atividade pesqueira que é importante no município de Fortaleza.

Os dados apresentados acima já indicam portanto a insignificância da função industrial de Fortaleza; isto, aliás, fica ainda mais evidente se examinarmos a distribuição de sua população economicamente ativa (PEA), pelos setores econômicos não primários, em 1970. A PEA não primária de Fortaleza estava assim distribuída, pelos sub-setores: *Secundário* - 15,3%, *Construção Civil* - 10,9% e *Terciário* - 73,8% (!)<sup>76</sup>. A PEA feminina, por sua vez era de 84.818 mulheres e se distribuía (em confronto com a PEA masculina), por setores de atividade, da seguinte maneira: *Setor Primário* - 1,0% feminina (17,8% masculina), *Setor Secundário* - 11,0% feminina (27,5% masculina), e *Setor Terciário* - 88,0% feminina (54,7% masculina). Do setor Terciário podemos destacar o sub-setor *prestação de serviços*, que nos interessa mais de perto neste estudo, e cuja PEA feminina era de 52,6%, para 9,1% da masculina aí ocupada.<sup>77</sup>

Ainda segundo o Censo de 1970, existia no Ceará, até aquela data, 40.470 mulheres na ocupação de empregada doméstica e 1.433 homens como "domésticos". Para o município de Fortaleza, os dados referentes à categoria prestação de serviços estão agregados no mesmo censo - constando 39.934 mulheres e

<sup>76</sup> Conforme MINTER - Mudanças na Composição do Emprego... op. cit. p. 34.

<sup>77</sup> Conforme Fundação IBGE: Indicadores Sociais para áreas urbanas, Rio de Janeiro, SEPLAN/IBGE, 1977, pp. 37.

18.261 homens, neste setor.<sup>78</sup>

Paul Singer, refutando a suposição de que cidades como Fortaleza são pobres porque não possuem indústrias, afirma que "tais cidades não possuem indústrias porque são pobres (...) estas cidades "ditas inchadas" se encontram em regiões não desenvolvidas, em cujo hiterland, a produtividade agrícola é baixa e o mercado para produtos industriais é quase inexistente. A ausência de indústrias, nessas circunstâncias, é tanto causa como conseqüência do baixo nível de desenvolvimento econômico."<sup>79</sup>

Evidentemente este suposto "círculo vicioso" da pobreza pode ser rompido "teoricamente", quando relembremos os condicionamentos históricos do desenvolvimento regional nordestino, tais como têm sido estudado pelos autores que mencionamos acima, neste trabalho.

Conforme observa, por exemplo, M.A. Lemenhe<sup>80</sup>, Fortale

---

<sup>78</sup> Sobre o número total de empregadas domésticas em Fortaleza, portanto não conseguimos outros dados que nos fornecessem uma informação mais atualizada do que essa do Censo de 1970. Apesar das tentativas que fizemos nesse sentido; a Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, por exemplo, informou não registrar a profissão (ou ocupação) dos trabalhadores que lhe solicitam a carteira de trabalho. O INPS também informou não dispor de um registro global das empregadas domésticas seguradas, o que seria controlado pela rede bancária local, encarregada de recolher a contribuição previdenciária.

<sup>79</sup> SINGER, P.I. - Economia Política da Urbanização, São Paulo, Brasiliense, 1977, p. 140.

<sup>80</sup> LEMENHE, M.A. - Fortaleza: Progresso. Fortaleza, Departamento de Ciências Sociais/UFC. 1979. (Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, maio 1979) (mimeo).

za se caracteriza como "centro econômico e administrativo de uma região agrícola cujo crescimento se faz cumprindo uma longa tradição de praça de mercado, pela captação da produção do campo para o mercado externo - à região e ao país - para suprir o mercado interno de bens alimentícios, e, mais recentemente para fornecer insumo às indústrias. A função administrativa faz engrossar o terciário, de um lado pela expansão "fantasma" das funções do governo, por outro pela "inchação" das repartições públicas. Cumprindo o mecanismo de absorção de mão-de-obra numa economia sem suporte industrial, o Estado assume o ônus da oferta limitada de emprego, via de regra, sob a argumentação de dar respostas às necessidades sociais e do planejamento da economia. Evidentemente, o emprego público, uma velha aspiração sobretudo das classes médias, serve para manter, ou criar apoio político e funcionar como mercado para troca de favores mas parece corresponder, sobretudo, à necessidade de dar um suporte maior à função básica que é o comércio e determinados serviços privados, como educação, saúde e lazer."

A aspiração de obtenção de um emprego público, como a possibilidade de uma ocupação mais estabilizada, num contexto pouco dinamizado economicamente como Fortaleza, "apareceu" também no discurso das empregadas domésticas entrevistadas. Vejamos a resposta de uma doméstica ao ser questionada "por que existem empregadas domésticas:

*"Eu acho que é porque somos ignorantes, não sabemos para pegar um lugar melhor. Mas muitos*

que sabem qualquer leitura já procuram um lugar melhor, um emprego público, que a gente tem o direito da gente. Eu acho assim: pelo menos Fundo de Garantia, PIS, feriados, domingos, que não se tem, a doméstica não tem. Tem muitas que adoram esta vida de doméstica, eu não. Desde muitos anos que eu não adoro esta profissão. Mas como eu não consigo um emprego público, aí vivo tolerando, porque também meus pais são pobres e eu preciso trabalhar para minha mãe".

A nosso ver Fortaleza poderia ser considerada como uma grande cidade "exemplar" de pobreza urbana, no Brasil. Para Peliano,<sup>81</sup> a pobreza urbana abrangeria a parcela da mão-de-obra ocupada em atividades de alta relação trabalho/capital com remuneração abaixo de um mínimo necessário à sua reprodução (ou subsistência), mínimo referido ao salário mínimo vigente". A Região Metropolitana de Fortaleza, em 1970, tinha 46% de sua população economicamente ativa com rendimento mensal inferior ao salário mínimo regional,<sup>82</sup> e esse sub-conjunto detinha somente 12% da renda total, o que aponta para o alto grau de concentração da renda e portanto para as desigualdades sociais estabelecidas. Ainda conforme tabulações especiais do IBGE elaboradas no estudo do MINTER e inseridas no tópico - "força de trabalho de baixa renda", na Região Metropolitana de Fortaleza a proporção da PEA com salário inferior ao salário mínimo vigente era, em 1970, por setor, a seguinte:

---

<sup>81</sup> PELIANO, J.C.P. - Setor informal ou pobreza urbana? Rio de Janeiro, 1976 (trabalho apresentado no Seminário sobre Estado Atual da Pesquisa Demográfica no Brasil, junho 1976) (mimeo.) p. 5.

<sup>82</sup> O salário mínimo regional vigente em Fortaleza, em 1970, era de Cr\$ 124,80.

Comércio de Mercadorias - 62,8%, Serviços Pessoais - 99,4%(!), Transportes, Comunicação e Armazenagem - 42,1% e Atividades Sociais e Administração Pública 49,4%<sup>83</sup>. Diga-se, de passagem, que nestes índices estão incluídas apenas as pessoas que recebiam renda regular, ficando de fora portanto os sem rendimentos, os "biscateiros" e os mendigos. "Biscateiros" são aquelas pessoas que fazem "biscates", atividades irregulares, geralmente prestação de serviços (quase sempre serviços manuais)<sup>84</sup>, na tentativa de conseguir um ganho mínimo para sua sobrevivência imediata, nem sempre levada a bom termo (sobretudo com relação a seus filhos).

Segundo Zélia Rouquayrol e Carneiro<sup>85</sup>, "os indicadores de saúde constituem instrumental para avaliação, sob o ponto de vista sanitário, da higidez dos agregados humanos. Fornecem subsídios para o confronto dos níveis de saúde de comunidades diversas, consideradas à nossa época, ou da mesma comunidade em diferentes épocas. Orientam o planejamento sanitário global e permitem o acompanhamento das flutuações e tendências históricas do padrão sanitário". Os autores acima citados consideram como melhor índice de saúde a *proporção de*

---

<sup>83</sup> MINTER - Mudanças na Composição do Emprego... op. cit., p. 47.

<sup>84</sup> Encontra-se excelente caracterização do biscateiro em Jane Souto de OLIVEIRA et alii: "O biscateiro como uma categoria de trabalho: uma análise antropológica" in: REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, Rio de Janeiro, 36(2): 57-84, abril/junho - 1974.

<sup>85</sup> ROUQUAYROL, M.Z. e CARNEIRO, P.C.A. - Indicadores de Saúde no Município de Fortaleza - II in: REVISTA MÉDICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, (16) 35-44, 1976.

*óbitos infantis com menos de 1 ano de idade sobre os óbitos totais* e revelam que esta proporção, em Fortaleza, tem se mantido sempre bastante elevada - em torno de 45% e inalterável desde 1920, uma calamidade de mais de meio século!

Outro estudo sobre mortalidade urbana<sup>86</sup> revela ainda que Fortaleza, entre todas as regiões metropolitanas brasileiras, apresentava em 1971 ou anos próximos a proporção mais elevada desse mesmo indicador (percentagem de óbitos de crianças com menos de um ano de idade, no total de óbitos registrados): 42,8%; (Recife apresentava 35,5% e São Paulo, 25,4%).

Podemos ainda avaliar essas diferenças regionais observando outro indicador, a taxa de mortalidade infantil (nº de óbitos infantís - 0 anos de idade, por mil crianças nascidas vivas), em 1974: Fortaleza - 140,2; Recife - 256,4; São Paulo (1969) - 38,8, Rio de Janeiro (1972) - 79,5; Porto Alegre (1973) - 54,8 (a mais baixa do Brasil)<sup>87</sup>. A proporção de óbitos infantís (0 anos) de Fortaleza (42,8%), assim como aquelas das outras regiões metropolitanas brasileiras, pode ser ainda considerada bastante elevada, sobretudo quando observamos que outros países, os chamados "desenvolvidos", atingiram na atualidade índices irrisórios: em anos próximos de 1961, Estados

---

<sup>86</sup> GIANI MONTEIRO, M.F. - Um Estudo de Mortalidade Urbana - Brasil - 1971 ou anos Próximos, in ANAIS DO SIMPÓSIO DE ESTUDOS DO PLANEJAMENTO URBANO E HABITACIONAL, Rio de Janeiro, maio, 1978, pp. 24-31.

<sup>87</sup> FUNDAÇÃO IBGE - Perfil estatístico de criança e mães no Brasil. Rio de Janeiro, 1979.

Unidos - 6,3, Holanda - 4,3, Itália - 8,1, Suécia - 2,2 (!)<sup>88</sup>.

Outros indicadores ainda poderiam ser acrescentados (por exemplo, o número de agrupamentos residenciais considerados "favelas" - 216<sup>89</sup>), para tornar mais apreensível a situação dramática em que vivem os fortalezenses *pobres* juntamente com outros brasileiros, participantes desprivilegiados numa sociedade capitalista dependente e profundamente desigual. Ao lado deles, e sendo por eles servidos ("prestação de serviços"), convivem outras camadas sociais minoritárias e privilegiadas, as classes dominantes. Assim como Singer comentava no início deste item sobre a estrutura econômica de uma cidade como Fortaleza, e Maria Auxiliadora Lemenhe o fazia em seguida, tomamos agora Francisco de Oliveira<sup>90</sup> como referência:

*"As novas classes médias, que pululam na orla marítima desde Ondina e Itapoã em Salvador, até a Praia do Futuro em Fortaleza, foram criadas em "pacotes": são implantadas, exercitadas, pela organização burocrática do trabalho nos grandes oligopólios, seja pela igualmente burocrática organização nas instituições estatais. Ao contrário dos salários da ampla massa trabalhadora, sua remuneração é determinada no interior do pacto de poder estatal e pela estrutura burocratizada das grandes empresas(...) A estrutura de poder é "transregional": de um lado as classes dominantes, em associação com o Estado, não são locais; de um outro as classes dominadas são*

<sup>88</sup> RIO DE JANEIRO. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica - Diagnóstico Preliminar da Situação de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro, 1965.

<sup>89</sup> FUNDAÇÃO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ÀS FAVELAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA - PROAFA.

<sup>90</sup> OLIVEIRA, F. de - No Nordeste, o confronto das classes inacabadas. In: Brasil em exame, mar. 1980. Pág. 37.

"inacabadas", são "massas" menos que classes".

Deduziríamos desta observação de F. Oliveira que uma cidade como Fortaleza se diferencia de São Paulo, por exemplo, somente por alcançar índices mais escandalosos de pobreza urbana, sendo portanto a diferença somente uma questão de grau<sup>91</sup> e não de natureza, desde que as duas cidades seriam aglomerados humanos, cuja teia de relações entre as diversas camadas sociais se assemelha, pois toda a sociedade está unificada sob o jugo do capital monopolístico associado e protegido pelo Estado. Estando, em parte, de acordo com a formulação acima, sobre o processo de homogeneização das regiões brasileiras, permanece em nós, contudo, a dúvida se não existe uma *diferença de natureza política*, decorrente do processo histórico cumulativo de poder político, associado ao poder econômico das classes dominantes do Sudeste, subjugando política e economicamente as camadas sociais nordestinas, inclusive sua classe dominante. Deixamos de lado essas especulações, pois aqui não é o lugar adequado para discutí-las.

---

<sup>91</sup> Carlos Osório, em seu estudo já mencionado, examinando a pobreza urbana das regiões brasileiras, se refere a alguns resultados do trabalho de Hamilton Tolosa, onde ele hierarquizou as cidades brasileiras de mais de cinquenta mil habitantes em 1970, segundo o nível de pobreza. Nesta ordenação, segundo os índices gerais da Pobreza Urbana (ordem decrescente dos Escores normalizados), Juazeiro do Norte (Ceará) ocupa o 1º lugar, Fortaleza ocupa (20º) lugar, Recife o vigésimo terceiro (23º) e São Paulo o octogésimo (80º). Tolosa usou o método dos componentes principais a partir de quinze indicadores sócio-econômicos - qualidade da construção, densidade do domicílio, iluminação elétrica, água encanada, rede de esgotos, assistência médica, assistência hospitalar, escolaridade, qualidade da educação, subutilização crítica, distribuição da renda, fogão, televisão, automóvel.

Toda essa situação muito concreta de *pobreza, miséria e sofrimento*, que conhecemos de perto em nossa vida coletiva quotidiana e que procuramos demonstrar (através de indicadores sócio-econômicos) ser ela vivida por inúmeros brasileiros, e em especial por nordestinos, volta recentemente a ser analisada no discurso "científico" das Ciências Sociais brasileiras a partir do conceito de POBREZA propriamente dito<sup>92</sup>; este conceito, de uso corrente na linguagem do senso comum, vinha sendo durante muito tempo evitado no discurso científico, em favor de outros conceitos pretensamente mais neutros ideologicamente, como por exemplo "marginalidade", "setor informal" e mais recentemente, "baixa renda". Tudo indica que esta tendência - reutilização nas Ciências Sociais do conceito de "pobreza", propriamente dito - não é privilégio de estudiosos de países *pobres* periféricos.

Barrie Stacey,<sup>93</sup> psicólogo social inglês, por exemplo, analisando o que vem a ser uma estrutura social, centraliza a discussão nos fenômenos da desigualdade social e da pobreza. Comenta Stacey que:

*"existe muita pobreza - e pobreza parcial - em*

---

<sup>92</sup>Este conceito - POBREZA - aqui está sendo tomado por nós como referente a situações sociais crônicas de carência de recursos econômicos necessários à sobrevivência (reprodução social), e não como referente a mecanismos padronizados de "defesa cultural" em contextos sócio-estruturais adversos, como faz por exemplo OSCAR LEWIS em sua Antropologia de la pobreza. Cinco famílias, México - Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1961.

<sup>93</sup>STACEY, B. - Psicologia e Estrutura Social, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

*todas as nações industriais desenvolvidas do mundo. A produção e o consumo crescentes não resultaram na plena satisfação das necessidades vitais para todas as pessoas em qualquer país, nem reduziram, nas nações capitalistas, a defasagem entre diferentes padrões materiais nos dois extremos da estrutura social (...) Esse enunciado geral sobre a pobreza não pretende significar em absoluto que a extensão e a intensidade da pobreza nos países industriais, sejam da mesma ordem que em todas as nações da África, Ásia e América Latina. Ela é obviamente de uma ordem muito inferior (...) A pobreza é relativa aos padrões da sociedade, os quais mudam com o tempo e diferem entre as camadas sociais. Resulta da organização da produção e distribuição, da inadequação tecnológica, da visão desigual do trabalho, da distribuição desigual da renda, e da necessidade de reprodução da força de trabalho, assim como das forças de produção e distribuição para sustentar a economia. As condições de vida dos empobrecidos e dos pobres são manifestações extremas do padrão estruturado de desigualdades na sociedade em geral".*

Parece interessante lembrar que Stacey descarta na sua análise a referência à estrutura de classes nas referidas sociedades industriais. Stacey faz ainda menção a um estudo de H.J. GANS sobre as funções positivas que a pobreza e os pobres preenchem para o resto da sociedade americana, sobretudo para as seções afluentes e ricas.

Dentre as quinze funções que ele enumera, destacamos algumas delas que nos parecem pertinentes à nossa discussão do emprego doméstico, como uma ocupação "destinada" a mulheres pobres em nosso contexto social:

*"A existência de pobres assegura a realização dos serviços sujos, perigosos, mal pagos, temporários, subalternos e destituídos de digni-*

dade social. A pobreza funciona para fornecer um "pool" de mão de obra que é obrigada a desempenhar as tarefas "sujas" a baixo custo, evitando assim a necessidade de pagar salários elevados e atraentes para a realização desses serviços ou de eliminar estes em sua forma atual"(...)

(...) "Os pobres, ao serem forçados a trabalhar por baixos salários, habilitam as classes média-alta e superior a usar o dinheiro obtido desse modo para seu próprio benefício, isto é, para consumo, poupança e investimento"(...)

(...) "Os pobres ajudam aqueles que não são pobres a obter os melhores empregos e as melhores oportunidades - ao lhes serem negadas oportunidades educacionais e outras. Assim ajudam a proteger as posições dos não-pobres". (...)

(...) "Os pobres, carentes de poder, têm de absorver um quinhão importante dos ônus econômicos e sociais da mudança e crescimento da sociedade"(...)

(...) "Os pobres sofrem não só de privação material mas também de privação política, ajudando a manter aquela. Como participar da vida política em grau muito menor que os outros grupos, os políticos podem-se usualmente permitir ignorá-los. Isso confere aos políticos a possibilidade de se limitarem à base média de sua política numa extensão muito maior do que se o caso fosse diferente".

Reforçando a linha de discussão que vem aqui sendo colocada - contribuição dos pobres para o "bem-estar" dos ricos - lembramos que Anna L. Ozório de Almeida, se deteve também a analisar os preconceitos a respeito dos "serviços de baixa qualificação".<sup>94</sup> Ela entende por "serviços de baixa

<sup>94</sup>OZÓRIO DE ALMEIDA, A.L. - op. cit., pp. 55-60.

qualificação" - "um conjunto de serviços cuja característica principal, talvez é a de serem "prescindíveis" ou "dispensáveis", isto é, são serviços que podem ser executados pelos seus próprios consumidores com pouco treinamento especializado e, por isso mesmo, deixam de justificar um dispêndio monetário" (...) É significativo que os serviços de baixa qualificação, em geral, encerram ainda uma conotação pejorativa, oriunda da época em que só uma elite reduzida não os prestava a si mesma. O poder de poupar-se dessas tarefas e comandar o trabalho de escravos ou vassallos na sua execução definia a posição hierárquica do membro da classe dominante. Quanto mais dispensável o serviço, quanto mais facilmente exequível pelo consumidor, maior a conotação de poder ao tê-lo executado por outrem. Também, quanto mais dispensável um bem material, quanto mais trabalhoso seu preparo e sua manutenção, maior o poder implícito do seu dono para comandar o trabalho alheio. Em ambos os casos (consumo conspícuo de serviços ou consumo conspícuo de bens materiais), o que se busca exibir é o poder de o consumidor *não* executar um serviço. O que antes era uma relação explícita de poder e sujeição ter-se-ia camuflado com o tempo, passando a uma relação de empregador e empregado remunerado. No entanto, a busca generalizada de prestação conspícuo desses serviços revela que eles, continuam a possuir conotação de desigualdade de importância social entre seus prestadores e compradores." (...) A consequência trágica dessa constatação é que o prestador de serviços de baixa qualificação continua, até hoje, a ser o trabalhador menos respeitado da

sociedade. São atividades relegadas às pessoas de características étnicas menos valorizadas, não só em países de forte estratificação social, mas até em países supostamente igualitários. Na Europa, por exemplo, depois da II Guerra Mundial, houve importação maciça de portugueses, espanhóis, iugoslavos, gregos e turcos para exercer funções consideradas subalternas, inferiores e sujas pelos trabalhadores do Norte. Esses "pretos da Europa" como são freqüentemente chamados, tratam sobretudo de serviços de limpeza urbana, manutenção não especializada em fábricas e serviços domésticos. Com a recessão dos últimos anos, foram os primeiros a serem despedidos, sem que suas dificuldades suscitasse muito senso de responsabilidade por parte de seus empregadores".

Fazendo evidentemente os grandes descontos, necessários para que se possa equiparar relativamente *o que é ser pobre* (ou prestador de "serviços de baixa qualificação") nos Estados Unidos ou na Europa, e *o que é ser pobre* (idem, idem) no Nordeste do Brasil, consideramos, por exemplo, bastante apropriadas ao nosso objeto de estudo - situação das empregadas domésticas, essas cinco funções da pobreza que selecionamos entre as demais evidenciadas por GANS. Vejamos alguns aspectos:

- A empregada doméstica limpa a sujeira produzida durante o consumo privado de uma família; tradicionalmente, nos países e nas regiões "subdesenvolvidas", este é um serviço mal pago, subalterno e sem dignidade social, conforme veremos exemplificado posteriormente por nossos dados oriundos de pes

quisa direta;

- As "empregadas", analfabetas ou semi-alfabetizadas executam um serviço básico - preparação de alimentos, limpeza essencial à saúde, cuidado com os dependentes (crianças e idosos) para que os outros membros da família dediquem seu "precioso" tempo ao *trabalho* (o homem necessariamente e a mulher ocasionalmente) e/ou ao *estudo* (especialmente os filhos); assim sendo as domésticas não estarão competindo na área (mercado) "reservada" aos socialmente melhor colocados;

- Recebendo um pagamento simbólico<sup>95</sup> por seus serviços "dispensáveis" do ponto de vista da economia e "imprescindíveis" do ponto de vista de algumas patroas cearenses (como veremos no último item), as empregadas "favorecem" muitas vezes a poupança da família destinada a investimentos "produtivos" ou/e a um consumo suntuário: habitações luxuosas, equipamentos sofisticados e dispendiosos, lazer, brinquedos, presentes, viagens custosas... enfim fartura e conforto.<sup>96</sup>

- Trabalhando num "emprego" supostamente transitório que se transforma por força de circunstâncias históricas, em algo irremediavelmente (?) permanente, as empregadas domésticas

---

<sup>95</sup>Sobre a remuneração paga as empregadas domésticas, em diversas cidades brasileiras, veja-se a página 130 deste trabalho.

<sup>96</sup>RIBEIRO, Darcy - "Sobre...", op. cit., p. 16 comparando a classe dominante brasileira com a norte-americana comenta: "... os ricos daqui vivem uma vida muito mais rica do que os ricos de lá, comendo melhor, servidos por uma famulagem mais ampla e carinhosa. Como se vê, tudo foi feito com muito mais sabedoria, prevendo-se até a invenção da mucana que nos amamentaria de leite e de ternura."

cas vivem uma situação incrivelmente ambígua: carregando as "marcas" da pobreza provenientes de classe, situação familiar, e, continuando a ser pobres (em decorrência da remuneração que auferem) elas se acham inseridas num contexto de fartura relativa e algumas vezes de esbanjamento - esta é a violência implícita nesta relação de trabalho.

- Enfim, como acentuou Gans, as empregadas domésticas como categoria de trabalhadoras sofrem de privação política que ajuda a manter a privação material; acomodadas a essa situação por absoluta "precisão", isoladas de seus pares nas unidades familiares, controladas nas suas relações externas pelos patrões, as empregadas não se associam, não discutem seus problemas, não se politizam... permanecendo a situação da categoria determinada pela força política da classe dominante.

### 2.3 - O Emprego Doméstico como Estratégia de Sobrevivência

Examinemos agora como alguns dos aspectos da situação social das empregadas domésticas, tais como foram articuladas nas "funções" acima, "apareceram" em nossos dados de pesquisa de campo. Vejamos primeiramente a situação de "Maria", tomada como um *caso típico*. "Maria, empregada doméstica que tem 17 anos de idade, é filha de pai "agricultor", com sete filhos. Desde pequena, ela apanhava algodão na agricultura, mas veio se empregar "porque o padrinho (patrão) foi buscar e eu tive que vim". Há quatro meses é babá (cuida de crianças) e arrumadeira, e o que acha pior no emprego "é cuidar de menino, (...) não gosto, trabalho porque eles são meus padrinhos e eu vim para atender eles... eu gosto de crianças, mas não pra mim cuidar..."

Está satisfeita com o que ganha (Cr\$ 300,00 e mais ajuda nos estudos), pois, "ela também não aumenta a diária da gente, não aumenta dinheiro, aí a gente tem que ficar satisfeita porque não tem mais vontade de ir pra casa"(...) melhor do que trabalho na agricultura é aqui. Agricultura é muito pesada pra gente; é só "limpa de mato"."

Maria trabalha de seis(6) horas da manhã às vinte e uma(21) horas da noite, sem repouso ("enquanto tiver serviço eu tou fazendo"), com uma folga por mês.

Pretende ficar no emprego por uns dias(?!)... "Por hora no "rojão" que eu vivo aqui, eu não aguento não(...) eu

naõ queria arranjar emprego naõ, saindo daqui eu queria ir pra casa (...) com meus pais eu estou satisfeita..."

Maria está estudando "para ver se serve para alguma coisa, no fim da minha... mais para frente(...) é muito pouco a minha leitura... eu não dou mais para estudar, porque eu sou muito esquecida... faço uma coisa hoje, amanhã não sei o que é que eu fiz.." No interior, ela tinha feito até o 4º ano (do 1º grau) mas chegando aqui "eu fui fazer o segundo... é mais forte, né? e lá é muito vagabundo mesmo (...) eu estudo pra ver se arranjo um emprego melhor... se eu aprendesse mais eu podia até sair daqui (...) eu não sei nem qual outro emprego que tem melhor no mundo..."

Como podemos verificar, esta e muitas outras "Marias" são aprisionadas por um "destino", cujas raízes lhes escapam. Elas não são donas de suas vidas, de seus corpos, de sua força de trabalho. Uma maré invisível, inexplicável para elas, conduz seu "destino" social. Mas se vê o quanto elas sofrem física e psiquicamente a *violência* implícita na sua situação de classe, de sexo e de trabalho. E no discurso aparecem as contradições da situação e as ambiguidades nos seus desejos:

"Maria" por exemplo, queria estar com os pais, mas é "obrigada" moralmente a vir servir aos padrinhos-patrões. Ela aceita o pouco ganho porque não quer mais voltar para casa, quer dizer, para o trabalho na agricultura, mas não aguenta o "rojão" do emprego doméstico, e quer voltar para os pais. Maria, neste emprego deve cuidar "obrigatoriamente" de crianças e provavelmente deverá cuidar de seus filhos (se os tiver),

pois, sendo mulher, a isto está destinada socialmente - reproduzir; cuidar, socializar -, mas não gosta disso(!).

Enfim, Maria está estudando para *mudar de emprego* (mudar seu "destino"), mas não acredita que possa aprender mais nada, pois tem a memória fraca, mas... não quer mais voltar para a agricultura...

Passemos agora a examinar como é vista a condição das domésticas pela outra categoria social - as patroas - que se acha articulada socialmente com a primeira (a das domésticas) na situação típica do emprego doméstico.

Sobre a "profissão" da empregada doméstica, assim se manifestaram as patroas entrevistadas: das quarenta e sete (47), vinte e sete (27), isto é, 57% são *favoráveis* ao emprego doméstico e vinte (20), isto é, 43% são *desfavoráveis*. Vejamos o que isto significa.

Entre as favoráveis, por exemplo, quinze (15) consideram o emprego doméstico *uma profissão como outra qualquer*, apesar de algumas dentre elas terem ressaltado que "é tida como inferior" e "necessita ser valorizada", "regulamentada". Lembremos que dentre as que assim se pronunciaram encontram-se majoritariamente mulheres "profissionais" assalariadas, trabalhando fora de casa em tempo integral, tais como médicas (3), bióloga, veterinária, enfermeira, advogada, assistente social, professoras (3), etc. Somente três (3) dentre elas são donas de casa não assalariadas, mas sustentadas por seus maridos, que recebem salários relativamente altos.

Ainda dentre as favoráveis, destacamos alguns depoimentos de patroas que também consideram o emprego doméstico um *trabalho normal* para aquelas pessoas que elas consideram socialmente *fracas* porque, "sem cultura", "vindas do interior", enfim *pobres* e assim sendo, úteis a pessoas de outra condição social:

"... Tem que existir uma profissão para as pesoas que não tem opção, então, a pessoa que não tem cultura é um fraco, porque pra onde ela vai apelar tem que trabalhar. Então, o lugar onde ela pode trabalhar, que tenha casa, comida e um dinheirinho, eu acho que pode fazer... não desonra ninguém, mas também não honra. Então vai ter que existir ainda muito tempo, enquanto este país for subdesenvolvido. A partir do momento que ele for desenvolvido, aí nós vamos sofrer, porque não há mais condição. Até mudar o sistema vai custar muito, não é? mas, está ficando difícil, porque estão surgindo fábricas e outros serviços, repartição com serviços que dá um status melhor. E elas estão entendendo, mesmo que trabalhem por hora, mas não querem mais. É uma questão de status(...) é como eu lhe digo, e quem quiser pode achar ruim, mas, dentro do nosso sistema, tipo de vida aqui no Nordeste, não podemos viver sem esse tipo de ajuda. Principalmente eu, que vivo numa casa grande, tenho filhos e marido e trabalho e gosto de ter conforto, gosto de comer bem..." (grifos nossos)

(Bibliotecária, instrução superior, salário Cr\$ 8.000,00, renda familiar: Cr\$ 35.000,00, com 3 empregadas, pagando Cr\$ 600,00 a cada uma).

"... eu acho bom porque é melhor do que certos serviços... porque vamos dizer, elas ganham pouco, mas têm tudo em casa. Tem a mesma comida que a gente come, tem lavagem de roupa, têm tudo... As vezes a gente ainda dá as coisas... e certos empregos, não tem direito a nada. E só vai o dinheiro na frente... É um bom emprego para quem não tem assim grandes estudos, né? Pra pessoa que tem seus estudos mais ou

menos e muito fácil arranjar emprego, mas para uma pessoa que vem assim do interior... eu acho normal este emprego..." (Grifos nossos)

(Desempregada, instrução secundária, renda familiar Cr\$ 5.500,00, com uma empregada doméstica ganhando Cr\$ 400,00).

É interessante observar que o empregado doméstico, esse "trabalho normal... para as pessoas fracas", foi ainda considerado por doze (12) patroas como vantajoso comparativamente ao trabalho das operárias nas fábricas. Vejamos o que pensam três dentre estas:

"Eu vejo muita vantagem no emprego doméstico, vejo mais vantagem que nas fábricas porque na fábrica ela ganha mais, mas tem que pagar comida, vestuário; na casa da gente usa fardinha que a gente dá, na fábrica ela paga transporte, paga moradia e na casa de família tem tudo de graça e ainda tem uma família. Na doença a gente leva para o médico, pois se ela morasse num quartinho lá no subúrbio quem leva varia ela pra esses cantos, né?" (grifos nossos).

"Eu que já trabalhei, eu acho uma profissão como outra qualquer, eu sempre disse pras minhas empregadas, eu acho melhor a profissão doméstica do que a de empregada de fábrica. Porque eu já trabalhei numa repartição de uma fábrica e que os chefes são aquilo mesmo daquela novela "Sinal de Alerta". E em outras lojinhas, as mocinhas tem que pagarem almoço, jantar, gasta roupa, tem que andarem direitinhas porque se não, não querem, e pra isso então ela começa a querer ouvir a cilada do patrãozinho pra poder ficar no emprego, pra poder ganhar um pouco melhor, eu creio isto. Eu acho que é melhor uma empregada doméstica quando é em uma casa que respeita, e ela trabalhando direitinho saindo a noite pra sua aula, eu não acho desonra nenhuma; acho assim, quando é tratada com desumanidade. Eu sempre

digo pras minhas empregadas: olha meninas vocês reclamam porque são empregadas de cozinha, eu sou empregada tanto quanto vocês; Por que você se amanhecer doente eu vou lhe dar o chá, o melhoral na sua mão e eu, se eu não chegar na hora, meu ponto vai cortado e se eu chegar atrasada duas ou três vezes, o diretor me chama pra me repreender. Então eu acho que apenas muda de nível; eu tenho um nível superior e você inferior. Se você não tem o meu estudo, você mesmo morena (não digo nem cabocla) se você tivesse um curso superior você não estava aqui, você estaria numa repartição pública ou em um emprego melhor. Eu acho que qualquer tipo de emprego não é desonra quando é respeitada e saiba respeitar." (grifos nossos).

"... Se a gente for comparar - eu faço sempre essa comparação. A moça que não sai de casa, mora mesmo no emprego, e vai trabalhar numa fábrica, pagando transporte, pagando almoço, pagando o quarto dela, e tendo que gastar roupa para se locomover, etc., no fim vai o salário, vai tudo. Na casa da gente elas, além de terem tudo isso, elas vão trabalhar menos. Elas têm o alimento que a gente tem, se alimentam bem, e por aí elas não têm isso mesmo no trabalho. (...) usam uma fardinha que a gente quem dá. Quando a gente pode dar uma coisa a gente dá, assim, como um sapato seminovo, etc. Então... eu acho que pra elas o emprego doméstico é muito bom. Não é ruim, não. Eu acho mil vezes melhor do que a fábrica. A doméstica... e quando a pessoa mora ainda no mesmo bairro, tem pai e mãe, e o pai tem um emprego que pode manter a casa, ainda vá lá... Mas, muitas delas vêm do interior, sem pai e sem mãe, e vão trabalhar nas fábricas para ganhar o salário mínimo - que é que adianta? No final das contas o dinheiro não vai dar pra nada e acabam é se entregando a qualquer um aí, e acabou-se. (grifos nossos)

Seriam vantagens do emprego doméstico sobre o emprego nas fábricas, consideradas pelas patroas acima citadas, a questão das necessidades econômicas da empregada melhor satisfeitas na casa de família, a possibilidade de atendimentos médi-

cos necessários à saúde, a possibilidade de estudar (à noite, quase sempre), o ser considerada "pessoa da família"<sup>97</sup>, trabalhar menos, usar "fardinha", receber "agradinhos" e ser protegida moralmente das "cantadas" do patrão ou de "qualquer um aí"...<sup>98</sup>

Observemos ainda um depoimento muito especial onde uma patroa fez a distinção entre o *trabalho doméstico* e um *emprego doméstico*, assumindo posição significativamente contraditória na avaliação dos mesmos, isto é, mudando de opinião conforme a posição de classe em que se colocou, como patroa ou como empregada (hipoteticamente):

---

<sup>97</sup>A revista VEJA de 16 de agosto de 1978 publicou uma matéria sobre as domésticas que se intitulava: "Quase da Família - Seria vantagem morar no próprio emprego?". Esta matéria noticia alguns aspectos das discussões entabuladas pelas empregadas domésticas no 3º Congresso Nacional das Empregadas Domésticas, realizado em Belo Horizonte, naquele mesmo mês. Comenta também a opinião da presidente da Associação Paulista das Empregadas Domésticas sobre o fato de a empregada morar no próprio emprego, encarado como principal obstáculo à organização da categoria: "Isso acaba fazendo com que a gente trabalhe o dia inteiro, sem um minuto de descanso. E, mais que isso, a empregada fica com a falsa sensação de participar da família". Ela acha que a empregada não teria, na verdade, nem o direito de viver na família, nem o direito a uma vida própria, por uma quase absoluta falta de tempo.

<sup>98</sup>Não estão de acordo com a opinião destas patroas as conclusões do II Congresso Nacional de Empregadas Domésticas realizado em abril de 1974, no Rio de Janeiro, e publicadas no Cadernos do CEAS, (36), mar./abr. 1975: Entre os problemas maiores que a doméstica enfrenta em todo o Brasil destacam-se a falta do horário de trabalho e suas conseqüências (cansaço, doença, dificuldade de tratamento, isolamento, afastamento da família, dificuldade de estudar), o baixo salário (que torna impossível até a filiação ao INPS), o desprezo da sociedade (e como conseqüência a doméstica se sente desvalorizada, humilhada)... etc.

E - O que a senhora pensa da profissão de empregada doméstica?

R - Ah! eu acho horrível, eu acho péssimo porque o trabalho doméstico é muito cansativo. O trabalho, eu acho que elas trabalham porque elas têm necessidade mesmo, mas é muito abusado, todo dia a mesma rotina.

E - A senhora se empregaria?

R - Ah! depende, né? Porque a necessidade e a pouca cultura é que faz com que a pessoa trabalhe, né? Eu acho que me empregaria porque hoje em dia o emprego melhor que tem é o doméstico. Porque você tá de bucho cheio, você tem folga e no entanto essas pessoas que têm pouco estudo, que não trabalham, não têm o nível elevado, elas não podem trabalhar noutro setor, a não ser numa fábrica de castanha, numa coisa e outra. Eu acho mais humilhante que o trabalho doméstico. Muito embora elas acham mais humilhante o doméstico, né? Mas se eu me encontrasse num estado em que eu não tivesse condições de ganhar dinheiro, eu faria isso. Eu agradava a dona da casa, eu ganhava vestido velho, fazia uma coisa, fazia outra mas eu preferia tá na sombra.

Tal como menciona esta patroa, a principal dificuldade sentida pelas empregadas domésticas é a situação de humilhação que as constrange, neste trabalho, e que para elas anula quase sempre quaisquer possíveis vantagens deste "emprego" sobre outros correlatos.

Recentemente tivemos oportunidade de comprovar isto, quando participamos do I Encontro da Mulher Cearense<sup>99</sup>. Nesta ocasião aproximadamente dez (10) mulheres que trabalham em in

<sup>99</sup> Realizado em 9 de março de 1980, em Fortaleza.

dústrias de castanha, em Fortaleza, revelaram as p<sup>é</sup>ssimas condições a que estão submetidas nas "suas" f<sup>á</sup>b<sup>r</sup>icas, a ponto de causar profunda indignação nas outras participantes deste grupo de debates, diante dos fatos relatados. Em certo momento, uma das participantes (patroa, classe média), disse que se intrigava com o seguinte fato: ela não entendia como a situação do trabalho das mulheres nas f<sup>á</sup>b<sup>r</sup>icas era semelhante a um "campo de concentração", tal como parecia o que ali estavam descrevendo e no entanto as mulheres não estavam mais querendo se empregar como "domésticas" e preferiam as f<sup>á</sup>b<sup>r</sup>icas. Uma das "castanheiras" disse que poderia responder, pois já tinha sido empregada doméstica: "é que *nas casas a gente é muito humilhada (...)* e depende dos patrões que pegar, se são bons patrões ou se são ruins..." Outras acrescentavam: "quando a gente sai da f<sup>á</sup>b<sup>r</sup>ica sai para *nossa casa*". (grifo nosso)

Da discussão acima colocada destacamos o que nos parece ser uma distinção feita pelo trabalhador(a) entre a exploração-dominação vivida e sentida pelos operários *junto com seus companheiros, na f<sup>á</sup>b<sup>r</sup>ica* e a exploração-dominação *vivida e sentida pela trabalhadora doméstica solitariamente* (raramente em pequenos grupos), *na casa dos patrões*.

E em especial, sobre o fato de *trabalhar na casa dos outros*, há como que uma estranheza, um incômodo marcante que decorre desta condição especial. No discurso de algumas empregadas entrevistadas isto se tornou muito evidente:

"Dona menina, é o seguinte: eu trabalho porque eu preciso, em casa dos outros, né? porque eu não gosto, não... o trabalho que eu faço, eu não gosto. Eu trabalho porque preciso..."  
(grifo nosso)

(Doméstica com 18 anos, trabalha há 1 ano e 3 meses e já passou em 2 casas; ganha Cr\$600,00 atualmente)

"Não, de jeito nenhum... porque eu não gosto. Sei lá... não gosto não. Não tem quem goste... Porque não gosto de viver nas casas dos outros. Já tá com um ano que eu estou aqui, mas eu não acostumo. Quando eu vou lá pra casa não tenho vontade de vir de jeito nenhum. Não gosto não. Me adaptei com o pessoal, mas..."  
(grifo nosso)

(Doméstica com 19 anos de idade, passou por 4 casas, em 4 anos. Ganha Cr\$ 900,00 atualmente)

"Da minha vida a única coisa que eu acho ruim é viver nas casas alheias e não ter onde morar. Não tenho minha casa mesmo, sair hoje e dizer: vou pra minha casa..."

(Doméstica com 45 anos de idade atualmente, há mais de 30 anos vive empregada, tendo trabalhado em 10 casas diferentes; ganha Cr\$ 400,00)

"Minha vida é uma novela. Eu tenho vivido nas casas, tenho sofrido muito, né? Sofrido aborrecimentos dos outros, enjão da patroa e outras coisas que eu tenho passado. Sei não. A gente se acostuma com as coisas e é assim mesmo..."

(50 anos de idade, trabalhou em quatro casas, ganha Cr\$ 800,00)

"Não gosto... eu trabalho porque tenho necessidade ... não sei se é complexo... Não é praticamente complexo não, que a minha família é pobre, mas tem alguém na minha família que tem um nível bem mais elevado que eu... mas eu não sou a única, tem mais umas primas que trabalham como doméstica, mas eu vivo assim humilhada com o tipo de trabalho que eu faço. Ah eu não gosto, eu não gosto e gosto porque eu já trabalho aqui há 3 anos. Não eu não gosto, eu não gosto, eu trabalho porque é preciso..."

(Doméstica com 23 anos de idade, começou como babá aos 18 anos, já trabalhou em 3 casas, ganha Cr\$ 800,00)

"Eu não acho nada bom, não. Acho ruim viver a vida inteira em casa de família, eu acho isso muito chato, sair de uma casa ir para outra, ficar aguentando isso também, porque as vezes aguentar humilhação aí isso é muito chato". (grifo nosso)

(Doméstica com 16 anos, começou com 12 anos, trabalhou em 4 casas, ganha Cr\$ 700,00 atualmente)

"Acho ruim a gente ser cativa, de viver trabalhando e não tem direito a nada, e as patroas ainda se aborrece (...)

As vezes elas não tem razão e vêm brigar com a gente por nada, por besteira, aí a gente também se aborrece, né?"

(Doméstica com 36 anos de idade, começou com 20 anos e já passou por 15 casas: ganha Cr\$ 800,00 atualmente)

Voltando ao depoimento das patroas, até aqui revelados, pode-se ainda aí perceber a presença do temor do desaparecimento da empregada doméstica funcionando como uma "ajuda" à dona de casa, ou como substituta efetiva da mesma na realização das responsabilidades domésticas imperativas, atribuídas às mulheres - donas de casa -, nas diversas sociedades humanas. Este temor presente na consciência das patroas pressupõe a possibilidade efetiva do desaparecimento ou da transformação destes serviços, isto é, o caráter "dispensável" deles, como analisava Anna L. Ozório de Almeida, na medida em que se toma como modelo de sociedade, nessa matéria, a realidade atual dos países capitalistas "avançados" ou a dos países socialistas (vide depoimento de patroas na página 104). Sobre a "indispensabilidade" do trabalho doméstico como atribuição feminina no discurso das patroas e das "domésticas", falaremos noutro momento deste trabalho.

Como já nos referimos anteriormente, nem todas as patroas entrevistadas pensam da mesma forma, pois 43% delas avaliam desfavoravelmente o emprego doméstico, seja pela qualidade do serviço, seja pelas condições implícitas à situação de empregada doméstica. Assim algumas falavam de "luta inglória", "negócio difícil", "servicinho chato", "trabalho cansativo", "trabalho monótono", etc.; outras disseram que "é duro viver nas casas dos outros, se for maltratada, humilhada", pois "tem muita gente que trata a empregada como bicho" e "elas trabalham muito e ganham pouco", "num emprego sem segurança", onde "elas têm pouca liberdade", etc. Apesar destas denúncias feitas por estas patroas, somente duas (2) dentre elas fizeram alusão mais direta à exploração-dominação presente nesta relação específica, em decorrência da situação de classe de seus protagonistas:

*"É um negócio difícil ser empregada, né? Eu acho que é ruim ser empregada, porque aguentar aí o que elas aguentam, sabe? Tem muita divisão assim patroa-empregada (...) o pessoal aí discrimina muito a empregada, entende? Quer a empregada ali pra tá servindo, explorando. Eu acho que é ruim."*

*"... Eu não gostaria de estar na posição delas (...) Elas se relacionam com a gente como patroa e não como pessoa, cria um clima de inveja, um certo trauma. E ela se apega à casa como se fosse dela e não dos outros..."*

Podemos agora comparar a avaliação que fizeram as patroas da "profissão" da empregada doméstica, tal como acima revelamos, com a avaliação feita por algumas empregadas entre

vistadas, quando justificavam o fato de existirem empregadas domésticas,, em nossa realidade. No discurso destas aparecem mais nitidamente algumas explicações de ordem estrutural - vinculação de classes sociais, ainda que expressas numa linguagem simplista, como a explicação dicotômica da existência "natural" de pobres e ricos:

"...Ora. Olhe é uma coisa muito chata mesmo sabe? Eu não tenho vergonha de dizer que sou doméstica. Mas tinha. Todos têm de ter empregada, né? Porque tem os ricos e tem as pessoas para trabalhar para eles, porque sem o pobre o rico não pode viver, por isso a pessoa tem de ser doméstica quando não arranja um emprego que preste... O rico pode viver sem o pobre, mas ele sofre... porque precisa da gente e não tem a gente para ajudar. Ele precisa do trabalho, né? Tudo o que ele tem é o trabalho do pobre. Um edifício deste é o pobre que faz, a gente ajuda ele, é o pobre, de qualquer maneira ele precisa. E sem eles também ninguém vive, né?"

(19 anos, mãe de um filho menor (4 anos), seu pai "vigia" (antes agricultor) com 11 filhos; faz todo o serviço doméstico, salário Cr\$ 900,00)

"Ah! eu não sei não. Na minha opinião que eu acho é porque a gente é pobre e temos que trabalhar para elas. Sei lá... porque rico não vai trabalhar pros pobres, o jeito que tem a gente trabalhar para eles".

(24 anos, seu pai morador de sítio; babá, salário Cr\$ 500,00)

"Falta emprego para os pobres no Ceará. O governo não melhora a situação das empregadas domésticas..."

(filha de lavadeira; é copeira e ganha Cr\$600,00)

"Eu acho, quer dizer, eu sou contra, porque em empregada doméstica é uma pessoa assim muito escravizada. Em toda casa a empregada é uma pessoa sem valor e esse tipo de coisa eu não aprovo; eu acho que não deveria existir assim, devia existir, claro, porque gente pobre precisa de gente rica e gente rica precisa de

*gente pobre. Eu acho que devia existir um tipo diferente que fosse mais livre, que fosse bem diferente.. Eu trabalho porque tenho necessidade.*

(23 anos, pai agricultor com 8 filhos, copeira, ganha Cr\$ 800,00)

Como se pode constatar pelos depoimentos acima expostos, algumas empregadas domésticas entrevistadas se autocon-sideraram socialmente enquadradas na condição de *pobres*, comparando-se relativamente ao nível de vida de seus patrões. Por outro lado, constatamos que assim também se consideraram algumas patroas. Para fins da análise que ora encetamos, consideraremos "nossas" empregadas domésticas como exemplares de mulheres *pobres*, representativas de outras pessoas que se acham nesta condição social, em nosso meio. Apoiaremos empiricamente nossa designação-atribuição de pobreza à situação das empregadas, em alguns dados da pesquisa de campo que seriam indicadores da referida situação.

Tomemos primeiramente alguns dados sobre a situação familiar dessas meninas e jovens que se transformaram em "empregadas" em Fortaleza. Vejamos o Quadro a seguir:

QUADRO 18

Ocupação do Pai	Ocupação do Pai e Ocupação da Mãe												Renda (Cr\$) Aprox. do Casal					TOTAL	
	Ocupação da Mãe	"Não Traba- lham" (=Trabalho Doméstico)	Agri- cul- tura	Casa de Fari- nha	Dona de Bote- quim	Empre- gada Domés- tica	Cos- tu- rei- ra	La- va- dei- ra	Ar- te- sã	Apo- sen- ta- da	In- vã- li- da	Fa- le- ci- da	Não De- cla- ra- do	TO- TAL	%	< Salá- rio Míni- mo	1-3 Salá- rio Míni- mo		Não Sa- bem
Agricultor ("roça")	5	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	7	13	-	2	2	3	7
Trabalhador rural ("roça")	5	2	2	-	-	1	-	1	-	-	2	2	15	28	1	4	5	5	15
Pescador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2	-	-	1	-	1
Morador de sítio	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	3	6	-	1	-	2	3
Marceneiro carpinteiro	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3	6	-	1	1	1	3
Metalúrgico	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	1	1
Servente	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	1	-	-	1
Vigia de firma	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2	-	1	-	-	1
Técnico em rádio	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	1	-	1
Aposentado	1	-	-	-	-	-	-	-	3	1	-	2	7	13	2	3	1	1	7
Inválido	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	2	4	1	-	-	1	2
Falecido	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	5	9	-	-	-	5	5
Não declarado	2	-	-	1	-	-	1	-	-	-	2	-	6	11	2	1	-	3	6
TOTAL	20	2	2	1	1	1	2	2	3	2	9	8	53	100	6	14	11	22	53
%	37	4	4	2	2	2	4	4	5	4	17	15	100		11	26	21		

Fonte: Entrevistas com Empregadas Domésticas. 1979.

Conforme podemos constatar nessa pequena amostra, 41% dos pais (homens) das empregadas entrevistadas são "agricultores", como elas assim chamaram, sendo que destes, somente 13% possuem seu pedaço de terra e os demais, 28% trabalham em terra dos outros. Esta alta porcentagem de filhas de camponeses lavradores se comprova também nos dados que obtivemos no "levantamento exploratório" feito numa escola noturna (vide coleta de dados, p. 35 ):

QUADRO 19

Ocupação do Pai	Nºs. Abs.	%
1. Agricultura	74	51
2. Outras ocupações	20	14
3. Aposentados	4	3
Falecidos	18	13
Não declarado	28	19
<b>TOTAL</b>	<b>144</b>	<b>100</b>

Fonte: Questionário/Levantamento Exploratório. 1978.

Quanto ao trabalho das mães, como era de se esperar, 73% disseram que elas "não trabalham" se referindo à ocupação com os afazeres domésticos, que, não sendo remunerado, não é considerado trabalho.

É interessante registrar que todas as demais ocupações "complementares" de suas mães foram qualificadas de trabalho,

mesmo que o ganho fosse irrisório, como no caso daquela que trabalhava numa casa de farinha ganhando Cr\$ 10,00 ao dia (poucos dias do ano). Falamos de ocupações "complementares" para lembrar que todas essas mulheres têm ou teriam como ocupação obrigatória o trabalho doméstico. Ainda pelo quadro abaixo pode-se constatar que elas próprias, aquelas atualmente empregadas domésticas foram socializadas especialmente para executar esse tipo de trabalho:

QUADRO 20

O que você fazia em sua casa antes de vir trabalhar no emprego doméstico? (Respostas múltiplas)

	Nºs.	Abs.
1. Ajudava (a mãe) em casa		23
2. Ajudava na lavoura ("roçado")		9
3. Ajudava na "farinhada"		4
4. Fazia renda (e vendia)		4
5. Era empregada doméstica		3
6. Costurava, bordava		4
7. Fazia labirinto		1
8. Estudava		2
9. Fazia lavagem de roupa		2
10. Fazia rede		1
11. Fazia chapéu de palha		2
12. Operária em fábrica de castanha		1
13. Nada		2
14. Não declarado		5
TOTAL		63

Infelizmente sobre o ganho monetário de seus pais não obtivemos informação satisfatória pois, 21% das "domésticas" não sabem informar e 42% não foram inquiridas sobre isso, por

falhas nas entrevistas. Somente 37% informaram precariamente e fizemos então um cálculo aproximado sempre superestimando a informação (Exemplo: se elas informaram que o pai ganhava Cr\$ 60,00 por dia, calculamos como se ele tivesse trabalhado 30 dias num mês): tomando conjuntamente o ganho monetário do pai e da mãe, teríamos que 11% ganhariam menos do que o salário mínimo e 26% entre um e três salários mínimos.

Para se ter uma idéia aproximada do tamanho de suas famílias vejamos o que demonstraram os quadros abaixo, oriundos de diferentes fontes:

QUADRO 21

Número de irmãos das empregadas domésticas (vivos)	Nºs. Abs. %	
	Nºs.	Abs. %
Nenhum	1	2
1 - 2	4	8
3 - 4	7	13
5 - 6	13	24
7 - 8	10	19
9 - 10	7	13
11 - 12	4	8
Não declarado	7	13
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>100</b>

Fonte: Entrevistas com Empregadas Domésticas. 1979.

QUADRO 22

Seus pais tiveram quantos filhos? (Nº de filhos)	Nºs. Abs. %	
	Nºs.	Abs. %
1. De 1 a 4	15	11
2. De 5 a 9	45	31
3. De 10 a 14	54	38
4. De 15 a 19	23	16
5. De 20 a 24	4	3
6. Não declarado	3	1
<b>TOTAL</b>	<b>144</b>	<b>100</b>

Fonte: Questionário/Levantamento Exploratório. 1978.

Como podemos ver pelo primeiro dos quadros acima colocados, 56% desses casais (pais das empregadas domésticas) ti-

nam de 6 a 11 filhos vivos (incluindo as entrevistadas). Pelo segundo Quadro, onde não especificamos "filhos vivos", aqueles casais (pais das "domésticas estudantes" tinham tido 1 a 4 filhos - 11%, de 5 a 9 - 31%, de 10 a 14 - 38% e de 15 a 24 - 19%.

Nossas entrevistadas - as empregadas domésticas antes de venderem sua força de trabalho no emprego doméstico - viviam com suas famílias, pobres e numerosas, uma situação de carência quase absoluta dos meios de subsistência necessários à reprodução biológica e social da vida. Respondendo à questão *por que você trabalha como doméstica?*, algumas se pronunciaram assim:

"... Porque eu preciso. Se eu não precisasse eu estaria na casa de meus pais..."

"... Porque eu tenho que mandar uns tostões pra família, aí eu trabalho pra poder ganhar..."

"... Eu... na maioria delas, queria um emprego de outra coisa melhor, né? num canto pra ganhar melhor, aí se emprega "nas casas" pra ganhar aquela "coisinha" pra ajudar a família, porque não é todas que podem, né?"

"Porque não tem outro meio de... porque a renda não dá mais pra gente viver. Depois que eu cheguei aqui fiz o meu INPS e não tinha condições de pagar com a renda (ex-rendeira)".

Na resposta à questão acima mencionada encontramos ainda quinze (28%) entrevistadas que se referiram a *falta de estudo*, como uma das razões para trabalharem no emprego doméstico.

"Porque eu não tinha condições de estudar, não podia arranjar um emprego melhor do que empregada doméstica. Talvez se eu tivesse estudado, né?"

"Eu acho que é porque somos ignorantes, não sabemos ler, para pegar um lugar melhor. Mas muitos que sabem qualquer leitura, já procuram lugar melhor, um emprego público, que a gente tem o direito da gente. Eu acho assim: pelo menos Fundo de Garantia, PIS, feriados e domingos, que não se tem, a doméstica não tem (...) mas eu não consigo um emprego público, aí vivo tolerando porque também meus pais são pobres e eu preciso trabalhar para minha mãe ..."

Das 53 "domésticas" entrevistadas apenas 9 (17%) estudavam.

Sobre o significado do estudo para essas domésticas, pelo momento nos interessa entender a relação que fazem entre as carências sociais (no caso, estudo) por elas sentidas no meio social de origem, isto é, enquanto viviam com seus familiares. Vejamos os quadros abaixo:

#### QUADRO 23

Até que série escolar você tinha estudado antes de chegar a Fortaleza?

Séries	Nºs. Abs.	%
1. Alfabetização	5	9
2. Primeira	6	11
3. Segunda	13	25
4. Terceira	6	11
5. Quarta	8	15
6. Quinta	1	2
7. Sexta	2	4
8. Não estudaram	4	8
9. Não declararam	8	15
TOTAL	53	100

Fonte: Entrevistas com Empregadas Domésticas. 1979.

## QUADRO 24

Grau de Instrução ao chegar a Fortaleza	Nºs. Abs.	%
1. Sem instrução	14	10
2. Lia, escrevia, contava um pouco	13	9
3. 1º Grau (*)	107	74
4. Não declarado	10	7
<b>TOTAL</b>	<b>144</b>	<b>100</b>

Fonte: Questionário/Levantamento Exploratório. 1978.

(\*) Até a 5a. Série: 101

O primeiro Quadro revela que 71% dessas meninas pararam de estudar na 4a. série do primeiro grau e o segundo Quadro mostra que 89% teriam alcançado a 5a. série do primeiro grau, no lugar de origem. Podemos observar assim a aproximação nos resultados oriundos das duas fontes. Infelizmente sobre as razões desta evasão, só temos informação de uma dessas fontes - a do "Levantamento Exploratório".

## QUADRO 24

Se você não estudava, motivos por que não estudava

	Nºs. Abs.
1. Trabalhava na Agricultura	12
2. Trabalhava em Casa	26
3. Não havia escola perto	29
4. Meus pais não permitiam	2
5. Outros Motivos	12
6. Não declarado	11
<b>TOTAL</b>	<b>92</b>

Como já sabemos pelos resultados (Quadro 4) sobre a procedência dessas "domésticas", apresentados na introdução deste trabalho, em sua maioria elas são *migrantes*, isto é, nascidas fora de Fortaleza (81,5% nas 53 entrevistadas e 88% das alunas da escola noturna). Entre as razões apresentadas para sua transferência para Fortaleza, encontra-se sobretudo as que dizem terem vindo, *para trabalhar*.

## QUADRO 26

---

 Por que veio para Fortaleza? (Respostas Múltiplas)
 

---

	Nºs. Abs.
1. Acompanhando pais ou parentes	5
2. Para estudar	5
3. Para trabalhar	40
4. Para tratar-se de doença	1
5. Porque a mãe morreu	1
6. Não declarado	1
TOTAL	53

---

Fonte: Entrevistas com Empregadas Domésticas. 1979.

Obs.: Nasceram em Fortaleza - 5.

## QUADRO 27

---

 Motivos por que veio (Para Fortaleza) (Respostas Múltiplas)
 

---

	N <sup>os</sup> . Abs.
1. Acompanhando pais ou parentes	5
2. Trabalhar	94
3. Estudar	84
4. Tratar-se (doença)	3
5. Passear	6
6. Outro Motivo	7
7. Não Declarado	9
<hr/>	
TOTAL	208

---

Fonte: Questionário/Levantamento Exploratório. 1978.

A transferência de contexto social dessas migrantes femininas (numa forma predominante de migração individual) não acontece assim tão desorganizadamente, como se poderia pensar. Elas não "se largam" de suas famílias para procurar emprego nas ruas ou praças de Fortaleza. Existe todo um sistema de tutela seja de seus familiares, já aqui residentes, seja de patrões. Quer dizer, muitas vezes existe um acerto prévio de trabalho feito com as famílias empregadoras por parentes e amigos (muitos parentes ou amigas já empregadas domésticas daqui). Outras vezes são os próprios patrões que vão buscá-las na "fonte", que em alguns casos, são suas próprias fazendas (ou de seus parentes), celeiros de famílias pobres. (Trabalhadores rurais).

QUADRO 28

---

 Veio só: quem trouxe?
 

---

	Nºs. Abs.
1. Irmã	1
2. Colegas	5
3. Parentes	11
4. Padrinhos	2
5. Patrões	18
6. Outros	1
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>

Fonte: Entrevistas com Empregadas Domésticas. 1979.

QUADRO 29

---

 Quem a trouxe?
 

---

	Nºs. Abs.	%
1. Irmãs	26	18
2. Parentes	17	12
3. Amigas	24	17
4. Patrões	31	22
5. Padrinho	10	7
6. Outros	5	3
7. Não Declarado	31	31
<b>TOTAL</b>	<b>144</b>	<b>100</b>

Fonte: Questionário/Levantamento Exploratório. 1978.

Nossas entrevistadas deixaram suas famílias quando eram adolescentes ou jovens, e algumas vezes, crianças. Sobre a idade com que vieram se empregar em Fortaleza, há uma certa discrepância nos dados das duas diferentes fontes, que contudo não afeta a evidência fundamental, de que cedo começaram essa vida "peregrina" e "cativa" pelas "casas dos outros". Entre elas (38 migrantes individuais), 66% veio com a idade variando entre 5 a 20 anos, sendo que destas 56% entre 13 a 20. Entre as "domésticas-estudantes", 82% veio com a idade de até 20 anos. Vejamos isso nos quadros abaixo situados:

QUADRO 30

Idade das Migrantes ao chegar a Fortaleza		
	Nºs. Abs.	%
9. 5 - 8	2	5
2. 9 - 12	2	5
3. 13 - 16	11	28
4. 17 - 20	11	28
5. 21 - 24	4	10,5
6. 29 - 32	1	3
7. 37 - 40	2	5
8. 41 - 43	1	3
9. N. Declarado	4	10,5
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>	<b>100</b>

Fonte: Entrevistas com Empregadas Domésticas. 1979.

QUADRO 31

Idade ao chegar a Fortaleza		
	nºs. Abs.	%
1. Até 10 anos	19	13
2. 11 a 15 anos	49	34
3. 16 a 20 anos	50	35
4. 21 a 25 anos	10	7
5. 26 a 30 anos	3	2
6. Não Declarado	13	9
<b>TOTAL</b>	<b>144</b>	<b>100</b>

Fonte: Questionário/Levantamento Exploratório. 1978.

Para se ter uma idéia da rotatividade no "emprego" deste "grupo" de domésticas correlacionamos o *tempo de emprego*, contando os anos em que estão "engajadas" no emprego doméstico, e o *número de casas* em que já trabalharam como "empregadas". Como 74% deste grupo entrevistado têm a idade de até 30 anos<sup>100</sup>, era de se esperar um fraco índice de rotatividade - 55% passaram por até duas casas (até o momento da pesquisa), como se pode ver no Quadro 32, a seguir.

Podemos no entanto observar o "comportamento rotativo" ("peregrinação") das menos jovens (26% com idade de 31 a 61 anos) que passaram por 5, 6, 7, 8, 10, 15 casas diferentes, excetuando aquelas que se "encostaram" na família, desde que não têm mais para onde ir, e se consideram felizes por isso. Assim falou uma destas:

*"Meu pai, minha madrasta "judiava" (maltratava) muito comigo, né, aí eu me acostei a essa família... aí entonce que aí eu tava me dando bem, me dei bem lá, aí ela falou pro pai pra me trazer, aí meu pai não consentiu, aí eu fugi com ela, vim praqui pro Brasil (Fortaleza) com a idade de 8 anos (...) quando eu saí do poder dela tinha doze anos (...) aí comecei a ganhar dinheiro..."*

(40 anos, trabalhou em 5 casas)

Em Fortaleza não há *agências de empregos doméstico registradas* na Delegacia Regional do Trabalho. Entre as poucas *agências informais* que existem na Cidade, é bastante conheci-

<sup>100</sup>Vide características gerais de patroas e empregadas - item 1.4, p. 46 ).

QUADRO 32

ROTATIVIDADE NO EMPREGO: ANOS DE EMPREGO E Nº DE CASAS ONDE TRABALHOU																												
Tempo de emprego (em anos)	< 1	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	18	20	22	26	38	-	ND	-	T	%	
Nº de casas																												
1	4	3	2		1	1										1										1	13	25
2		6	1	2		1		2				1		1							1					1	16	30
3					1								1													2	4	7,5
4				2	1										1											2	6	11
5								1					1													2	4	7,5
6													1		1			1	1								4	7,5
7															1						1						2	4
8																											-	-
9																											-	-
10									1															1			2	4
15																	1										1	2
ND										1																	1	2
<b>TOTAL</b>	4	9	3	4	3	1	1	3	1	1	-	1	3	1	1	3	1	1	1	1	1	1	1	1	-	8	53	
<b>%</b>	7,5	17	6	7,5	6	2	2	6	2	2		2	6	2	2	6	2	2	2	2	2	2	2	2		15	101	

da uma "agência" que funciona há 10 anos, na casa de uma senhora do interior, um "quebra-galho", segundo sua própria expressão, manifestada numa entrevista que nos concedeu. Esta senhora não possui nenhum registro escrito que pudesse revelar o volume das "transações" que já ocorreram em sua "agência", durante todo esse tempo. Até aquele momento, quando a entrevistamos, se ela arranjava, no interior (Meruoca, Sobral) uma moça para se empregar como doméstica, poderia eventualmente receber da patroa uma gratificação de Cr\$ 100,00 pelo "serviço" prestado. Esta "agenciadora" indicou algumas razões que justificariam as mudanças de emprego das "domésticas", razões estas que seriam alegadas por elas próprias ou pelas patroas; as primeiras diriam *passar fome* ("as patroas não dão de comer, dão "sobejo"), *não terem folgas* ("não deixam fazer uma comprinha ou deixar um dinheiro pra mãe"), *ser importunada pelos filhos* (filho da casa faz alguma besteira ou diz), etc., e as segundas, reclamam de *roubo* ("roubam alguma besteira"), que *não dão conta do trabalho*, que os *namorados tiram do emprego*, que *se enjoam das empregadas*.

Finalmente, pensamos poder adiantar uma conclusão parcial de que o emprego doméstico, no contexto histórico e estrutural de Fortaleza, levando em conta também a conjuntura político-econômica regional e nacional, poderia ser considerado, para as mulheres, como um canal horizontal de parasitismo social, o que em outros termos significaria *estabilidade na pobreza* ou impossibilidade quase fatal de ascensão social. As

sim também Pedro Demo<sup>101</sup> avalia a situação do emprego doméstico:

*"Na verdade, até certo ponto se poderia visualizar a situação da seguinte maneira: na medida em que a Mulher se submete relativamente mais a este tipo de trabalho, trata-se de uma **abdicação da ascensão social**, em troca de um parasitismo social em torno da pessoa a que se presta serviços: a Mulher aprende a se com pensar com bens, acaba por admitir que o prestígio do patrão ou da patroa também lhe cabe, modela-se como virtude uma disponibilidade ir restrita, aceita-se o desnível social sob a capa da dedicação. É certo que as chances de ascensão social, na medida em que dependem de especialização, de todos os modos são muito restritas porque não têm condições de enfrentar o mercado de trabalho. Para quem não tem o problema da ascensão social resolvido por uma situação econômica favorável (o que substitui amplamente a instrução, é preciso buscá-la de outra forma. Esta outra forma geralmente se coloca a nível de uma profissionalização.*

*A prestadora de serviços, na medida em que se corporifica na empregada doméstica, se encerra nas habilidades caseiras, e pressionada por uma disponibilidade exorbitante ao trabalho, não consegue se profissionalizar. Assim, sua condição empregatícia se desvanece num subemprego crônico". (grifos nossos)*

Falamos de *estabilidade na pobreza* porque, se por um lado constatamos que as empregadas domésticas pertencem a famílias pobres, por outro lado, presumimos que no emprego doméstico elas continuam sendo pobres, quer dizer, impossibilitadas de satisfazer as necessidades biológicas e sociais mais elementares tais como manutenção da saúde, desenvolvimento intelectual, participação em lazer, auto-sustentação na velhice, etc.

<sup>101</sup> DEMO, Pedro. Alguns subsídios... op. cit., p. 47.

A constatação desta impossibilidade de ascensão social pode ser inferida a partir do *nível de remuneração*, em que se procura mantê-las no Brasil, habitualmente entre 50 a 60% do salário mínimo vigente. Singer fala que no Rio de Janeiro em 1960, 90% das empregadas ganhava menos de 3/4 do salário mínimo da época<sup>102</sup>; em Recife, em 1969, 65% das empregadas recebiam 50% do salário mínimo da época<sup>103</sup>; Saffioti, entre 1974 e 1975 encontrou em Araraquara (SP) uma média que representava 60% do salário mínimo<sup>104</sup> e, em nossa pesquisa em Fortaleza, encontramos 86% das domésticas-estudantes, em 1978, ganhava 50% do salário mínimo e em 1979, isto é, seis meses depois, encontramos os seguintes resultados: na sub-amostra em que as declarantes foram *empregadas domésticas*, os salários estavam, para 64% delas, numa proporção também de 50% do salário mínimo e quando as declarantes foram as *patroas*, os salários de 63% das empregadas estava numa proporção de 72% do salário mínimo. Concluimos, dada a possibilidade do controle na declaração das empregadas, que algumas patroas superestimaram suas declarações de quanto pagavam às suas empregadas domésticas. Lembramos que o salário mínimo na época de nossa pesquisa, em Fortaleza era de Cr\$ 1.111,00.

No Quadro a seguir apresentamos um desses resultados sobre salário, conforme declaração das patroas entrevistadas

---

<sup>102</sup>SINGER, Paul I. - "Desenvolvimento e...", op. cit., p. 83.

<sup>103</sup>Empregadas domésticas do Recife: suas condições e aspirações. B. Inst. Joaquim Nabuco. Pesquisas Sociais. Recife (18): 42-106, 1970.

<sup>104</sup>SAFFIOTI, H.I.B. - op. cit., p. 48.

QUADRO 33

RENDA FAMILIAR DAS PATROAS E SALÁRIO DAS EMPREGADAS (Cr\$)													
Renda familiar	Salário das empregadas	Sem remuneração	%	300-450	%	500-600	%	700-850	%	900-1.200	%	TOTAL	%
< 5.000,00		1	2									1	2
5.000,00 - 9.999,00				3	7	1	2					4	9
10.000,00 - 19.999,00		1	2	2	4,5	4	9	1	2			8	18
20.000,00 - 29.999,00						2	4,5	2	4,5	1	2	5	11
30.000,00 - 39.999,00						5	11	2	4,5	1	2	8	18
40.000,00 - 49.999,00						4	9	2	4,5	1	2	7	15,5
50.000,00 - 59.999,00		-		1	2	-		1	2	3	7	5	11
> 60.000,00						2	4,5	3	7	2	4,5	7	15,5
TOTAL / %		2	4	6	13,5	18	40	11	24,5	8	17,5	45*	100

\* Neste total estão excluídas duas patroas que contratam somente faxineiras (diaristas). As sinalamos ainda que dentre o total de salários das domésticas, seis destes valores correspondem ao que as patroas declaravam pagar a última empregada que tiveram.

(resultado possivelmente superestimado), correlacionado com a renda familiar das mesmas o que nos leva a avaliar, para este pequeno grupo, a distância social, medida em renda monetária, entre a família e as empregadas.

Nessa amostra, 40% ganhava entre Cr\$500,00 e Cr\$600,00, sendo esta remuneração praticada por famílias de diferentes níveis de renda familiar, desde aquelas com uma renda entre 5 e 9 mil cruzeiros até aquelas de Cr\$ 60.000,00 para cima. O salário das empregadas portanto, nesta amostra, não depende do nível de renda da família empregadora.

Especulando, nos perguntamos quais as variáveis que determinam a "lei" de formação do salário neste mercado de trabalho. Parece-nos que os limites estabelecidos pelos patrões (em especial pela patroa) para o pagamento aos serviços prestados por uma empregada doméstica seria avaliado com referência a três parâmetros:

- O primeiro seria estabelecido por *comparação ao salário mínimo*, habitualmente se descontando as "vantagens" que as domésticas teriam sobre os outros trabalhadores, tais como alimentação, moradia, etc.;

- O segundo parâmetro seria o próprio *(des) valor atribuído aos prestadores de serviços* a partir de preconceitos classistas - como por exemplo, a presunção de superioridade da classe dominante que procura se eximir de realizar seus serviços pessoais ("sujos");

- O terceiro parâmetro, enfim seria o *(des) valor atribuído*

*buído ao trabalho doméstico* a partir dos preconceitos sexistas, onde o que é ligado à mulher vale menos socialmente do que o que é feito pelo homem e neste momento, isto é, com relação ao trabalho doméstico se equiparam as empregadas domésticas e as donas de casa que não são remuneradas pela realização deste TRABALHO "oculto", quer dizer imperceptível à sociedade e economia machista. Em outras palavras, nós nos indagamos: se o trabalho destinado socialmente à dona de casa é gratuito e desvalorizado, por que elas pagariam melhor do que o fazem habitualmente às suas empregadas domésticas? Discutiremos este aspecto no próximo item.

Finalmente concluimos que, dadas as condições atuais, a reprodução do emprego doméstico, em nossa realidade, (encarado como uma das estratégias de sobrevivência utilizadas por nossa população) se dá aparentemente como um fato "natural", porque como afirmava Malthus<sup>105</sup>, "é o desperdício dos ricos que assegura a sobrevivência dos pobres, o que constitui excelente justificativa do esbanjamento, desde que não se coloque em questão a divisão da sociedade entre pobres e ricos" (grifo nosso).

---

<sup>105</sup>Citado por Singer, P.I. in: "Desenvolvimento e ...", op. cit., p. 85.

### 3 - A SITUAÇÃO DAS MULHERES NA SOCIEDADE DE CLASSES: O VALOR SOCIAL DO TRABALHO DOMÉSTICO

*"Todas as sociedades conhecidas criam e mantêm, para cada sexo, diferenças de ocupações e expectativas pessoais que limitam a humanidade do outro sexo".*

(MARGARET MEAD, Macho e Fêmea, p. 372)

#### 3.1 - O Valor Econômico-Social do Trabalho Doméstico

Para se compreender a questão da persistência do emprego doméstico em nossa realidade, examinamos até aqui alguns aspectos referentes à articulação das classes sociais, inseridas numa formação social, cujo modelo de acumulação capitalista, devido à situação agravante de dependência externa, tem características específicas: excessiva concentração de riquezas nas mãos de poucos cidadãos e pobreza generalizada para a maioria dos outros.

Para se compreender, no entanto, o lugar social tão desprestigiado da empregada doméstica, pensamos ser necessário, ainda, associar - articulando à explicação a nível dos condicionantes de *classe* - a explicação a nível dos condicionamentos sociais ligados ao *sexo*, pois, como sabemos, homens e mulheres estão desigualmente situados na "produção social da existência" na maioria das sociedades humanas, como nos in

formam alguns estudos antropológicos<sup>106</sup>. E a empregada doméstica, além de ser pobre, é *mulher*.

No discurso das empregadas domésticas, apareceu bem evidente o incômodo, quase estigma, que sentem por terem que trabalhar nas *casas dos outros*. Há como que, marcadamente, uma dupla estranheza que decorre de sua condição ocupacional. É como se dissessem: isto é um trabalho, mas não é um emprego, pois emprego é um trabalho que se executa a troco de uma remuneração, na esfera pública e não nas casas de família - lugar de consumo, de uso, de quotidiano privado de pessoas integradas por vínculos de parentesco ou vínculos econômicos (receita e despesas postas em comum). A "empregada", atualmente, mantém um vínculo especial - assalariamento<sup>107</sup> - trabalhando nas *casas (!)*, *dos outros (!)*. E, no entanto, conforme depoimento de muitas de nossas entrevistadas (empregadas e patroas), as empregadas domésticas repudiam esta condição e mesmo o nome de "domésticas". Elas se sentem estigmatizadas socialmente.

O que há de específico neste trabalho que é feito *nas casas*? O que vem a ser a domesticidade? Qual o valor socialmente atribuído ao trabalho doméstico e o que isto tem a ver

---

<sup>106</sup> ROSALDO, M.Z. e LAMPHERE, L. (Coord.) - A MULHER, A CULTURA E A SOCIEDADE, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979 - "... a visão antropológica atual suscita a observação que a maioria e provavelmente todas as sociedades contemporâneas, seja qual for sua organização familiar ou o modo de subsistência, são caracterizadas por algum grau de domínio masculino", p.19.

<sup>107</sup> SAFFIOTI, H.I.B. - op. cit., p. 190.

com a subordinação social das mulheres em geral e das empregadas domésticas em especial?

Ao longo deste trabalho apareceram referências, em alguns autores citados, associando trabalho doméstico a tarefas "vís", "aviltantes", "sujas"; outros autores colocaram a questão da permanência histórica deste "serviço" que, enquanto "emprego", seria "dispensável" ou "prescindível", dependendo do grau de desenvolvimento da formação social em questão. Resta saber se as tarefas domésticas são indispensáveis para a reprodução da sociedade e se as mulheres são desvalorizadas socialmente, porque encarregadas do trabalho doméstico ou se o trabalho doméstico é desprezível porque feito por mulheres.

Em nossa formação social, por exemplo, reproduzindo modelos sociais forjados em outras matrizes, em diferentes e remotos<sup>108</sup> momentos históricos, o HOMEM é idealmente socializado para trabalhar *fora de casa*, na esfera da "produção" (agrícola, industrial ou de serviços), participando na "fabricação" de bens (objetos economicamente visíveis)<sup>109</sup> e serviços, necessários ao processo de acumulação capitalista. Conforme sua inserção na estrutura produtiva, ele receberá por esta

---

<sup>108</sup>MORAIS, Vanberto - op. cit., pp. 35-56: Capítulo 11 "O lugar da mulher é em casa"... Importância da Civilização Grega para nós.

ENGELS, F. - A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE E DO ESTADO (1884). Lisboa, Presença, 1976.

<sup>109</sup>LARGUIA, I. e DUMOVLIN, J. - PARA UMA CIÊNCIA DA LIBERTAÇÃO DA MULHER, in: POLITICAL AFFAIRS, Jun/Aug., 1972. Estes autores dizem que o trabalho do homem produz objetos economicamente visíveis (mercadorias) e o trabalho da mulher constitui o cimento econômico invisível da sociedade de classes.

participação *lucros*, no caso dos proprietários e *salário*, no caso dos trabalhadores "livres", que vendem sua força de trabalho a outros homens (proprietários). Restam ainda inúmeros homens que se acham excluídos deste "mercado formal de trocas", e que auferem pequenos ou nenhum ganho por serviços que prestam esporadicamente aos melhor situados na escala sócio-econômica.

Todos os homens, no entanto, trabalhando com remuneração, enriquecendo com lucros, ou "desempregados" e "subempregados", ganhando muito, pouco ou nada, em "princípio" devem *manter economicamente sua família*, da qual são chefes e, portanto, têm *autoridade* e exercem certo *poder* sobre seus membros, inclusive sobre sua mulher. O homem, todavia, é dispensado de cuidar das tarefas diretamente ligadas à sua manutenção privada quotidiana, quer dizer, é dispensado do trabalho doméstico. Alguém - feminino (mãe, mulher, irmã, filha, sogra, nora, "empregada", enfermeira... etc.) - deve fazer isso para ele; deve servi-lo em troca de *sustento*, status social e/ou afeição (?!), conforme o caso, (ou baixa remuneração, no caso das empregadas domésticas).

Quanto à MULHER, dentro deste modelo histórico de divisão social do trabalho conforme os sexos, seu "destino" social como adulta é basicamente ser DONA DE CASA; quer dizer: em decorrência de sua posição de *esposa*<sup>110</sup> de um homem, a

---

<sup>110</sup>PRADO, Danda - SER ESPOSA - A MAIS ANTIGA PROFISSÃO. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.

quem está subordinada pelo casamento, ela deve trabalhar *dentro de casa*<sup>111</sup> na realização de atividades domésticas, necessárias à continuidade do grupo social originado da relação sexual contínua desta díade heterossexual (reprodução biológica). Essas *atividades domésticas*<sup>112</sup>, que podem variar de acordo com a posição de classe da mulher, que por sua vez depende da posição de classe de seu marido, são atividades do tipo: cozinhar os alimentos, limpar a sujeira da casa, lavar e passar roupas, colher ou comprar alimentos, cuidar das crianças, pessoas idosas e doentes (reprodução material) e ensinar aos filhos, em primeira instância, os padrões culturais de sua sociedade, de sua classe, de sua família (reprodução ideológica). A mulher, portanto, realiza essas atividades reprodutivas *por obrigação*, em troca de sustento (obrigação do homem), em decorrência de sua posição de subordinação social na relação com o outro sexo, tal como está institucionalizado no casamento e na família<sup>113</sup>. O marido, - "produtor" remunerado - é o chefe da família; "sua" mulher é uma *dependente*, assim como os filhos do casal. O trabalho doméstico realizado pela mulher - *dona de casa* (aí ela é chefe?!) é, então, "*gratuito*", quer dizer, não se realiza em troca de dinheiro, mas em troca

---

<sup>111</sup> ARTOIS, Antoine - LOS ORIGENES DE LA OPRESION DE LA MUJER - Sistema Capitalista y opresión de la mujer. Barcelona, Editorial Fontamara, 1979. Discute a definição do "grupo de mulheres" como casta que transcende as classes sociais, pp. 97-111.

<sup>112</sup> "*Domus*", doméstico, domesticação, domesticidade?!

<sup>113</sup> ENGELS, F. - op. cit., p. 76: "*Famulus* quer dizer escravo doméstico e *família* é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem..."

de bens comprados com a renda do marido, em benefício de todos os membros da família, inclusive a esposa.

Como acima fizemos menção, esses modelos, masculino e feminino, vigentes também em nossa formação social, com modificações relativas, teriam se originado, conforme Engels, nos primórdios da "civilização" (época histórica posterior ao "estado selvagem" e à "bárbarie" - estádios pré-históricos da cultura), pela constituição da família monogâmica (posterior ao "matrimônio por grupos" e à "comunidade familiar patriarcal"). Afirma Engels que:

*"A família monogâmica (...) baseia-se no predomínio do homem; a sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão, um dia, na posse dos bens de seu pai (...); o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino..."<sup>114</sup>*

A base da constituição deste tipo de família, para Engels, e nela a condição subordinada da esposa, se estabeleceu, portanto, no desenvolvimento de valiosos recursos produtivos - inicialmente na domesticação de animais de grande porte (gado) como propriedade privada do homem. A partir de então, diferentemente do clã, a estrutura interna da família

---

<sup>114</sup>ENGELS, F. - op. cit., p. 81.

não era mais igualitária, porque havia dependentes sem propriedades (todas as mulheres, crianças e alguns homens)<sup>115</sup>. Karen Sacks resume a descrição desse processo:

*"... porém a propriedade privada transformou as relações entre os homens e mulheres dentro da família somente porque as relações políticas e econômicas na sociedade mais ampla também mudaram radicalmente... A nova riqueza significou que houve um excedente de bens disponíveis para troca entre unidades produtivas. Com o tempo, a produção dos homens, para fins especificamente de troca, tornou-se mais desenvolvida e ampliada e chegou a ultrapassar a produção do consumo familiar. O Capitalismo Industrial alcança agora o estágio onde a produção é quase que exclusivamente social, fora da família e para troca, deixando o trabalho feminino para uso familiar. Como a produção de troca eclipsou a produção de consumo, a natureza da família mudou o significado do trabalho feminino dentro dela e, conseqüentemente, sua posição. A mulher agora trabalhava para seu marido e sua família, em vez de trabalhar para a sociedade. Seu trabalho era necessário, mas socialmente subordinado à produção de troca de excedentes. Elas tornaram-se esposas, tuteladas e filhas, no lugar de membros adultos da sociedade..."<sup>116</sup>*

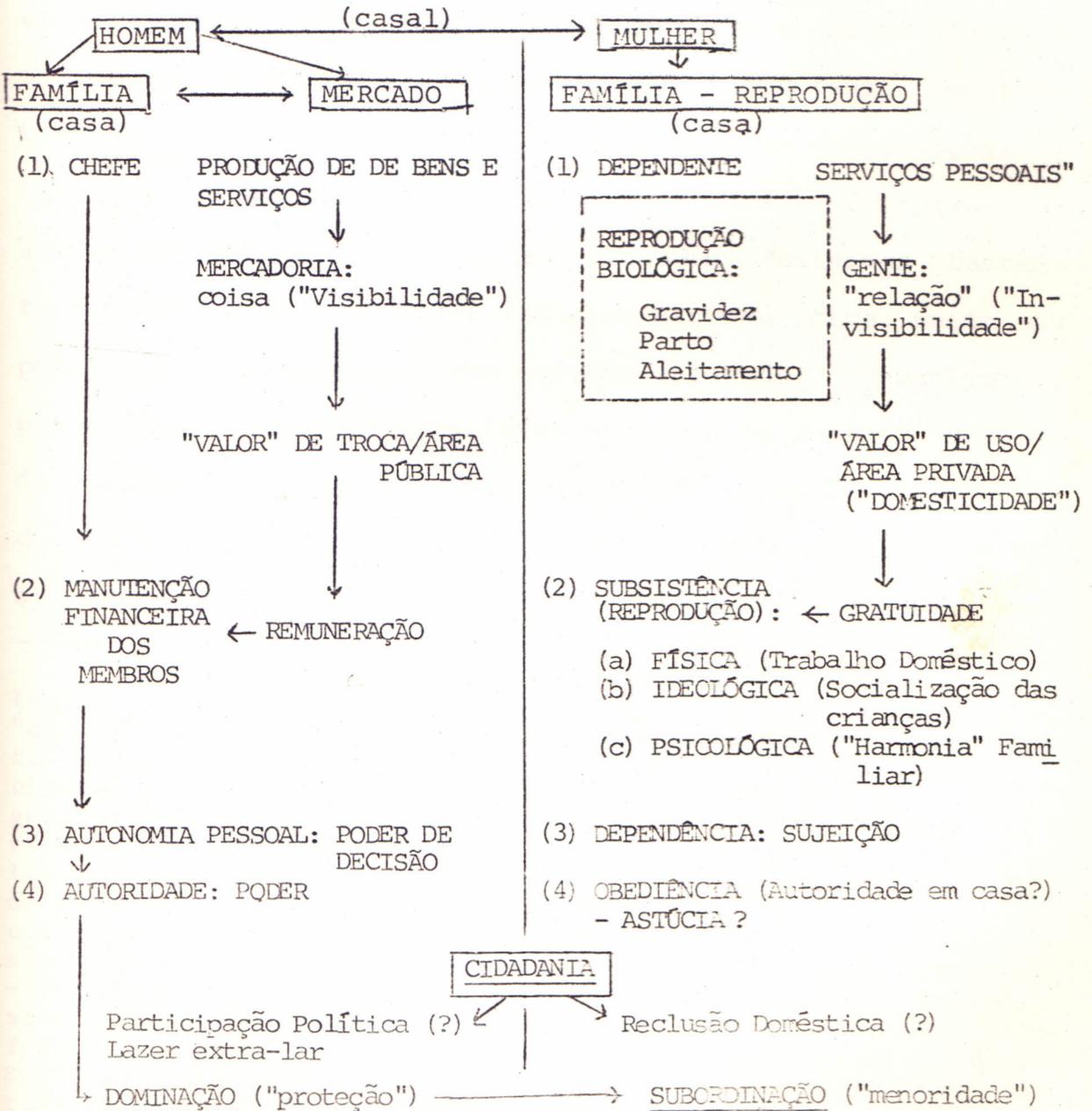
Dada a impossibilidade de desenvolvermos, neste trabalho, a temática da relação entre os sexos de uma forma mais extensiva, por inúmeras razões, arriscamos apresentar esquema

<sup>115</sup>Criticam a perspectiva adotada por Engels como sendo excessivamente econômica ("viés economicista") algumas autoras como: Juliet MITCHELL - Mulheres: A Revolução mais longa. Civilização Brasileira, Ano III, nº 14, Julho, 1967; Karen SACKS - Engels Revisitado: A Mulher, a Organização da Produção e a Propriedade Privada, in: A MULHER, A CULTURA... op. cit., pp. 185-204 e Verena STOLCKE - Mulheres e Trabalho, in TRABALHO E DOMINAÇÃO. Estudos CEBRAP 26, Petrópolis, Vozes, 1980.

<sup>116</sup>SACKS, K. - op. cit., p. 189.

ticamente um modelo "puro" do papel social prescrito<sup>117</sup> de homem e de mulher, na família monogâmica e no mercado capitalis

Papéis sexuais masculino e feminino na família monogâmica e no mercado capitalista.



<sup>117</sup> DEUTSCH, M. e KRAUSS, R.M. - TEORIAS EM PSICOLOGIA SOCIAL. Buenos Aires, Paidós, 1970. O papel prescrito "consiste no sistema de expectativas que existem no mundo social que rodeia o ocupante de uma posição, expectativas referentes a seu comportamento face aos ocupantes de outras posições", p.165.

ta, em nossa sociedade, consciente de estarmos fazendo uma extrema simplificação, omitindo alguns aspectos tão atuantes na estrutura familiar quanto aqueles que aí incluímos<sup>118</sup>. Vejamos o esquema retro.

Sabemos que esquemas como esse são modelos "ideais" ou mais precisamente ideológicos, expressão e sustentáculo de estruturas de relações historicamente constituídas, como a estrutura familiar, que, no entanto, apresentam modificações relativas, dependendo de inúmeras circunstâncias. Em outras palavras, encontramos na realidade situações femininas bastante diversas daquelas estruturadas no esquema acima, muito ou pouco distantes daquele tipo por nós esboçado. Encontramos, por exemplo, a mulher brasileira presente no chamado "mercado de trabalho", procurando desempenhar novas funções na sociedade. Pode-se perguntar em que medida realmente a mulher no Brasil executa outras funções além das funções reprodutivas na

---

<sup>118</sup>Omitimos, por exemplo, elementos da estrutura ideológica como aqueles concernentes à moral sexual definidora de "direitos" e "deveres" sexuais do homem e da mulher, moral esta ambígua e repressiva, mas profundamente "atuante" e "eficiente" para a manutenção destes papéis sociais tão designais e tão desumanos. Os fundamentos religiosos judeu-cristãos da moral sexual, vigente entre nós, por exemplo, são analisados por Vamberto MORAIS, op. cit., no capítulo - A mulher na Bíblia e no Cristianismo, pp. 75-99. Os "fundamentos" psicológicos do tipo feminino, da família e sociedade patriarcal são examinados por MITCHEL, Juliet - PSICANÁLISE E FEMINISMO - Freud, Reich e Laing e Mulheres. Belo Horizonte, Interlivros, 1979. Ainda sobre "o impacto do lugar de trabalho e a função da dona de casa sobre sua consciência" examina WALLY SECCOMBE - El Trabajo Domestico en el modo de producción capitalista, in: EL AMA DE CASA BAJO EL CAPITALISMO, Barcelona, Ed. Anagrama, 1975. "... O caráter deste trabalho é, em sua totalidade, de serviço pessoal: se trata literalmente de um trabalho realizado para que os demais possam viver. Isto cria a atitude modelar segundo a qual se julga à "boa" dona de casa: Esquecer-se de si mesma para o bem de sua família."

família e em casa, por que isto estaria ocorrendo e se de fato essa mobilização para o mercado representa alguma mudança significativa na divisão do trabalho entre os sexos, indicando alguma forma de emancipação das mulheres, do jugo do trabalho doméstico, do autoritarismo masculino ou da alienação política?

Conforme dados fornecidos pelo IBGE, a participação feminina na PEA brasileira, nos últimos anos, tem sido a seguinte: em 1970 - 20,9%; em 1973 - 30,9%; e em 1976 - 28,8%<sup>119</sup>. Como já nos referimos neste trabalho (p. 61), segundo Glaura V. de Miranda, a citada PEA de 1970 - 20,9% - estava assim distribuída pelos setores econômicos: 20% no setor primário, 10% no setor secundário e 70% no setor terciário; vale ressaltar que no setor terciário 38,9% das mulheres estava no setor serviços pessoais - quer dizer, no emprego doméstico.

Alguns fatores, que passaremos a comentar, explicariam, em parte, as razões da mobilização de algumas mulheres brasileiras, no sentido de trabalhar remuneradamente fora de casa.

Destacaremos primeiramente o fato do empobrecimento acentuado das classes trabalhadoras, decorrente da exploração inerente ao processo de acumulação capitalista que tem impossibilitado a manutenção financeira da família pelo simples (e minguado) salário do trabalhador urbano industrial, ocasionando a necessidade de outros membros da família trabalharem fo-

---

<sup>119</sup> Fundação IBGE - Indicadores Sociais - Tabelas Seleccionadas - 1979.

ra de casa, remuneradamente. Assim, historicamente, inúmeras mulheres das camadas menos abastadas têm executado atividades remuneradas fora de casa (ou feitas em casa, mas para serem trocadas no mercado), "para ajudar o marido" a cumprir suas obrigações de mantenedor "econômico" da família<sup>120</sup>. No entanto, sua inserção no mercado, realizando atividades remuneradas, quase sempre vem se associar ao cumprimento de obrigações reprodutivas na esfera familiar - trabalho doméstico -, ocasionando o que se convencionou chamar de dupla jornada de trabalho<sup>121</sup>.

Paul Singer<sup>122</sup>, fazendo uma digressão histórica, lembra que quando se deu a Revolução Industrial, a partir de 1760, o sistema doméstico não desapareceu rapidamente, mas se iniciou um período relativamente longo de concorrência entre a produção fabril (nascente) e a produção artesanal, com a superioridade crescente da primeira ocasionando a ruína da grande massa dos que ainda tentavam sobreviver nos moldes antigos. Este autor comenta que:

*... "A formação do proletariado fabril implicou, na verdade, na destruição da economia familiar do trabalhador. Atraídos à cidade os operários eram obrigados a abandonar não ape-*

---

<sup>120</sup> MARTINS RODRIGUES, A. - O padrão de distribuição de papéis em famílias operárias - Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. 23 a 36 de novembro de 1978, Rio de Janeiro (mimeo).

<sup>121</sup> LARGUIA, I. e DUMOULIN, J. - Para uma Ciência da Libertação da Mulher. Reboleira, 1972, pp. 32-34.

<sup>122</sup> SINGER, P.I. ECONOMIA POLÍTICA DO TRABALHO, São Paulo, Hucitec, 1977, pp. 120-121.

nas a aldeia e a ligação com a terra, mas também a possibilidade de combinar a atividade de todos os membros da família tanto na produção social quanto na subsistência. Todos eles - homens, mulheres e crianças - foram obrigados a se dedicar à produção para o capital e por jornadas tão longas que quase não sobrava tempo para qualquer atividade doméstica, isto é, para seu autoconsumo. Isto se dava pelo simples motivo de que o salário do homem adulto não era suficiente para cobrir os custos de sua manutenção e de sua reposição, ou seja, do sustento dele e de toda a família".

O fator acima aludido - empobrecimento estrutural - gerador de algumas mudanças na divisão do trabalho nas famílias das classes trabalhadoras urbanas, afetando inclusive o elemento feminino, ocasiona fenômeno semelhante nas famílias camponesas, por toda a América Latina, como já tivemos oportunidade de examinar neste trabalho. Um extenso e sistemático processo histórico de migração feminina tem ocasionado a passagem de mulheres - neste caso filhas de camponeses -, de atividades domésticas não remuneradas (eventualmente associadas a atividades na agricultura - para "ajudar ao pai") para atividades domésticas pouco remuneradas, no seio de outras famílias, no meio urbano - emprego doméstico. E dessa forma, com a nova condição de assalariadas, um enorme contingente feminino passa ironicamente a ser computado na "força de trabalho", quer dizer, passa a ser considerada como fazendo parte da chamada "população economicamente ativa", conforme os critérios econômicos oficiais vigentes<sup>1 2 3</sup>. Lembramos mais uma vez que

<sup>1 2 3</sup> Analisam criticamente os conceitos de PEA e força de trabalho Felícia Madeira, como já tivemos oportunidade de mencionar neste trabalho, e Mercedes PEDREIRO - La participación femenina y su presupuestó de tiempo: notas sobre problemas relativos a conceptos y captación. Centro Nacional de Información y Estadísticas del Trabajo. Secretaría de Trabajo y Previsión Social - México, 1976 (mimeo).

as donas de casa são consideradas "população economicamente *inativa*", segundo os mesmos critérios.

A nosso ver, a entrada de mulheres na "força de trabalho", por sua participação no emprego doméstico - como vem a ser o caso da maioria das mulheres brasileiras incluídas na PEA - não se constitui numa forma de emancipação para essas mulheres, apesar do assalariamento (e de por isso terem sido incluídas na PEA). Além do mais, achamos que a persistência do emprego doméstico, apesar de compreendida como estratégia de sobrevivência para as empregadas, em nada modifica a tradicional divisão do trabalho entre os sexos, nem pelo lado da empregada - futura dona de casa (?), nem pelo lado da patroa a quem ela substitui ou ajuda.

Por outro lado, com relação às mulheres trabalhadoras inseridas no setor secundário (10% da PEA brasileira)<sup>124</sup>, duvidamos que sua simples inserção no trabalho industrial, acarretando sua integração na condição operária, signifique necessariamente uma forma efetiva de emancipação, no que diz respeito particularmente à transformação das relações familiares (autoritarismo masculino), à divisão do trabalho dentro de casa (segunda jornada de trabalho) e como consequência dos as-

---

<sup>124</sup>Um estudo pioneiro sobre a mulher na indústria, no Brasil, é o de Eva A. BLAY - Trabalho Doméstico: A Mulher na Indústria Paulista, São Paulo, Editora Ática, 1978. A autora faz uma distinção entre a mulher *trabalhadora* e a mulher *profissional*. A mulher seria uma *profissional* quando incorpora o trabalho (extra-domiciliar) como um dos aspectos fundamentais de sua vida. Para ela, este não é o caso das mulheres qualificadas na indústria paulista.

pectos precedentes, sua desalienação política, levando a uma maior participação na comunidade mais abrangente.

Para aclarar nossas dúvidas a esse respeito e sobre outros aspectos da questão feminina, aguardemos os resultados das inúmeras pesquisas ora em curso, nos meios acadêmicos brasileiros sobre as condições da mulher no mercado de trabalho<sup>125</sup> e de um modo geral, na sociedade brasileira.

Outros fatores estruturais têm possibilitado também a entrada de mulheres de outras camadas sociais (média e alta) na chamada força de trabalho, evidentemente em atividades mais "nobres" do que, por exemplo, aquelas destacadas nos casos acima examinados. Do conjunto dos privilégios reservados à classe dominante pelo desenvolvimento capitalista vigente, destaca-se a possibilidade de ascensão social ou manutenção de alto status pela via de acesso à educação formal. Professoras primárias, agentes administrativos e profissionais liberais são ocupações "específicas" de mulheres com nível médio de escolaridade, nos dois primeiros casos, e com nível superior, no último caso. No Nordeste, como já mencionamos anteriormente, somente 0,4% das mulheres presentes na PEA, em 1970, seriam profissionais liberais (consumo privado profissional) e 15,6% seria a porcentagem de mulheres presentes no

---

<sup>125</sup>A maioria dos estudos atualmente desenvolvidos, ou em elaboração, no Brasil, sobre a situação da mulher na sociedade, têm centrado a atenção prioritariamente sobre as condições da mulher no mercado de trabalho, haja vista, por exemplo, a temática dos trabalhos apresentados no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina, realizado no Rio de Janeiro, em novembro de 1978.

subsetor do terciário - consumo coletivo - no qual estariam incluídas as professoras primárias e os agentes administrativos, entre outras mulheres com ocupações "femininas" extral<sup>126</sup>.

Dentre essas mulheres, algumas "donas de casa" trabalhariam remuneradamente *fora de casa*, dependendo da fase do ciclo familiar, do tamanho da família e do nível educacional a que tiveram acesso, por razões tais como: dar colaboração nas despesas familiares face a expectativas mais exigentes de consumo, por auto-realização pessoal e por exigência ideológica de ter maior participação na sociedade. Nos últimos dois casos, estariam possivelmente incluídas aquelas mulheres que buscam *se profissionalizar* no sentido conceituado por Eva Blay, a que fizemos breve referência um pouco acima.

Em nossa pesquisa de campo, entrevistamos um grupo de mulheres, em Fortaleza, que se encontra em situação ocupacional diversa daquela prevista no *modelo esperado para uma dona de casa*, tal como esquematizamos acima (p. 141), pois:

- a) trabalham remuneradamente fora de casa 70% das patroas que entrevistamos;
- b) O mesmo se passa com 60% das patroas das empregadas por nós entrevistadas.

Lembramos que a situação dos subgrupos acima mencionados pode constituir um caso atípico para Fortaleza, dada a

---

<sup>126</sup> VASQUES DE MIRANDA, G. - op. cit., p. 618.

particularidade de nossa amostra - funcionários da Universidade Federal do Ceará.

No entanto, estranhamente diferente do que era de se esperar, Felícia Madeira encontrou em sua amostra de Fortaleza (1971), os seguintes resultados<sup>127</sup>, que apresentamos em forma de Quadro. Vejamos:

QUADRO 34

Níveis de Renda Mensal (Cr\$)/ Salário Mínimo	% de Famílias	% de Mulheres com trabalho remunerado
I - < 213 (0 - 1,5 salários mínimos)	44,3	5,5
II - 214 - 500 (1,5 - 3 " " )	32,0	5,6
III - 501 - 1.145 (3 - 8 " " )	13,7	18,6
IV - >1.146 ( > 8 " " )	9,9	24,4
TOTAL	100,0	54,0

Como podemos observar, à medida que nos deslocamos em direção às famílias mais ricas, aumenta significativamente, dentro de cada estrato, a proporção de mulheres ocupadas em tarefas extra-lar remuneradas. E a autora, então, se questiona se esta ocorrência revela a existência de vantagens comparativas (mais instrução, "substitutas" domésticas, menos filhos) das mulheres dos estratos de maior renda, com relação às mulheres

<sup>127</sup> MADEIRA, F.R. - O TRABALHO... op. cit., pp. 53-64.

dos estratos de menor renda. Certamente estas vantagens existem. Lembramos, no entanto, que pode haver uma distorção nesses resultados, devido a terem sido excluídas, naquela pesquisa, as empregadas domésticas, que, se tivessem sido computadas, se incluíam como mulheres com ocupações remuneradas, nos estratos mais baixos.

Dentre as patroas por nós entrevistadas, que trabalham fora de casa (70% da primeira subamostra), 42,4% acham que uma dona de casa deve trabalhar fora de casa, para de alguma forma fugir ao trabalho doméstico. Destacamos aqui alguns depoimentos expressivos da avaliação que estas mulheres fazem sobre o trabalho doméstico:

"Ser dona de casa cansa, todo dia a mesma coisa, não produz nada".

"O serviço doméstico é uma rotina que não satisfaz e bitola muito a vida da mulher... a mulher que trabalha tem horizontes mais largos".

"... as pessoas já têm desconfiança daquelas que ficam em casa".

"Esse negócio de ficar trabalhando só dentro de casa, além de ser cansativo... é tão desvalorizado... tenho vergonha de dizer que não trabalho".

"Uma mulher que se ligar só com problemas dentro de casa, satura, não é uma boa, não. De via ter pelo menos um expediente fora. Eu, pelo menos, tenho muita vontade, ainda não fiz porque não arranjei e porque não encontrei uma boa pessoa para tomar conta de minha casa, que se responsabilize, se eu encontrasse eu saía, tenho muita vontade mesmo". (grifos nossos)

Reencontramos no discurso dessas patroas algumas das idéias correntes sobre o trabalho doméstico: é rotineiro, cansativo, satura, dá vergonha, desconfiança dos outros... é des

valorizado. E mais, "não produz nada", "não é trabalho"...!

Como podemos verificar, continua ausente neste discurso a idéia de que a dona de casa, com atividades domésticas, participa com seu *trabalho* na reprodução social. Essa idéia apareceu brevemente apresentada numa resposta de uma empregada doméstica-estudante<sup>128</sup> (nosso material empírico).

*"Eu acho que é muito legal (esta pesquisa), por que procura nos entender e também saber os nossos trabalhos que tudo ajuda a alimentar a população do Brasil".*

Predomina, no entanto, no discurso do senso comum, a idéia do *emprego doméstico* como uma das ocupações socialmente menos prestigiada e a idéia do *trabalho doméstico* como um *não trabalho* ("invisível"), de valor nulo, porque "improdutivo" (lógica capitalista), não monetarizado (obrigação, virtude), e portanto, *desvalorizado*.

Em que medida a(s) sociedade(s) pode(m) prescindir deste trabalho que viabiliza o consumo cotidiano de alimentos necessários à renovação das energias vitais, que faz a erradicação da sujeira - inimiga da saúde - fundamental ao prolongamento da vida...? Por que esse trabalho vital, "químico" até certo ponto (alimentação, limpeza), tem que ser necessariamente feito *por mulheres e em casa*? E por que ele é tão desvalorizado - por que *feminino*, por que *doméstico* ou por

---

<sup>128</sup> Resposta à questão 55: O que acha desta pesquisa?  
- Levantamento Exploratório/1978 (vide p. 35).

que *feminino-doméstico*?

O debate atual em torno do lugar social da mulher e do valor de "suas" atribuições na família - trabalho doméstico e socialização das crianças - tem sido ampliado por inúmeros estudiosos no estrangeiro (sobretudo Inglaterra e França), levando-se em conta diferentes aspectos aí implicados. Questiona-se, por exemplo, como e quando ocorreu a divisão social do trabalho por sexo e por que ela se mantém relativamente inalterável... E, admitindo-se como dada esta divisão do trabalho, quais os pressupostos que, historicamente firmados, explicariam a subordinação feminina e a desvalorização dos trabalhos<sup>129</sup> tidos como responsabilidade da mulher. Pergunta-se também qual o papel histórico da família e quais as articulações desta instituição com outras esferas da vida social.

Uma das tendências dos estudos atuais, numa abordagem antropológica, questiona aspectos referentes à definição da "feminilidade" e se pergunta se a origem da inferiorização social da mulher está no fato desta ser tida, ideologicamente, como estando mais próxima da *natureza* e ser, por isso, inferior ao homem, que estaria vinculado preferentemente à ordem da *cultura* - superior, na medida em que esta significa controle ou domínio daquela (natureza). Em outras palavras, teriam as mulheres um status social inferior devido à sua condição biológica - possibilidade mais efetiva de transmissão da vida

---

<sup>129</sup> MICHEL, A. LES FEMMES DANS LA SOCIÉTÉ MARCHANDE, Paris, Presses Universitaires de France, 1978. Na p. 14 a autora analisa o processo de ocultação das tarefas domésticas, enquanto categoria econômica.

(menstruação, gravidez, parto, aleitamento) - que a tornaria menos capaz ou menos disponível para criações culturais? Seria o trabalho doméstico - atribuição feminina - desvalorizado por que considerado como uma extensão da condição "natural" das mulheres?

A nosso ver, examina com muita argúcia este tipo de argumento - determinismo biológico - SHERRY B. ORTNER<sup>130</sup>, levantando a seguinte tese:

*"a mulher está sendo identificada como - ou se se desejar, parece ser um símbolo de - alguma coisa que cada cultura desvaloriza, alguma coisa que cada cultura determina como sendo uma ordem de existência inferior a si própria. Agora parece que há uma única coisa que corresponde àquela descrição e é a "natureza" no sentido mais generalizado".*

Retomando o argumento usado por Simone de Beauvoir (1953), ORTNER acrescenta que

*"o corpo feminino parece condená-la à mera reprodução de vida; o homem, em contraste, não tendo funções naturais de criação deve (ou tem a oportunidade de) basear sua criatividade externamente, "artificialmente", por meio de símbolos e tecnologia. Assim agindo, ele cria objetos relativamente duradouros, eternos e transcendentos, enquanto a mulher cria seres perecíveis - os seres humanos (...). No entanto, ao mesmo tempo, a mulher não pode ser destinada totalmente à categoria da natureza, pois é perfeitamente óbvio que ela seja um ser humano no moderno dotado de consciência humana exata*

---

<sup>130</sup>ORTNER, Sherry B. - Está a Mulher para o Homem assim como a Natureza para a Cultura? in: A MULHER, A CULTURA... op. cit., pp. 95-118.

mente como o homem; ela faz parte da metade da raça humana, sem cuja cooperação todo o processo sofreria um colapso. Ela pode parecer mais à mercê da natureza do que o homem, mas tendo consciência, ela pensa e fala; ela gera, comunica e manipula símbolos, categorias, valores (...) a consciência feminina - sua participação, como foi na cultura - é evidenciada em parte pelo simples fato dela aceitar sua própria desvalorização e endossar o ponto de vista da cultura (...) Portanto, ela surge como intermediária entre a cultura e a natureza numa escala de transcendência inferior à do homem (...); sua associação "natural" com o contexto doméstico (motivado por suas funções naturais de lactação) tende a configurar sua potencialidade de forma a ser encarada como mais próxima da natureza, pela natureza primitiva das crianças e pela conotação infra-social dos grupos domésticos como opositores do resto da sociedade. Ao mesmo tempo sua incumbência de socializar e cozinhar dentro do contexto doméstico a apresentam como um agente poderoso do processo cultural, constantemente transformando recursos naturais em estado bruto em produtos culturais (...). Sua posição intermediária (culturalmente definida) entre a natureza e a cultura, tendo aqui o significado de sua mediação (isto é, o desempenho de funções de conversão), contribuiria não somente para seu status inferior mas para uma maior restrição sobre suas atividades (...). Todo o sistema é uma construção da cultura ao invés de um fato da natureza. A mulher não está "na realidade" mais próxima (ou mais distante da) natureza do que o homem... é um sistema lamentavelmente eficiente de feedback..."

Como diria também Juliet MITCHEL<sup>131</sup>:

"... a subordinação social das mulheres - embora enfatizada como um papel honrado, mas diferente (...) - pode ser vista decorrendo inevitavelmente, como um inegável fato bio-histórico. A cadeia causal então prossegue: Maternidade, Família, Ausência da Produção e da Vida Pública, Desigualdade Social".

<sup>131</sup> MITCHEL, Juliet - MULHERES... op. cit., p. 18.

A respeito ainda da argumentação acima colocada sobre os pressupostos da tese do determinismo biológico, como fundamento das diferenças sociais entre os sexos, comenta outra estudiosa<sup>1 32</sup> do assunto:

*"... Que se trate de filosofia da história, de etnologia, de sociologia ou de psicanálise, o erro metodológico comum permanece no fato de que se persiste o mais freqüentemente tratando os dois sexos seja, separadamente, seja, em todo caso, em níveis de análise diferente, um sendo suposto derivar diretamente do social, o outro sendo principalmente considerado como o lugar da mediação entre o estado de natureza e aquele de sociedade (...). Os a priori inconscientes fazem com que não se dê jamais praticamente uma análise simétrica dos status de homem e de mulher, de pai e de mãe, pois se os considera de fato como se originando de níveis de realidade diferentes. Concepção fundamentalmente biologizante, "bio-social", da feminilidade; tomada em consideração estritamente sociológica da categoria masculina... Por que não se tentar, a propósito dos sexos, construir um modelo coerente da sociedade humana?" (tradução nossa)*

Outros estudos recentes<sup>1 33</sup> examinam mais especificamente a divisão social do trabalho no contexto da reflexão sobre as articulações entre família, classes sociais e modos de produção.

<sup>1 32</sup> MATHIEU, N.C. - Paternité biologique, maternité sociale... in: FEMMES, SEXISME ET SOCIÉTÉS - Paris, PUF, 1977.

<sup>1 33</sup> A maioria dos estudos atuais se baseiam ou se referem a outros estudos já considerados clássicos como os de Bachofen (1861), Engels (1884), Stuart Mill (1869), Simone de Beauvoir (1953), entre outros. Contudo o debate mais acirrado vem se desenvolvendo tendo como base a discussão do valor do trabalho doméstico pelo prisma da teoria do valor de Marx.

Apoiada parcialmente em Ellen MALOS<sup>134</sup>, faremos uma retrospectiva sumária da discussão desenvolvida recentemente (última década) sobre o trabalho doméstico.

No novo movimento feminista da década de 60, supunha-se inicialmente que os papéis sexual e familiar da mulher eram antes de tudo psicológicos ou ideológicos. Prestava-se pouca atenção à relação entre trabalho doméstico e divisão sexual do trabalho. O trabalho de Juliet MITCHEL (1966)<sup>135</sup> começou a esboçar esta temática, mas falhou quando achava que a discriminação da mulher no trabalho descansava sobre o fator educacional, em vez de se referir à divisão do trabalho dentro da própria família. O trabalho doméstico não foi visto por Mitchel como o ponto em que se entrecruzam e se fundem umas com as outras, as quatro "estruturas" por ela esboçadas para a compreensão diferenciada e unificada da condição da mulher: produção, reprodução (biológica), sexo e socialização das crianças.

Foi com Margaret BENSTON (1969)<sup>136</sup>, que a questão feminina começou a ser discutida sob o ângulo econômico, quando ela argumentou que a raiz do status secundário da mulher é de fato *econômica* (mais que biológica ou ideológica) e que as mulheres, enquanto grupo, têm realmente uma relação definida

---

<sup>134</sup> MALOS, Ellen - Trabajo Doméstico y Política de Liberación de la mujer, in ZONA ABIERTA, 18 - Enero, Febrero de 1979.

<sup>135</sup> MITCHEL, J. - op. cit.

<sup>136</sup> BENSTON, Margaret - A political economy of women's liberation, in MONTHLY REVIEW, vol. 21, 4, sept./1969.

com os meios de produção e que esta é diferente das dos homens. Ao localizar esta diferença na responsabilidade do trabalho doméstico da mulher, Benston estabelecia as bases para uma nova análise da "reprodução", que a partir de então incluía não só a maternidade biológica, como também o trabalho realizado pela dona de casa no lar e sua relação com a produção sob o capitalismo ou qualquer outro modo de produção. Para ela, a produção da mulher na casa é uma produção de "valores de uso", quer dizer, produtos e serviços úteis consumidos diretamente pela família, diferente de uma produção para o mercado. O trabalho doméstico permanece portanto num estágio "pré-mercantil", (como numa economia camponesa), mas constitui uma imensa parte da produção socialmente necessária. Ellen Malos considera problemática esta definição de trabalho doméstico dada por Benston, na medida em que "deixava flutuando o trabalho doméstico, ainda que socialmente necessário, num limbo histórico totalmente fora da economia capitalista".

Em 1970, Christine DUPONT (França)<sup>137</sup> discorda de Benston, sustentando que "ainda que seja a natureza dos trabalhos efetuados pelas mulheres o que explica suas relações de produção, são estas relações de produção que explicam que seus trabalhos sejam excluídos do mercado (da troca) enquanto

<sup>137</sup>DUPONT, Christine - O Inimigo Principal, in: LIBERAÇÃO DA MULHER: ANO ZERO, Belo Horizonte, Interlivros, 1978. Recentemente esta autora discute o conceito de trabalho doméstico num artigo - Travail ménager ou travail domestique?, in: LES FEMMES DANS LA SOCIÉTÉ MARCHANDE - Paris, Presses Universitaires de France, 1978 (pp. 39-54).

agentes econômicos, e não sua produção". Ela acha que não há diferença entre os serviços domésticos produzidos pelas mulheres e os outros bens e serviços ditos "produtivos", produzidos e consumidos na família, como numa família de camponeses. Percebe-se que aí há uma continuidade entre produção e consumo, e seria um absurdo introduzir um corte no processo. Todo o trabalho incorporado no produto autoconsumido é produtivo ou nada deste trabalho é produtivo. Admite ainda a autora que, "do mesmo modo que há continuidade e não interrupção entre as atividades que têm por fim o autoconsumo e são chamadas produtivas e as atividades que têm por fim o autoconsumo e são chamadas não-produtivas (atividades domésticas) há continuidade entre os serviços fornecidos gratuitamente pelas mulheres e os serviços comercializados".

Christine Dupont começa, neste artigo, a esboçar os princípios de uma análise de classes. Constatando a existência de dois modos de produção (na sociedade francesa): o primeiro modo de produção (industrial), que dá lugar à exploração capitalista; o segundo (doméstico), que dá lugar à exploração familiar, ou mais exatamente patriarcal - conclui que: "enquanto o assalariado depende do mercado (de um número teoricamente ilimitado de empregadores), a mulher casada depende de um indivíduo. Enquanto o assalariado vende sua força de trabalho, a mulher casada a dá: exclusividade e gratuidade estão intimamente ligadas". No último "postulado" de sua análise, Dupont afirma que - o fornecimento gratuito de trabalho no quadro de uma relação global e pessoal (o casamento), consti

tui precisamente um produto de escravidão - e então, para ela, a apropriação e a exploração de seu trabalho no casamento constituem a opressão comum a todas as mulheres. Pretender que as mulheres pertencem à classe de seus maridos significa mascarar o fato de que as mulheres pertencem, por definição, a uma outra classe que não aquela de seu marido. "Pretendendo que o casamento pode substituir os esquemas de produção no sistema capitalista como critério de dependência de classe no sistema,  mascara-se a existência de um outro sistema de produção e o fato de que o esquema de produção no sistema é constituído precisamente de maridos e mulheres em classes antagônicas (uns obtendo proveito material da exploração do outro). E, finalmente, a "reintegração" das mulheres nas classes por sua definição como propriedade do marido tem por objetivo precisamente dissimular o fato de que elas são propriedade do marido".

Recentemente (1977), esta mesma autora aprofundou a discussão sobre a inserção de classe das mulheres, num artigo<sup>138</sup> em que faz considerações sobre os erros metodológicos e os "bias" ideológicos contidos nos postulados implícitos, nos estudos sociológicos franceses. Ela pensa que se pode considerá-los e analisá-los como tantos índices involuntários de uma estrutura social escondida. Trata-se da incoerência dos critérios utilizados para a classificação das mulheres e, em parti

---

<sup>138</sup> DELPHY, Christine - Les femmes dans les études de stratification, in FEMMES, SEXISME E SOCIETES, op. cit., pp. 25-38.

cular, a utilização de um duplo critério: a tomada em consideração da *profissão* para as mulheres celibatárias e seu abandono, para as mulheres casadas. Neste último caso, aquele critério é substituído por outro totalmente heterogêneo: a aliança matrimonial. A contradição fundamental, para ela, está no fato de que as mulheres são integradas à descrição da estrutura social não graças à "aplicação" das regras constitutivas do conceito de estratificação social, mas graças ao abandono destas regras. Uma situação específica caracteriza as mulheres e só as mulheres: elas constituem uma classe sociológica definida como a categoria cuja inclusão numa classe é determinada *indiretamente* e que se opõe à classe sociológica dos homens definidos como a categoria cuja posição de classe é determinada diretamente. "As mulheres sem emprego não estão no mundo econômico, cujo funcionamento determina os critérios de estratificação social, o mercado de trabalho, o sistema salarial-industrial. Elas têm entretanto uma relação de produção (...) elas usam sua força de trabalho numa ocupação (...) Esta relação é uma relação complementar, constituindo um modo de produção específico, diferente de, e paralelo ao modo salarial-industrial". Então, no modo de produção "patriarcal"<sup>139</sup> (Delphy,

---

<sup>139</sup>MEILLASSOUX, Claude - MULHERES, CELEIROS & CAPITAIS - Porto, Afrontamento, 1977. Encontramos aí um estudo do "modo de produção doméstico", que, segundo o autor, já não existe (...) "a "comunidade doméstica"... vacila mas resiste, no entanto, porque as relações de produção doméstica não desapareceram completamente. Sustentam ainda milhões de células produtivas inseridas em diversos graus na economia capitalista, derramando as suas subsistências e as suas energias sob o peso esmagador do imperialismo. Comandam, nas sociedades mais avançadas, as relações familiares, base reduzida, mas essencial, da produção da vida e da força de trabalho". (p. 145).

1970), a relação de produção específica das mulheres casadas é caracterizada pela "dependência", que está na base da atribuição às mulheres, da classe de seu marido.

Um artigo surge na Itália, em 1971<sup>140</sup>, provocando muita polêmica em torno do debate ora examinado. Mariarosa DALLA COSTA, voltando a Marx, recordava que o que se reproduz no lar é o que Marx chamava "essa mercadoria peculiar, a força de trabalho", tanto a que o trabalhador (homem ou mulher) utiliza cada dia no trabalho como a futura, do potencial substituído do trabalhador, quer dizer seus filhos. Deste ponto de vista, o trabalho da mulher "aparece" como uma prestação pessoal fora do capitalismo: "A verdadeira natureza do papel da dona de casa nunca se mostra claramente em Marx... Temos que esclarecer que, dentro do assalariado, o trabalho doméstico não somente produz valores de uso, mas também é uma função essencial na produção de mais-valia". Dalla Costa rechaça maciçamente o trabalho doméstico como trabalho feminino, para as mulheres poderem tomar parte nas lutas da comunidade, o que não significa, para ela, que devam se incorporar às fábricas ("escravidão assalariada").

Pouco tempo mais tarde aparece a reivindicação de um salário doméstico<sup>141</sup>, (como parte de uma série de reivindica-

---

<sup>140</sup>DALLA COSTA, Mariarosa - Las mujeres y la subversión de la comunidad, in: EL PODER DE LA MUJER Y LA SUBVERSIÓN DE LA COMUNIDAD, México, Siglo Veintiuno, 1975.

<sup>141</sup>JAMES, Selma - Women, the union and work: or, what is not to be done, Manchester, 1972.

ções), que se converteu numa perspectiva organizativa para as mulheres do movimento feminista que aceitaram as análises de Dalla Costa, ainda que isto não esteja insinuado em suas propostas. As campanhas em favor do salário doméstico sustentam que a dona de casa produz uma mercadoria para o capital através de seu marido e de seus filhos (e dela mesma no caso de desempenhar um trabalho assalariado), que seu trabalho produz, portanto, mais-valia e que é produtivo no sentido marxista e, por conseguinte, deve receber um salário.

Inúmeras críticas têm sido feitas às perspectivas acima delineadas, que consideram o trabalho doméstico como trabalho produtivo (Dalla Costa) e, portanto, merece salário (Selma James). Ellen Malos desenvolve uma análise da questão do salário doméstico, a partir de algumas críticas feitas a essa reivindicação por outras correntes feministas, tais como a acusação de que o salário doméstico intensificaria a divisão social do trabalho entre os sexos e "que um salário para a mulher não traria necessariamente o poder para terminar com o domínio do capital ou a subordinação da mulher ao homem, do mesmo modo que o salário do homem não termina com sua subordinação ao capital"<sup>142</sup>

Como resposta à interpretação marxista de Dalla Costa, em que o trabalho doméstico é considerado trabalho produtivo, outros estudiosos marxistas têm desenvolvido uma economia política do trabalho doméstico, onde esta interpretação é discu

---

<sup>142</sup>MALOS, Ellen - op. cit., p. 67.

tida e posta em dúvida.

John HARRISON (1973)<sup>143</sup>, por exemplo, considera que o trabalho doméstico é um modo de produção distinto do modo de produção capitalista, mas um modo subordinado (modo de produção subsidiário). Conforme explica o autor, os modos de produção subsidiários "são modos criados ou cooptados pelo modo dominante para cumprir certas funções dentro do sistema econômico e social. Sua sobrevivência depende da continuidade do modo dominante porque sua reprodução está ligada à reprodução daquele modo"<sup>144</sup>. Este autor contesta a posição de Dalla Costa, alegando que ela fez uma confusão: Para ele, "o trabalho doméstico produz valores de uso que passam a formar parte da

---

<sup>143</sup>HARRISON, John - *Economia Política del Trabajo Doméstico*, in *EL AMA DE CASA BAJO EL CAPITALISMO*, op. cit., pp. 7-44.

<sup>144</sup>SINGER, P.I. - op. cit., p. 119: "... A reprodução da força de trabalho é um certo ponto de vista, um processo organicamente ligado à própria circulação do capital".

MADEIRA, F.R. - *AS CONDIÇÕES...* op. cit., p. 45: "... A Produção Doméstica não é como os outros (?), um modo de produção isolado, ela está acoplada a todos os outros modos de produção. É na Produção Doméstica que a força de trabalho explorada pelo capital se reproduz, entretanto a reprodução da capacidade dos trabalhadores que estão engajados na Produção Estatal e na Produção Simples de Mercadorias se dá igualmente na Produção Doméstica. Essa se liga, portanto, organicamente, aos demais modos de produção, constituindo uma base comum ao processo de reprodução social..."

Sua hipótese de trabalho, é que "a exclusão da PEA da mulher que realiza trabalhos domésticos para consumo de sua família, é mais um dos artifícios de que o capitalismo se serve para mascarar o preço da reprodução e reposição da força de trabalho (...). Ao se classificar o trabalho doméstico como um não-trabalho, mascara-se o fato de que um trabalho adicional colocado fora do circuito monetário do sistema, é um elemento importante na própria sobrevivência do trabalhador e seus dependentes."

subsistência do trabalhador, da mesma maneira que as mercadorias produzidas no setor capitalista provêem alimentos para sua subsistência. Dizer que a dona de casa produz a força de trabalho porque contribui para a sua manutenção e reprodução, é o mesmo que dizer que o capitalista que produz alimentos e vestuário que serão consumidos pelos operários está de fato produzindo a força de trabalho. Isto é insustentável." Procura ainda este autor explicar as condições sob as quais se realiza um trabalho excedente dentro do trabalho doméstico, os possíveis beneficiários deste trabalho excedente e os mecanismos de apropriação. Sobre este último ponto, ele considera que o mecanismo pelo qual tem lugar esta transferência do trabalho doméstico excedente para o setor capitalista, é o pagamento, por parte do capitalista, de salários que estão abaixo do valor da força de trabalho, levando em conta que uma parte da subsistência do operário é assegurada por sua esposa, diretamente, em forma de valores de uso. Como Christine Dupont, Harrison, examinando algumas implicações políticas deste debate, considera também que, desde que o trabalho doméstico se realiza fora do âmbito das relações de produção capitalista, (apesar de ser parte do sistema capitalista), aquelas que o realizam não pertencem a nenhuma das classes sobre as que se cimentam essas relações. Elas formam uma classe distinta.

Assim como Harrison também o faz, WALLY SECCOMBE procura inicialmente descrever as relações da família com o modo de produção, para depois situar o trabalho doméstico na produção:

"... Historicamente, o capitalismo foi o herdeiro de uma variedade de resíduos institucionais provenientes de estruturas feudais. Entre as mais significativas destacam-se as relações sexuais de propriedade, autoridade e uma divisão do trabalho baseada na diferença sexual. Uma vez que estes resíduos foram incorporados e remodelados dentro da ordem burguesa, passaram a ser componentes ativos da formação social em seu conjunto, reproduzindo-a e sendo reproduzidos por ela. prescindindo de suas origens pré-capitalistas, as relações sexuais e familiares se transformaram em relações capitalistas na época burguesa, e devem ser estudadas como tais".<sup>145</sup>

Seccombe, no seu estudo, refere-se a uma dualidade específica do trabalho doméstico sob o modo de produção capitalista: ainda que o trabalho doméstico adquira valor na venda da força de trabalho, continua tratando-se de um trabalho privado, fora do domínio da lei do valor. Porém, apesar de não ter nenhuma relação direta com o capital, contribui diretamente na criação da mercadoria chamada força de trabalho<sup>146</sup>. Definindo o trabalho doméstico *necessário*, porém *improdutivo*, este autor explica que, num sentido geral e histórico o trabalho doméstico cria valores de uso e como tal é um trabalho produtivo, porém estas características gerais não são suficientes para caracterizar o trabalho doméstico como produtivo

<sup>145</sup> SECCOMBE, Wally - op. cit., pp. 47-100.

<sup>146</sup> LIPJETZ, Alain - LE CAPITAL ET SON ESPACE, Paris, Maspero, 1977, p. 32: "Hesita-se falar de "modo de produção doméstico" (...) um pequeno modo de produção completo. Mas um modo de produção que não pode existir a não ser como dependente de um outro modo (para a produção de seus meios de produção: os víveres, os tecidos, os materiais de construção), e auxiliar a este modo: ele assume a reprodução da força de trabalho do homem para o outro modo. Eu falarei então de quase modo de produção (Q.M.P.D.)..." (Tradução nossa).

no contexto específico da produção capitalista, pois ele não mantém uma relação direta com o capital e não produz mais-valia. A dona de casa, portanto, não é "explorada" pelo capitalismo, na concepção marxista, apesar de estar fortemente oprimida dentro da família nuclear capitalista.

Entre uma multiplicidade de trabalhos privados, que estão conectados uns com os outros e valorizados uns em relação com os outros, Seccombe reconhece que o trabalho doméstico é o que está mais fortemente privatizado sob o capitalismo e assim se posiciona: "ao afirmar que o trabalho das donas de casa cria valor e o transfere, estamos tomando a iniciativa, no plano teórico, para sua desprivatização".

Assumindo o ponto de vista das feministas socialistas, JEAN GARDINER<sup>147</sup> afirma que podem ser feitas várias críticas aos aspectos gerais da teoria de Seccombe, levando-se em conta algumas implicações políticas dela decorrentes.

A primeira crítica é que "esta teoria do trabalho doméstico é ahistórica, já que de nenhuma maneira contrasta a questão de como o papel do trabalho doméstico tem sido modificado desde o nascimento do capitalismo, ou de por que tem sido mantido na forma em que tem sido sob o capitalismo".

A segunda crítica de Gardiner está relacionada com a forma como Seccombe situa suas próprias conclusões teóricas e políticas em relação com o marxismo ortodoxo, pois "enquanto

---

<sup>147</sup>GARDINER, Jean - El papel del Trabajo Doméstico, in EL AMA DE CASA... op. cit., pp. 101-123.

argumenta que o trabalhador assalariado não é retribuído por todo o valor que cria, mas simplesmente pelo valor de sua força de trabalho, apresenta o valor criado pelo trabalho doméstico como realmente determinado pelo valor que a mulher recebe do sobre-salário de seu marido. Assim, pois, a mistificação da forma salário que Seccombe expõe e rebate no caso do trabalho assalariado, a aplica sem questioná-la no caso do trabalho doméstico (...) A teoria implica um intercâmbio igual entre o salário de trabalho do marido e o da mulher, ocultando ambos a desigual posição de poder dentro da família que deriva da dependência econômica desta e da não equivalência do que realmente está sendo trocado, quer dizer, serviços pessoais por parte da mulher contra mercadorias por parte do marido".

Finalmente, para Gardiner, o posicionamento de Seccombe nega qualquer validade ao tipo de questões que têm sido apresentadas pelo movimento feminista e se preocupa sobretudo com saber se as donas de casa podem ou não dar uma contribuição à luta de classe.

Gardiner acha que a opinião de Seccombe de que é coerente com a teoria do valor de Marx dizer que o trabalho doméstico cria um valor equivalente à soma do salário do operário que reproduz e mantém o trabalho doméstico, está baseada numa analogia incorreta com a economia mercantil simples.

Para Gardiner, o trabalho doméstico não cria valor, segundo a definição que Marx deu de valor, porém sua contribuição para a mais-valia é a de manter o trabalho necessário

por debaixo do nível real de subsistência da classe trabalhadora. "Isto é o que sucede, num tempo de crise econômica como a presente, quando uma das maiores necessidades do capital é fazer descer os salários<sup>148</sup>. O trabalho doméstico realiza uma função econômica vital e uma socialização adicional do mesmo seria prejudicial, do ponto de vista do capital. Contudo, outras pressões (como, por exemplo, a necessidade de trabalhadoras assalariadas ou a necessidade de expansão dos mercados de consumo operário) poderiam conduzir para uma socialização do trabalho doméstico e o cuidado com as crianças num período de expansão capitalista".

Recentemente foi publicado um artigo de VERENA STOLCKE<sup>149</sup> que, a nosso ver, articula com muita propriedade alguns aspectos fundamentais da "questão feminina" aqui apresentada. Ela trata do papel desempenhado pelo *casamento*, pela *família* e pela *herança na reprodução das desigualdades sociais*.<sup>150</sup>

Fazendo uma revisão acurada da discussão atual sobre as raízes da subordinação das mulheres, esta autora coloca em questão os termos em que a discussão tem sido posta e, em de-

---

<sup>148</sup> A autora está se referindo aos problemas econômicos e sociais vividos pela Inglaterra, na atualidade.

<sup>149</sup> STOLCKE, Verena, - op. cit.

<sup>150</sup> Podemos encontrar uma colocação prévia das propostas aqui feitas pela autora, em outro artigo seu: MARTINEZ-ALIER, Verena - Qual a mulher que merecemos? in: CADERNOS DE PESQUISA 15, Fundação Carlos Chagas, Dez/1975, pp. 132-134.

corrência, os rumos que tem tomado. Ela acha que tanto as feministas (radicais ou liberais), como os cientistas sociais marxistas, têm tido muitas dificuldades para "perceber a *conexão complexa existente entre as relações sociais de produção e reprodução e os efeitos deste interrelacionamento para os papéis sexuais*". E uma das razões fundamentais destas dificuldades seria a "perspectiva produtivista", adotada por eles, que, nascida do conceito de "progresso" do século XIX<sup>151</sup>, considera socialmente valorizadas apenas aquelas atividades relacionadas com a produção material. E, como consequência lógica deste "preconceito político-produtivista", muitos marxistas e feministas deixam de considerar o papel fundamental ocupado pelas mulheres na *reprodução da sociedade de classe*, via casamento e família; e propõem a incorporação das mulheres no trabalho "produtivo", como único caminho para sua emancipação.

Verena Stolcke considera que o "debate sobre o trabalho doméstico" (que apresentamos resumidamente, neste capítulo) conseguiu que a contribuição das mulheres à reprodução social fosse reconhecida, mas não contribuiu suficientemente para avançar nosso entendimento das raízes da oposição entre trabalho "produtivo" e "não produtivo" e considera também que, concentrando-se no papel da família e da mulher na reprodução da força de trabalho, esqueceu a diferença entre o papel da

---

<sup>151</sup>HAGUETTE, André - THE PHILOSOPHY POLITICS AND MEASUREMENT OF THE IDEA OF DEVELOPEMENT - Siracuse University, 1977 (mimeo).

OSÓRIO DE ALMEIDA, A.L. - op. cit., pp. 60-63: sobre conceito de "trabalho produtivo".

família burguesa e o da família operária, seu significado social diverso e sua evolução histórica. Neste artigo, ela se propõe, portanto, a mostrar as razões da manutenção do casamento e da família na sociedade de classes e a maneira pela qual estas instituições perpetuam a subordinação das mulheres, baseada numa revisão crítica do pensamento e da estratégia marxistas sobre a liberação das mulheres ("preconceito produtivista" e incorporação na "produção social"):

*"... a condição feminina é determinada, fundamentalmente, pelo papel específico que o casamento e a família desempenham na reprodução da desigualdade social. Mas a fim de compreender a interrelação entre a condição das mulheres, a família e a sociedade de classes é necessário analisar o diferente significado destas instituições para a burguesia e para a classe operária, seu papel na reprodução destas classes enquanto tais, e a relação de dominação entre elas (...) a reprodução das relações de classe é alcançada essencialmente através do controle exercido sobre a capacidade de procriação da mulher, ou seja, sua sexualidade, o que me parece ser a raiz da subordinação das mulheres e determinante de todas as outras manifestações de subordinação".*

Reconhecendo que a condição e a emancipação das mulheres ocuparam um lugar importante no pensamento e na estratégia dos revolucionários marxistas, Verene Stolcke lembra que hoje fica claro que as esperanças das mulheres, nos países socialistas, foram frustradas. E este fato seria devido à concepção errônea sobre as raízes da subordinação das mulheres e pelo tipo de organização atual das sociedades socialistas. Quanto a este último ponto, ela acredita que a reinstituição

da família na União Soviética, nos anos trinta, foi uma das manifestações da emergência de uma nova forma de hierarquização e de dominação social - a burocracia.

Considerando incontestável a relação geral que Engels estabeleceu entre a propriedade privada, as relações de classe e o casamento monogâmico, V. Stolcke assinala que existe um problema maior com as conclusões de Engels: uma inversão na determinação das causas da inferioridade feminina. Engels teria deslocado o raciocínio básico de sua discussão da preocupação com a reprodução ("domesticação" das mulheres e sua marginalização econômica) para a esfera da produção (ausência da indústria social). Para a autora, esta mudança no raciocínio não é arbitrária, mas "tem relação com o viés economicista da proposta de Marx e Engels de que a sociedade burguesa aboliu todas as relações feudais, patriarcais e idílicas - mesmo dentro da família e do casal - e instituiu os laços monetários como única relação social".

Verena Stolcke, discordando dos marxistas na afirmação de que a subordinação das mulheres na sociedade de classes é produto apenas de sua exclusão da "produção social", procura mostrar que:

*"enquanto a opressão de classe e a divisão social do trabalho têm sua origem no acesso desigual aos meios de produção, é a reprodução social, ou seja, a perpetuação das relações de classe e de dominação - mediada diretamente pelas instituições casamento, família e herança - que requer (e assim determina) tanto a atribuição primária das mulheres ao trabalho doméstico, como a depreciação desta função. Na so-*

*cidade de classe, em outras palavras, a divisão sexual do trabalho - a "domesticação" das mulheres - é, em última instância, produto do controle dos homens sobre a sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres a fim de assegurar a perpetuação ao acesso desigual dos meios de produção".*

Com relação a trabalho doméstico, a autora afirma que sua intenção não é demonstrar que ele é produtivo na sociedade capitalista, mas descobrir as raízes sociais da avaliação ideológica que dele é feita (inferioridade social). Quanto à esta, ela considera que é, em parte, uma questão de perspectiva. "O trabalho doméstico era invisível para Marx porque considerava a força de trabalho sob a ótica do capital"... , conforme Himmelweit e Mohum, citados pela autora. Ela acha ainda que o debate sobre a natureza "produtiva" ou "não-produtiva" do trabalho doméstico parece basear-se numa confusão entre quais possam ser os usos que o capital faz da família, e da posição subordinada das mulheres, em alguns momentos, e quais as razões da manutenção da família. Propõe, então, que "é preciso descobrir não só as determinantes econômicas que sustentam a sociedade de classes, mas também os princípios ideológicos que legitimam e explicam sua perpetuação através do tempo. É através de uma análise da ideologia burguesa que podemos compreender como o casamento, a família e a herança servem, na classe operária, tanto para reproduzir operários como para manter os já existentes e na classe proprietária, para produzir herdeiros legítimos do patrimônio e dos privilé

gios de classe<sup>152</sup>. E, de forma mais ampla, podemos então compreender como contribuem para a recriação permanente das relações sociais de classe".

Não teríamos, a nosso ver, melhor forma de concluir esta resenha incompleta, que tentamos organizar, do debate sobre a natureza e o valor do *trabalho doméstico*, que assumindo a excelente exposição, que faz a autora citada, da *visão* das classes dominantes (aliás assumida também pelas classes dominadas, ou a elas imposta) - acerca da instituição familiar e da posição da mulher nesse contexto:

*"Finalmente, qual é a conexão existente entre o papel do casamento monogâmico na perpetuação dos privilégios de classe, por um lado, e, por outro, o ideal burguês de confinamento das mulheres ao lar e o baixo valor atribuído ao trabalho doméstico? Se a função primária das mulheres na vida é produzir herdeiros legítimos, isto requer um controle efetivo sobre sua sexualidade. Este controle pode ser alcançado confinando-as (tanto quanto possível) a uma esfera exclusivamente feminina, da qual todos os*

---

<sup>152</sup>Sobre a ideologia da família biológica, substituída do sistema de parentesco, trata MITCHEL, Juliet - PSICANÁLISE E FEMINISMO, op. cit., pp. 398-401 e também MEILLASSOUX, Claude - MULHERES, CELEIROS & CAPITAIS, Porto, Afrontamento, 1977, p. 230 "... A segunda contradição que o capitalismo enfrenta no seu desenvolvimento resulta da utilização persistente da família até no seio das sociedades mais avançadas como local de reprodução deste ingrediente social de que se alimentou até agora: o trabalhador livre (...) mas hoje, exceto em certos meios burgueses, a família não tem infra-estrutura econômica. Possui pouco ou nada para transmitir, nem bens, nem portanto a ideologia patriarcal pela qual se justificam a sua posse e a sua gestão. Nos meios populares, a família perpetua-se segundo o modelo étnico e no quadro ideológico e jurídico imposto pela classe dominante..."

homens, com exceção dos de sua família, estejam excluídos, isto é, ao lar, que é também a esfera na qual as atividades relacionadas com a maternidade são desenvolvidas. Inversamente, os homens de sua família - seu pai, irmãos e marido - aparecem como seus guardiães naturais e seus mantenedores. Mas, ao nível ideológico, também seria necessário que as mulheres aceitassem a maternidade como sua missão primordial na vida e, junto disto, seu confinamento doméstico e sua dependência e dominação pelos homens. Assim, a maternidade deve ser apresentada como a fonte de gratificação das mulheres, e é preciso que elas sejam convencidas de que esta é sua função natural, de que são inerentemente incapazes de fazer qualquer coisa além disso e das tarefas relacionadas a isso. A mulher é, então, caracterizada como sendo de uma espécie diferente da do homem, fraca e dependente dele e de sua proteção. Além disso, sendo o nascimento e a criação dos filhos uma vocação natural das mulheres, não necessitam quaisquer habilidades especiais. Isto não é trabalho, e assim não merecem compensação além do assim chamado prazer de satisfazer os instintos mais íntimos de procriar e ver sua prole prosperar. Comparado ao trabalho dos homens, o qual requer inteligência, esforço, perseverança, o trabalho doméstico das mulheres não é apenas inferior, mas invisível. É obscurecendo a contribuição fundamental das mulheres à produção social que a dominação dos homens é legitimada." (p. 102)

### 3.2 - Donas de Casa de Fortaleza e a Divisão Sexual do Trabalho

"Eu vou lhe dizer uma coisa, eu acho horrível (a profissão da empregada doméstica). Eu não queria ser não. Porque fazer todo dia a mesma coisa, todo dia ter que fazer café, lavar a louça de café, começa o almoço, termina a louça do almoço vem a merenda, então é uma monotonia sem fim. Eu acho que é por isso que

*eu trato tão bem (a "empregada"), porque se não vai embora e se for eu fico só. Eu acho horrível! Eu acho a pior coisa que pode existir!"<sup>153</sup>*

Faremos, nesse sub-ítem algumas considerações sobre a forma como um pequeno conjunto de mulheres, em Fortaleza, se situa face às atribuições sociais que lhes reserva a sociedade, pela divisão sexual do trabalho<sup>154</sup>. Como já vimos, sendo seres sociais femininos, essas pessoas são destinadas a vivenciar experiências sociais específicas com relação a trabalho, sexo, emoções, culturalmente definidas como diferentes daquelas reservadas ao sexo oposto. Examinaremos em que medida este "grupo" realiza o modelo previsto nas expectativas sociais com relação a "trabalho" feminino, que estratégias alternativas utilizam nas suas tentativas de emancipação dos esquemas socialmente impostos como "corretos" e como justificam ideologicamente suas posições a respeito de sua situação.

Esse conjunto de mulheres é constituído pelas quarenta e sete (47) *donas de casa* ("patroas" que contratam empregadas domésticas) que entrevistamos e cujas características gerais apresentamos no item 1.4 deste trabalho (vide pág. 44).

---

<sup>153</sup> Depoimento de uma dona de casa, com 3 filhos, 38 anos de idade, curso superior, trabalho remunerado com Cr\$ 4.000,00, renda familiar = Cr\$ 45.000,00, "patroa" de 2 empregadas domésticas remuneradas com: Cr\$ 600,00 (cozinheira) e Cr\$ 400,00 (copeira).

<sup>154</sup> MADEIRA, F.R. - "AS CONDIÇÕES DO TRABALHO..." op. cit., p. 60: "... o Capitalismo em Fortaleza está ainda muito longe de dissolver a tradicional divisão sexual do trabalho, que reserva à mulher os encargos da Produção Doméstica, podendo esta, entretanto, eventualmente realizar tarefas análogas ao serviço doméstico de forma remunerada".

Relembramos que essas donas de casa são pessoas de alguma forma ligadas à Universidade Federal do Ceará, com idade variando de 20 a 70 anos, havendo 60% delas com idade entre 30 a 49 anos. Dentre elas, 85% são casadas, sendo que 62% tem curso superior; 70% dessas donas de casa trabalham fora de casa num emprego remunerado e 30% não o fazem.

Apresentamos a seguir, organizadas nos quadros 35 e 36, as razões que deram como justificativas para suas "escolhas" ocupacionais:

#### QUADRO 35

Por que você trabalha fora de casa?	
	Nºs. Abs.
1. Por necessidade econômica	6
2. Por realização pessoal, profissional	6
3. Porque gosta e necessita	4
4. Porque gosta e se sente socialmente obrigada (função social)	2
5. Para preencher o vazio da vida (solteira)	2
6. Alternativa para o trabalho doméstico ("chato")	3
7. Outras razões*	4
8. Não declarado	6
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>

\* Casamento não deu certo; hábito de solteira; ajudar o marido; se entrosar na vida do marido.

## QUADRO 36

Por que você não trabalha fora de casa?	
	Nºs. Abs.
1. Aposentada. Trabalhava e gostava	1
2. Deixou quando teve filho	2
3. Não tem necessidade	2
4. O marido não deixa	3
5. Estuda (pretende trabalhar)	1
6. Não declarado	5
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

Nas respostas a diferentes questões correlatas feitas às donas de casa, nas entrevistas, questões como estas acima apresentadas, que visavam obter informação sobre as razões objetivas de seus engajamentos ocupacionais e questões como a que apresentamos a seguir (quadro 37), que solicitavam suas opiniões (subjetivas) sobre o dever de uma dona de casa - podemos observar a ocorrência de ambigüidade e/ou mudanças de opinião: nem todas as mulheres que trabalham fora de casa estão certas que devem assim fazer (três responderam não; cinco, "depende"). Pelo contrário, muitas das que não trabalham fora de casa gostariam de fazê-lo (oito responderam sim; e três, "depende"). Vejamos primeiramente o depoimento abaixo:

"... eu não gosto (de trabalhar "fora") e eu acho que o meu marido não aceitaria. Não, eu

sempre fui muito contra... mas, hoje eu sou a favor, quer dizer, um trabalho que não tome todo o tempo da dona de casa, sabe?, mas eu acho que dá mais valor à mulher. Porque o trabalho de casa é muito cansativo e ninguém dá valor. Agora são quem lucra com a esposa dentro de casa, quando ela sabe cuidar, são os filhos, né? Eu acho que quem mais perde são os filhos, quando a mulher sai de casa (...) nunca trabalhei fora, era muito contra... mas mudei e acho que **a mulher tem outro valor para o marido...** para o marido tem outro valor e sobretudo ela impõe mais, parece que ele respeita mais quando o dinheiro entra, sabe? Ele não pode impor certas coisas, porque sabe que ele é o marido, ele é o "dono do dinheiro", porque qualquer coisa que há "ele prende o dinheiro", porque você sabe que os homens são assim, né? Ao passo que ele sabendo que a mulher ganha que ela tem a sua "independência" ele tem um certo medo", sabe? eu acho... E não é só opinião minha, não, é de pessoas sensatas dizem a mesma coisa, que a mulher tem muito mais valor, assim ela saiba se impor, também, né? porque uma mulher que trabalhar fora só por trabalhar, só pra exibir, só pra fofocar não, né? Tudo depende da pessoa, né". \*

Vejamos agora o conjunto das respostas organizadas no quadro abaixo:

QUADRO 37

Você acha que uma dona de casa deve trabalhar fora de casa?

Opinião	Nºs. Abs.	%
1. A favor	19	40
2. Depende	21	45
3. Contra	5	11
4. Não declarado	2	4
TOTAL	47	100

\* Dona de casa com 60 anos de idade, com instrução secundária, com 6 filhos, não tem renda pessoal, sendo de Cr\$ 60.000,00 a renda familiar.

Listamos, a seguir, os argumentos mencionados pelas donas de casa ao justificarem suas posições com relação à questão acima<sup>155</sup>. Distinguimos:

Tipo A: Aquelas que estão contra a saída do lar (5 donas de casa):

- "essencialmente não deve trabalhar fora".*
- "deve ficar em casa, salvo necessidade"...*
- "a casa exige sua presença".*
- "o esposo sozinho devia manter a casa direitinho.*
- "o lar é o trabalho da mulher"...*
- "o trabalho devia ser só para o homem".*

Tipo B: Aquelas que acham que depende de determinadas circunstâncias (21 donas de casa):

- das finanças do marido.
- de boas empregadas.
- se não for mais necessária dentro de casa (filhos crescidos, presença de substitutas).
- se não tem mais prazer no trabalho doméstico.
- sabendo conciliar casa e trabalho (2 donas de casa).
- trabalhar fora só um expediente (5 donas de casa).
- por necessidade econômica (custo de vida) (6 donas de casa).
- para maior entrosamento com o marido.
- para ajudar o marido.

---

<sup>155</sup>No levantamento exploratório, a mesma pergunta ("uma dona de casa deve ou não trabalhar fora?") formulada às "domésticas" - obteve 45% de respostas categoricamente "favoráveis".

Tipo C: Aquelas que são a favor do trabalho extra-lar (19 donas de casa):

- para realização pessoal, profissional.
- por obrigação para com a sociedade.
- para independência e realização da mulher.
- para melhor compreensão das coisas.

Analisando os depoimentos acima listados, podemos observar o seguinte: nesse grupo de donas de casa, poucas dentre elas (11%) aceitam convictamente a divisão sexual do trabalho tradicional; outro sub-grupo maior (46%) revela ambigüidade nas suas posições: seu dever como mulher-dona de casa prescreve *ficar em casa*, mas determinadas circunstâncias podem alterar o cumprimento do padrão de obrigações, ou mais precisamente, elas podem eventualmente necessitar somar outras atividades àquelas inerentes ao papel social chave<sup>156</sup>. Nesse caso transparece evidente em alguns argumentos (ou melhor, em quase todos) a idéia do "caráter complementar" do trabalho remunerado, fora de casa, de esposas ("ajudar ao marido", "conciliar casa e trabalho", etc.), o que revela, também, de outra forma, a confirmação da divisão sexual tradicio

---

<sup>156</sup>CEBOTAREV, E.A. - La Organización del Tiempo de Actividades Domésticas y no-Domésticas de Mujeres Campesinas en Latino-América" - Universidad de Guelph, noviembre de 1978 (mimeo). A hipótese central deste autor, neste trabalho, "presupõe que a organização e distribuição do tempo de atores sociais estão estruturados por atividades centrais que reforçam sua identidade e aumentam o status e poder de seus papéis-chave. Em outras palavras, todo ator social, em sua distribuição de tempo, tratará de satisfazer prioritariamente as atividades mais estreitamente relacionadas com sua própria percepção de seu papel chave."

nal, pelo menos no plano ideológico. Um terceiro subgrupo, expressivo também (40%), parece indicar a presença de convicção implícita de que deve haver uma divisão de trabalho entre os sexos - divisão "alternativa" à historicamente estabelecida, possibilitando maior igualdade de oportunidades sociais para os mesmos.

Podemos ainda analisar o mesmo fenômeno - traços ideológicos de um conjunto de donas de casa de Fortaleza, com relação à divisão sexual do trabalho - examinando as respostas a outras questões que lhes foram formuladas nas entrevistas e que dizem respeito à participação do marido no trabalho de casa. Vejamos o quadro abaixo:

QUADRO 38

Seu marido participa do trabalho doméstico?		
	Nºs. Abs.	%
1. Não participam	20	43
2. Participam em algumas tarefas*	15	32
3. Ajudam (sem especificar)	6	13
4. Não tem marido (solteiras, desquitadas)	4	8
5. Não declarado	2	4
TOTAL	47	100

\* Entre os que participam de alguma forma na "vida da casa", 4 fazem compras, 3 cuidam também dos filhos, 2 cozinham, 2 lavam louça, 1 abate galinha, 1 lava banheiro, 1 encera o chão, 1 conserta alguma coisa, 1 cuida de eletricidade, jardim e carpintaria - tarefas de homem) (respostas múltiplas).

Como podemos verificar nos resultados tabulados da questão acima apresentada, 43% dos maridos não participam das tarefas caseiras e 45% ajudam em algumas tarefas (que estão especificadas logo abaixo do quadro). Para saber em que medida essas donas de casa se "acomodam" a este traço distintivo dos papéis sexuais - homens "trabalham" fora de casa, mulheres se ocupam de afazeres dentro de casa - e em que medida funcionam como reprodutoras ideológicas desses padrões culturais específicos, indagamos se elas achavam que "os homens devem participar nos trabalhos domésticos". Novamente agrupamos as respostas a essa pergunta em três subconjuntos distintos, reveladores de tendências diferentes: *não deve* participar - 6%; *depende* do tipo de trabalho - 53%; e *deve* participar - 39%. Observemos abaixo o tipo de argumentação usada pelas donas de casa de cada subconjunto:

TIPO A (3 donas de casa)

"Trabalho de casa é só para mulher"... "o homem não deve participar, salvo brincar com um filho" (...) - manter a autoridade dentro de casa"... "não gosto de homem na cozinha, nem no trabalho doméstico, não é bonito..."

TIPO B (25 donas de casa)

- Depende do *tipo de trabalho*, "negócio de cozinha ... bagunçam"... "não fica bem lavar pratos".

- Deveriam ajudar somente "numa necessidade", não como obrigação (ausência de empregada doméstica, doenças).
- Deveriam participar, mas são "desajeitados"<sup>157</sup>.
- Se ele gostar... se dispuser de tempo, participa.
- Deveriam ter uma atuação, mas não exijo isso dele (por costume, hábito).
- Deveriam participar, mas são "nordestinos" ("machismo").

#### TIPO C (18 donas de casa)

- "O homem deve dar uma "mãozinha" em casa "ajudar").
- Deve participar (tem obrigação, ... alivia a "carga" da mulher, ... aproxima o casal, ... para valorizar a vida dentro de casa, ... não desonra, ... é uma questão de justiça).

Examinando, no quadro abaixo, a distribuição relativa (%) das respostas indicadoras das três tendências por nós

---

<sup>157</sup> Observamos que é muito comum a donas de casa, ciosas em defender a sua área de atuação, qualificar de desajeitados, os homens que a invadem, revelando uma atitude de superioridade neste campo, que podemos interpretar como certo tipo de desforra. Isto, aliás, parece ser bastante conveniente àqueles homens (maioria) que esperam ser servidos em casa. COSTA, Jurandir Freire, op. cit., p. 261, sugere que - convencer as mulheres da incompetência masculina para funções femininas - fazia parte da tática médico-estatal para "comprometer as mulheres com a política de utilização machista do homem, fazendo-as crer na nobreza da função amamentar". Recordamos aqui também a canção popular que diz: "Abdon que moda é essa, deixa a trempe e a colher, Abdon sai da cozinha, que é lugar só de mulher..."

tipificadas, e confrontando os resultados concernentes às duas questões correlatas - trabalho extra-lar de donas de casa e participação dos homens no trabalho doméstico - pensamos poder fazer algumas inferências sobre o nível de aceitação, nesse grupo, da divisão tradicional do trabalho, por sexos.

QUADRO 39

Opinião das donas de casa sobre a divisão sexual do trabalho		
TIPOS DE OPINIÃO (tendências)	Trabalho extra-lar de donas de casa	participação de homens no traba- lho doméstico
(A) NÃO (Divisão sexual do trabalho tradicional)	% 11	% 6
(B) DEPENDE (Posições Ambíguas)	45	53
(C) SIM (Divisão sexual do trabalho igualitária)	40	39
NÃO DECLARADO	4	2
TOTAL	100	100

Levando-se em conta que as respostas dadas no tipo B (depende...), a nosso ver, confirmam a aceitação da divisão tradicional do trabalho por sexo, como aliás já comentamos um pouco acima, podemos observar que este grupo feminino é conservador em suas opiniões sobre o que deveriam ser as atribuições femininas e masculinas, com relação a trabalho. Pois apenas 40% das mulheres se mostram insatisfeitas com suas atribuições ocupacionais caseiras.

Com relação à participação dos homens no trabalho caseiro, vejamos alguns depoimentos:

"... "Homem nordestino não gosta de trabalhar em casa (...) eu achava que deviam participar. Eles iam contribuir muito, porque a gente ia se valorizar, porque, a senhora sabe, o homem, o machão tem aquela mentalidade<sup>158</sup>: acha que a mulher tem que ser escrava e tudo... que devem fazer tudo (...) exigem, exigem, quando é a noite querem que a mulher esteja, esteja... não dão nada, não ajudam... eu conheço, eu já morei no sul, Rio de Janeiro e a gente vê como os maridos ajudam a mulher..."<sup>159</sup>

"Sou nordestina mesmo, fui educada aqui e tudo. Eu acho que não tem necessidade, sabe? Acho que em extrema necessidade qualquer um ajuda (...) normalmente, por exemplo, eu acho que lá em casa não tem necessidade, eu faço mesmo. Então ele não se vê obrigado a fazer e não é habituado a fazer e não faz mesmo".<sup>160</sup>

---

<sup>158</sup> COSTA, Jurandir Freire, op. cit., pp. 249-255: Encontramos aí algumas considerações sobre machismo e paternidade: "... para que esse tipo de homem, absolutamente privado dos benefícios oferecidos aos poderosos senhores, pudesse aceitar sem grandes resistências os encargos da nova paternidade, foi-lhe oferecida uma compensação: o machismo. Para o "homem médio", cúmplice do Estado agrário e seus senhores, esta conduta terá uma enorme importância. Será, praticamente, um dos raros "direitos" e uma das raras parcelas de poder social que poderá usufruir sem restrição..."

SAN MARTIN, Herman - Machismo. A supremacia do homem é um mito resistente, in: O CORREIO DA UNESCO, ANO 1, nº 1, Jan-1973, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973.

<sup>159</sup> Depoimento de dona de casa, 41 anos de idade, 3 filhos, instrução superior, emprego com tempo integral, renda pessoal de Cr\$ 14.000,00 e renda familiar de Cr\$ 24.000,00. Contrata "doméstica", que "faz tudo", por Cr\$ 800,00. Tem mais faxineiro e lavadeira.

<sup>160</sup> Depoimento de dona de casa, 42 anos de idade, 4 filhos, instrução superior, emprego com tempo integral, renda pessoal de Cr\$ 30.000,00 e renda familiar de Cr\$ 60.000,00. Contrata cozinheira por Cr\$ 700,00. Tem mais copeira, faxineira, lavadeira e jardineiro.

"... nós não estamos preparados prá isso, não. O homem, principalmente o nortista, ele ainda é muito quadrado, não está preparado pra isso. Podia ajudar. Também é uma vida tão cansada, o homem trabalha muito, ele chega muito cansado. Eu trabalho muito também, mas acontece que eu faço o meu trabalho de casa com muito prazer. Agora, quem não pode ter empregada, eu acho que o homem deve ajudar. Mas, desde o momento que eu tenha alguém que faça, não há razão pra fazer. Não há necessidade, eu já tenho quem faça. Agora, quem não tem, eu acredito que deve ser dividido".<sup>161</sup>

Aprofundando, um pouco mais, a análise do nosso material empírico, parece que vai se tornando mais evidente a razão fundamental por que este grupo de mulheres, apesar de serem pessoas ligadas de alguma forma a uma Universidade, (o que poderia implicar num nível de consciência social mais contestatório), questiona pouco a distribuição desigual das tarefas entre os sexos, em nossa sociedade. Já nos depoimentos acima apresentados, velada ou abertamente aparece a presença de outras mulheres - as empregadas domésticas - presença efetiva, mas ocultada na sua missão de quebra-galho desvalorizado, que ajudam a resolver (?) os impasses familiares de correntes da divisão sexual do trabalho, e em especial, as desvantagens da dona de casa, nesse modelo de relações sociais. Efetivamente essas donas de casa não carregam todo o fardo pesado e empobrecedor das tarefas realizadas na esfera doméstica, que produz cansaço, isolamento do resto da sociedade, sentimentos de impotência e de inferioridade, conforme o que transparece, em geral, dos depoimentos colhidos (das patroas e das empregadas). Quando podem, elas dividem com/ou repassam a sua carga de trabalhos domésticos para as "empregadas". Este fato - existirem empregadas domésticas, mulheres reserva (migrante, pobre e algumas vezes, de cor)<sup>162</sup> - a nosso

<sup>161</sup> Depoimento de dona de casa com 39 anos de idade, 4 filhos, instrução superior, emprego com tempo parcial, renda familiar de Cr\$ 35.000,00. Contrata três empregadas domésticas por Cr\$ 600,00. Tem mais lavadeira e jardineiro.

<sup>162</sup> Vide no item 1.1, deste trabalho, algumas considerações sobre o trabalho da mulher negra, no Brasil.

ver, explica, em parte, o anestesiamiento de possíveis queixas e questionamentos que seriam esperáveis, pela própria natureza da situação concreta vivida pelas donas de casa em geral.

Vejamos, então, como emergiu de nossas entrevistas a comprovação da dependência que nossas donas de casa têm de empregadas domésticas - substitutas sub-remuneradas (vide p.53) - para alcançar alguma ou total liberação dos seus afazeres domésticos<sup>163</sup>.

Respondendo a questões já comentadas nesse item, algumas (30%) mulheres achavam que deviam trabalhar fora de casa "para fugir ao trabalho doméstico", mas, como justificavam algumas, para isso dependiam de boas empregadas. Examinemos como este argumento aparece, mais veemente, nas respostas a outras questões que lhes formulamos. Vejamos as respostas, a uma das questões, sistematizadas no quadro abaixo:

---

<sup>163</sup> Respondendo à questão: - "A senhora faz algum trabalho doméstico em sua casa" - as donas de casa entrevistadas responderam que às vezes "ajudam" a empregada ou cuidam de tarefas essenciais, quando estas estão ausentes (folgas, férias). Dentre elas, dez (10) mencionaram que administram, "orientam", "supervisionam" o trabalho doméstico, onze (11) fazem alguma coisa na cozinha, dezesseis (16) arrumam um pouco a casa, oito (8) costuram roupas, nove (9) mencionaram os cuidados com as crianças (inclusive supervisão nos seus estudos), cinco (5) falaram que cuidam de plantas e decoração, três (3) lavam roupa, três (3) fazem somente "pratos diferentes" e uma (1) falou em compras para a casa.

## QUADRO 40

O que você acha que impede uma dona de casa de trabalhar fora de casa? (Respostas múltiplas)

	Nºs. Abs.
1. Crianças pequenas, filhos	27
2. Falta de empregada doméstica	19
3. Cuidados com a casa	7
4. Nada	5
5. Proibição do marido	3
6. Doença na família	2
7. Falta de bom emprego	2
8. Falta de creche	1
9. Falta de motivação, empenho, opção	2
10. Educação básica dirigindo opção pelo lar	1
TOTAL	69

Examinando-se atentamente, neste quadro, a natureza dos impedimentos alegados por nossas entrevistadas - ocupação com crianças pequenas, com filhos, carência de empregadas domésticas, doenças na família, etc. - podemos: a) comprovar parcialmente a *dependência* que muitas (40%) dessas mulheres têm de empregadas domésticas; b) confirmar, mais uma vez, que sua identificação básica é com o papel de esposas (papel-chave)<sup>164</sup>,

<sup>164</sup> Conferir com nota 156, página 180: hipótese de Cebo-tarev.

pois como podemos verificar, a maioria dos impedimentos dizem respeito a aspectos da responsabilidade feminina na organização interna da vida familiar. Somente três donas de casa se referiram a impedimentos externos à esfera doméstica, como fator de emprego e de creche.

A questão da dependência dessas donas de casa, de substitutas empregadas domésticas, que nos interessa em especial nesse momento, fica nitidamente comprovada pelas respostas à questão mais ligada a nossa hipótese A (vide p. 34). Essas respostas estão organizadas no quadro abaixo.

QUADRO 41

Você acha importante ter empregada doméstica ("contínua")?<sup>165</sup>

	Nºs. Abs.	%
1. Não	5	11
2. Sim. É o jeito dentro da conjuntura atual	3	6
3. Sim. É uma "ajuda" para a dona de casa	8	17
4. Sim. Condiciona o trabalho remunerado da patroa	9	19
5. Sim. É uma necessidade...	10	21
6. Sim. Muito importante, demais, imprescindível	7	15
7. Não declarado	5	11
TOTAL	47	100

<sup>165</sup> Chamamos de "contínua" aquela empregada doméstica que permanece tempo integral no local de trabalho - pelo fato de necessitar morar na casa dos patrões, situação diferente das empregadas domésticas "faxineira" ou "lavadeira", por exemplo, que vendem sua força de trabalho por dia (diarista) e portanto não permanecem tempo "contínuo" no local do "emprego".

Das empregadas-estudantes que responderam ao questionário do "levantamento exploratório", 122 (85%) eram contínuas (dormiam no emprego).

Como indica o quadro acima, somente 11% das donas de casa declararam não ser importante para elas a participação de empregadas nas tarefas domésticas de sua casa; setenta e oito por cento (78%) consideram esta ajuda (?) *importante até imprescindível*, em alguns casos. Dentre elas, nove (9) colocaram explicitamente a condição de presença da empregada em sua casa, para a sua possibilidade de ter um emprego remunerado. Os depoimentos esclarecem algumas posições tomadas:

"... Porque é um negócio assim... quer dizer, ficar sem empregada... porque fico completamente bitolada dentro de casa, fico amarrada de pé e mão. Porque eu acho que a coisa mais importante do casamento é a empregada doméstica. É você "ter alguém com quem você possa contar"... principalmente quando se tem menino, porque quando não tem menino você pega marmitta, passa a vassoura na casa, arranja uma "faxineira" prá vir fazer limpeza da casa... Aí, com um nenê, o que é que você faz? Não tem creche aqui de jeito nenhum. Aqui é impossível de se deixar, você deixa na casa da avó, ou deixa com uma empregada. Geralmente eu faço é deixar na casa da avó, com empregada! Não deixo sem empregada..."

"... Acho dentro da conjuntura atual, do nosso tipo de cultura, que nós não dispomos de creches, nós não dispomos de outros recursos da comunidade, então nós temos que "utilizar" ... quase que "utilizar" a empregada doméstica. Se bem que seja uma forma de utilização de pessoas, dentro da nossa estrutura, é a única saída que nós temos. É bem diferente se a gente dispusesse de creche de outras instituições que pudessem ajudar em turnos de assistência às crianças. Em termos de outras tarefas domésticas, eu acho perfeitamente que toda mulher pode fazer, desde que eduque os filhos também a participarem do trabalho doméstico, não há necessidade. Agora em termos de assistência a criança é que eu acho que é imprescindível".

"... Minha filha... eu acho que sem empregada doméstica a gente não pode nem passar, eu valorizo

zo muito, eu tenho assim como uma pessoa da família, eu respeito muito, me interessa por ela... então eu acho uma peça fundamental numa família. Pela minha maneira de agir, de pensar, como eu considero, porque todas as atividades da casa ela está lá presente, inclusive eu valorizo muito o trabalho delas."

"... Eu acho que é muito trabalho, é muita coisa, eu acho que tem que ter uma ajuda, né? Sôzinha, prá aguentar tudo isso, com criança, negócio de cozinha, tomar conta da casa, não é brincadeira, não! Eu pelo menos vivo morta, vivo exausta, vivo nervosa dentro de casa, porque não encontro uma pessoa; tem que ter. Agora eu sei que hoje em dia é muito difícil, né, porque essas empregadas não querem saber de casa, só querem saber de fábrica. Vai chegar uma época que a gente não vai mais encontrar uma empregada. A gente tem que diminuir os serviços de casa, tem que facilitar em tudo, porque elas não querem mais se empregar, mas eu acho que não se pode viver sem elas não."

"...Muito! É importante e necessária... Porque, se eu não tiver, não posso trabalhar, o marido é exigente, como é que eu vou fazer".

"... Eu acho que sim, porque, como é que a gente pode deixar a casa, né?, eu acho que sim. Agora, eu acho que já devia existir um meio que a gente não precisasse de doméstica".

Vejamos, então, qual a quantidade de ajudantes ou substitutas domésticas contínuas contratadas (utilizadas) pelas donas de casa. Como se pode verificar no quadro abaixo, é relativamente alto o número de domésticas envolvidas nesse pequeno mercado, pois para 34 patroas que, no momento da pesquisa, dispunham dessa ajuda, existiam 55 empregadas domésticas dormindo no emprego, isto é, com presença contínua na casa dos

patrões<sup>166</sup>:

QUADRO 42

Número de Empregadas contínuas	Patroas	
	Nºs Abs.	%
1. Não tem, no momento	11	23
2. Tem somente uma	17	36
3. Tem duas	13 (26)	28
4. Tem três	4 (12)	9
Diarista	2	4
TOTAL	47	100

<sup>166</sup>No levantamento exploratório (1978) os resultados desta questão foram bastante semelhante: dentre as domésticas-estudantes 37% eram a única empregada da casa onde trabalhavam, 29% tinham uma companheira de trabalho e 18% tinham até duas colegas (o que significa três empregadas na mesma casa). O resultado total era o seguinte: em 144 famílias empregadoras existiam 255 empregadas. Veja-se o quadro abaixo:

Nº de empregadas em cada casa		
	Nºs. Ab.	%
1 empregada	54	37
2 empregadas	42	29
3 empregadas	26	18
4 empregadas	7	5
5 empregadas	1	1
6 empregadas	1	1
Sem respostas	13	9
TOTAL	144	100

Essas patroas, no entanto, para a realização das tarefas domésticas, contam ainda com participação de outros ajudantes, tais como faxineira(o), jardineiro, vigia e lavadeiras - diaristas ou mensalistas.

As lavadeiras, este tipo especial de empregadas domésticas, são, em geral, donas de casa também, que devido à situação de pobreza em que se encontram, em Fortaleza, se empenham quotidianamente numa busca dramática pela sobrevivência<sup>167</sup>, lavando e passando a ferro as roupas de uma ou várias famílias, por semana.

Essas donas de casa não podem esperar por "creches", "bons empregos", "permissão do marido" para sair de casa, em busca de um trabalho remunerado (como era o caso de algumas de nossas entrevistadas). Elas são obrigadas a deixar suas *crianças pequenas*, "sós", ou com a filha mais velha, (muitas vezes também uma criança ainda), famintas, doentes e enfim com toda sorte de carências - para, doentes ou sadias, lavar roupas, passar a ferro (e às vezes, fazer faxina) na casa dos "ricos", como elas dizem.

Algumas (62%) de nossas entrevistadas declararam contratar também os serviços de lavadeiras, que em 83% dos casos, recebiam, como remuneração, uma diária de até Cr\$ 80,00,

---

<sup>167</sup>Muitas dessas donas de casa perdem seus filhos (geralmente, numerosos) prematuramente, devido às suas condições de vida. Como já comentamos neste trabalho, Fortaleza é uma das regiões metropolitanas com índices escandalosos de mortalidade infantil (vide p. 91).

conforme se pode deduzir do quadro abaixo:

QUADRO 43

Quanto você paga à sua lavadeira por dia?

Cr\$/dia	Nºs. Abs.	%
1. 40 - 60	9	31
2. 60 - 80	15	52
3. 80 - 125	2	7
4. Não declarado	3	10
TOTAL	29	100

Confirmando assim, pelos depoimentos de nossas entrevistadas, a dependência que donas de casa de classe dominante têm de outras mulheres (diversos tipos de auxiliares domésticas), procuraremos analisar, a seguir, algumas características da relação especial que se estabelece entre patroas e empregadas.

#### 4 - A DOMINAÇÃO E A SUBORDINAÇÃO NA RELAÇÃO PATROA-EMPREGADA

*"As mulheres disputam com, ou dominam outras mulheres quando se interessam por isso; elas dividem e trocam com as outras quando é para atingir seus próprios objetivos. A cooperação e o conflito entre as mulheres nas famílias ou nos grupos familiares não podem ser compreendidos sem uma referência à estrutura do poder doméstico, à posição feminina dentro deste e aos fatores que formam as relações entre a família e a sociedade mais ampla".<sup>168</sup>*

Algumas idéias sobre a distribuição do poder nas relações do homem com a mulher, na esfera familiar, e as vinculações estruturais deste sub-sistema com outras estruturas fundamentais da sociedade já foram ventiladas neste trabalho. Destacaram-se, por exemplo, idéias como a dependência estrutural entre capital e trabalho, entre classe dominante e classes dominadas, entre produção e reprodução, entre homens e mulheres. Conforme a análise de alguns estudos já realizados sobre este último tema, a subordinação das mulheres, na sociedade em geral, pareceu ter raízes na posição "especial" que elas ocupam na estrutura de relações familiares. De dependente do

---

<sup>168</sup> LAMPHERE, Louise - Estratégias, Cooperação e Conflito Entre as Mulheres em Grupos Domésticos, in: A MULHER, A CULTURA... op. cit., p. 138.

marido à dependência "emancipadora" (?) de substitutas domésticas<sup>169</sup>: essa é a situação de algumas donas de casa (ou quem sabe, da maioria das donas de casa de classe média e alta, particularmente daquelas de países capitalistas dependentes e "subdesenvolvidos" atualmente). A situação das substitutas domésticas - as empregadas domésticas - é diversa daquela: para se "emanciparem" da pobreza e da fome, devem trabalhar submetendo-se a um tipo especial de relação dominadora, em que a outra protagonista é também uma mulher - sua "senhora" e paradoxalmente sua "dependente" (?) - a dona de casa.

Analisaremos, neste tópico, algumas características desta relação social que habitualmente se estabelece no emprego doméstico remunerado, entre as empregadas domésticas e suas patroas.<sup>170</sup> Como já insinuamos no início deste estudo, esta relação poderia ser compreendida como uma relação de dominação-subordinação, em que pessoas de condição social desigual,

---

<sup>169</sup> Respondendo à pergunta - por que você acha que existem empregadas domésticas uma delas disse: "Eu acho que é porque elas não vivem sem a gente, elas querem trabalhar e querem uma pessoa prá trabalhar prá elas, mas eu penso que deviam não ter, não sei, é porque elas pensam que a gente vive com elas e vive à disposição delas, mas não! muito o contrário, elas precisam mais da gente do que a gente delas, porque elas não vivem sem nós de jeito nenhum, a senhora vê que quando elas estão sem ninguém para ajudar a elas, elas ficam doida procurando, e elas tem o maior medo, quando pegam uma pessoa boa que elas tenham confiança, de perder, elas tem medo, por isso que elas não vivem sem a gente e não podem ficar sem empregada doméstica e quase todo mundo trabalha hoje em dia, ninguém vive sem trabalhar."

<sup>170</sup> ZIRALDO. PASQUIM: ANO XI, nº 566, de 2-8/5/80. "Dúvida: Chamada para o programa da Malú na TV GLOBO: Malú; como toda mulher, tem seus problemas com a empregada". Poderia ser: "A empregada de Malú, como toda mulher, tem problemas com a patroa". Ou empregadas não chegam a ser mulheres?

se vinculam temporariamente (?) e proximamente, perseguindo objetivos diferentes.

Max Weber<sup>171</sup> considerava que a *dominação*, isto é, a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato, pode fundar-se em diversos motivos de submissão. Ele distinguiu "três tipos puros de dominação legítima": a dominação "legal", a "tradicional" e a "carismática".

Vejamos alguns caracteres que Weber destacou como constitutivos do tipo de dominação tradicional, que nos parece mais se aproximar do tipo de relação dominadora que procuramos compreender. A dominação tradicional se daria, para ele, em virtude da crença na santidade... "dos poderes senhoriais" de há muito existentes: o senhor ordena e os "súditos" obedecem; obedece-se à pessoa em virtude de sua dignidade própria, santificada pela tradição: por fidelidade; em princípio, considera-se impossível criar novo direito diante das normas e da tradição; a vontade do senhor somente se acha fixada pelos limites que em cada caso lhe põe o sentimento de equidade, quer dizer, de forma sumamente elástica. O tipo mais puro de dominação "tradicional" é o tipo patriarcal, que teria como exemplos a dominação do pai de família, do chefe da parentela ou do "soberano". "Efetivamente, a associação doméstica constitui uma célula reprodutora das relações tradicionais de domínio", diz Weber.

---

<sup>171</sup> COHN, Gabriel - MAX WEBER: SOCIOLOGIA, São Paulo, Ática, 1979, Item 4: Os três tipos puros de dominação legítima. pp. 128-141.

Nesta "célula reprodutora das relações tradicionais de domínio", o marido é o chefe da família (senhor fulano); a esposa, sua dependente, é a dona de casa<sup>172</sup> e a empregada doméstica é outra mulher que passa a participar, em condições especiais de subordinação, dessas relações de domínio, seja como agregada, seja como assalariada. De qualquer forma, no entanto, seu status é ambíguo e inferior.<sup>173</sup>

Abrindo um parêntese chamamos atenção para o caso das agregadas. A situação das agregadas é um pouco diferente da situação das outras empregadas - assalariadas - na medida em que são domésticas "disfarçadas" em afilhadas, "filhas de criação", "pessoa da família", que possivelmente gozam de maior prestígio do que as outras, mas dispõem de menos poder de decisão sobre suas próprias vidas. Estão nesse caso as inúmeras *meninas* ou *mocinhas* que são confiadas pelos pais aos patrões e as chamadas *empregadas antigas*, que possivelmente assim também começaram sua vida "profissional", ou mais precisamente, o processo de negação de suas vidas particulares. Seriam exem

---

<sup>172</sup> MONTEIRO, W.B. - CURSO DE DIREITO CIVIL. DIREITO DA FAMÍLIA, São Paulo, SARAIVA, 1979, p. 132: "A mulher, com o casamento, assume a condição de companheira, consorte e colaboradora do marido nos encargos de família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta (Cod. Civil, art. 240, com a redação dada pela Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, art. 50, nº 5).

<sup>173</sup> FRAISSE, Geneviève - FEMMES TOUTES MAINS - E'ssai sur le service domestique, Paris, Éditions du Seuil, 1979, p. 36: "a empregada doméstica(...) mulher, ela é destinada a dublar, como uma sombra sem pretensão, uma outra mulher no trabalho (a arrumação, a cozinha, a educação) simbolicamente valorizada talvez (diz-se que a mulher é o anjo do lar e a mãe educadora), mas concretamente e materialmente totalmente desprezada...

plos dessas últimas a "mãe-preta" ou "ama de leite" de outrora, e a "governanta" ou "secretária", mais recentemente. A empregada "antiga", que na lamentação de muitas patroas apareceu como um tipo em extinção, esteve presente na pesquisa em algumas idosas "encostadas", que as empregadoras não sabem muito bem o que fazer delas (sustentá-las até o fim da vida - "peça de museu", ou colocar em asilo de mendicidade...). Vejamos o que são "pessoas da família" ou "empregada antiga", para algumas donas de casa entrevistadas:

"... é uma pessoa que faz parte de nossa casa, né? Chora quando a gente chora, quando são boas, né? Ri quando a gente ri, tudo isso..."

"Ser da família é assim, porque a gente não considera como uma empregada doméstica. Assim quando a gente vai a um passeio, a gente leva... sabe como é, se eu compro uma coisa para mim, posso comprar até igual para ela... foi, bem dizer, quem criou minha menina..."

"Sou madrinha dela, ela me conta os problemas (...) ela não é isolada lá prá trás, ela conhece todo mundo da família, todo mundo da família gosta dela, os meninos vão fazer vestibular, ela fica torcendo para que eles passem, ela é como se fosse uma pessoa da gente..."

"... quando vêm da fazenda, elas vêm como se fossem bichinhos do mato. Elas não têm noção (?) do que seja limpeza, do que seja higiene. Então eu tenho que ensinar tuão. Eu tenho que ensinar como se usa um banheiro, como se usa um aparelho sanitário, eu tenho que mandar cortar o cabelo, mandar botar remédio nos piolhos (...) tenho que dar remédio pra (...) E como se fossem uma criança. Por isso é que eu me afeiço a elas. Tem uma que faz seis anos que tá aqui. A cozinheira foi criada por minha mãe. Chegou lá, com oito anos de idade, saiu para casar e ainda hoje trabalha pra gente..."

Fechando o parênteses, voltamos a nossa reflexão ante-

rior: sendo a casa o lugar onde se torna efetivo um certo domínio da mulher sobre a família, domínio este que decorre, em parte, de sua obrigação de realizar o trabalho doméstico, e, em princípio, sendo a casa uma esfera de domínio secundário do marido, as relações entre este e a empregada se caracterizam como relações indiretas, quer dizer, seus contatos com a doméstica são intermediados pela esposa. Reforça nossa afirmação o conteúdo expresso em alguns depoimentos, quando as patroas responderam sobre a existência de dificuldades entre marido, filhos e empregadas:

"Não, nunca tive, o meu marido e os meninos são de pouca conversa com elas..."

"Não, de jeito nenhum. Logo eu digo o seguinte: eles não devem reclamar nada pra elas, eles vem reclamar para mim. E também o meu marido não reclama nada dela, ele reclama pra mim e eu reclamo a elas. Eu acho que só uma pessoa deve mandar, várias não dá certo não."

"Não, as vezes quando ele manda dar uma ordem que ela não cumpre, ele me diz e aí normalmente eu chego pra ela. Ele nunca reclama assim como uma mulher poderia reclamar a empregada..."

"... As empregadas sempre saem lá de casa por causa da mamãe. E eu acho que ela tem razão por que geralmente o patrão é muito bom, né? As empregadas domésticas sempre não gostam das patroas. Exatamente porque os patrões não fazem o que eu faço. Elas gostam mais dos patrões do que das patroas. É porque os patrões não tem o relacionamento direto. Ela chega: bom dia, boa tarde, como vai, quando fala com elas, né?"

"Não, porque uma das coisas que eu digo logo, em bora que eu não queira de jeito nenhum que os meus filhos explorem(...) agora eu sempre digo a elas que elas têm que ser dedicadas com meus

*filhos, que eles são os donos da casa...*<sup>174</sup>

Faremos, então, certa abstração das relações da empregada com os outros membros da família - marido, filhos, etc - e nos centralizaremos na análise de alguns aspectos da relação daquela com a patroa, considerando implicitamente esta, - a dona de casa - como representativa de todo o grupo familiar, no que diz respeito ao poder efetivamente exercido ("poderes senhoriais", de Weber) nas relações de trabalho e às representações ideológicas que o justificam (dignidade própria dos senhores, que suscita obrigação fidelidade e obediência por parte dos súditos, conforme Weber também).

Vejamos a partir de que elementos podemos situar, nessa relação, a patroa - como o pólo representativo da dominação - encontrando-se, no outro pólo - a condição subordinada da empregada.

A forma de "contratação" de uma empregada para trabalhar, prestando serviços numa família, poderia ser considerada talvez como um primeiro elemento significativo de dominação. Não se estabelece aí um contrato formal, com definição

---

<sup>174</sup> Duas domésticas entrevistadas se referiram a maltratos sofridos dos filhos da casa:

"... tem uma duas (filhas) que as vezes querem "pisar" se a gente deixasse, parece que querem "pisar na "gente", mas a gente vai levando, se a gente não for com calma, não dá..."

"... ser empregada doméstica em outras casas (salvo a atual) é ruim, não gosto deste emprego, apanhamos dos filhos, não comemos da mesma comida, dormimos mal..."

de direitos e deveres de ambas as partes. Trata-se, neste caso, de um "acordo" verbal, feito quase sempre de forma unilateral, pois é formulado basicamente pela patroa, em que ela estabelece sobretudo os deveres da empregada (designação detalhada das tarefas requisitadas) e os preceitos e normas que definem o comportamento esperado e delimitam o que é permitido à empregada dentro e fora da casa.<sup>175</sup> Essas normas muitas vezes não são explicitadas no contato inicial, mas aparecem à medida que a doméstica comete, aos olhos da patroa, infrações ao "código".

Nesse contato inicial geralmente são enunciadas pela patroa também alguns direitos da empregada, tais como a remuneração e a "folga". Do nível de remuneração que habitualmente é *oferecida*<sup>176</sup> já tratamos em outro item.

Quanto à "folga" concedida, depende sempre das conveniências da família empregadora<sup>177</sup>. Das patroas de nossa pes-

---

<sup>175</sup> Assim se queixava uma doméstica entrevistada: "... eu arrumo um namorado, aí ela (a patroa) começa a botar defeito, diz que ele tem uma coisa feia, não sei o que, aí eu vou pela cabeça dela, aí, oh! (...) corta um pouco, porque se eu tiver uma amiga ou um namorado, ela quer conhecer, saber quem é o pai, de que família ele é..."

<sup>176</sup> Sobre o aumento do salário é frequente acontecer, como no caso desta doméstica: "Eu acho pouco o que eu ganho--- (Cr\$ 400,00)(...) eu nunca me acho com coragem não (de pedir aumento), porque são muito bons prá mim, aqui e acolá tão me agradando com um objetozinho de valor e eu tenho vergonha de chegar pra eles e dizer que ganho pouco aí depende da consciência deles, quando vem o salário ele vai e aumenta qualquer coisa."

<sup>177</sup> Depoimento de uma doméstica:

R - É. A folga é assim... no dia, às vezes que ela não vai pra algum canto, aí eu peço prá sair e ela... Mas, às vez, eu digo lá para casa, sabe?, que eu vou lá prá casa tal dia aí

quiza, somente 15% informaram conceder "folgas" semanais; 45% (!) dão "folgas" quizenais; 4%, apenas mensalmente; 13% concedem "folga" irregularmente; e 8% jamais (!) dão "folga". As respostas das domésticas entrevistadas confirmam essa situação, com percentuais semelhantes: 20% declararam ter "folga" semanalmente; 45%, cada quinze dias; 6%, mensalmente; 2%, em intervalos irregulares, enquanto 11% declararam nunca (!) ter "folga" (Nos dois grupos de entrevistadas os percentuais se completam com a situação de "diaristas" e de "não declarado")<sup>178</sup>

Como vimos, os dados empíricos revelam que predomina em Fortaleza o tipo de "folga" quinzenal, o que, a nosso ver, exprime mais uma vez o grau de dominação a que estão submetidas as empregadas; que elas devem aceitar as regras do jogo ditadas pelos empregadores, elas não ousam reivindicar o "re-pouso *semanal* remunerado" - um direito adquirido pelos demais trabalhadores brasileiros.

O tom impositivo revelado pela maioria das patroas no

---

<sup>177</sup> ... naquele dia ela quer que eu saia com ela, aí eu falo com ela e vou lá prá casa. Mas negócio de assim... tem esse sábado, tem esse domingo de folga, não. É assim, no dia que eu posso ir, e no dia que ela desejar eu vou. No dia que ela não quiser eu não vou. Não tem nada certo(...) às vezes eu tenho dito que vou lá prá casa, tenho arrumado as coisas, aí ela chega: "vai viajar comigo", aí pronto. A gente viaja sexta-feira e chega domingo de noite. Aí lá vai aquele bocado de amigo, aí a gente vai cozinhar - a meia-noite ficaram tudo bêbados nas praias. A gente só vai prá praias e quando é segunda-feira a gente tá morta de cansada.

<sup>178</sup> Este indicador de dominação tem ainda outra confirmação no levantamento exploratório já citado. Naquele caso (domésticas-estudantes), somente 4% têm "folgas" semanais; 31% as têm quinzenalmente; 20%, irregularmente ou mensalmente e enfim 13% não tem "folga" nenhuma(!)

momento da "contratação" é exemplificado por declarações como as seguintes:

"...Até hoje eu é que indico as minhas ordens. O que eu quero, elas fazem direitinho, não tenho problema com empregada... Tudo pra mim tem sido as mil maravilhas, tive sorte, tanta gente só, sem empregada, não é?"

"... Até agora não apareceu nenhuma que chegasse assim, limitando trabalho, não. Aí não me serve, se limitar, não me serve!..."

"... temos uma conversa onde eu digo como é o meu sistema e pergunto se ela aceita aquele sistema..."

"... Tem umas que impõe condição - eu quero isso, quero aquilo. Mas eu acho que as condições devem ser dadas mais pela dona de casa..."

"... eu digo: no primeiro mês você vai ganhar menos porque você vai aprender (...) é pra ela ter um estímulo (?) (...) sempre eu vou aumentando a proporção que vai aumentando o meu ordenado (...) elas sempre dizem: quanto é que eu vou ganhar? Elas falam: eu ganhava trezentos, quatrocentos na casa de dona fulana... Bem você vai ganhar por enquanto quinhentos (...) nunca empregada minha me pediu aumento, porque eu nunca humilhei-as, como as vezes acontece, forçá-las pra me pedir (...) eu vou dando de cinquenta em cinquenta, vou dando proporcional (...) eu não pago muito bem, mas pago razoável, porque elas estão satisfeitas..."<sup>179</sup>

Sobre o grau de "satisfação" das empregadas, com a sua situação, discutiremos mais adiante, neste trabalho.

Vejamos ainda como se consubstanciam as regras de dominação ou (exigências de comportamento subordinado) organizadas

<sup>179</sup> Patroa trabalhando em tempo integral, recebendo remuneração pessoal de Cr\$ 22.000,00, sendo a renda familiar declarada de aproximadamente Cr\$ 49.000,00 e "Contrata duas empregadas "contínuas" remunerando-as com Cr\$ 700,00 (cada uma). Sua lavadeira ganhava Cr\$ 70,00 por dia (Em 5/1/1979).

no que chamaremos de "código" patronal, que elaboramos a partir de respostas dadas pelas patroas a perguntas do tipo - como é a empregada que você prefere (?) e o que considera como uma "falta grave" no comportamento de uma empregada (?). No "código" abaixo apresentado daremos destaque àquelas regras ou "princípios" de conduta mais recorrentes (com maior número de adesões), manifestadas nas considerações das patroas:

1. Saber trabalhar e saber **bem** ("assim eu pagaria mais").
2. Saber ler e escrever ("seriam mais eficientes"... mais úteis).
3. Ser limpa e asseada, ter boa aparência ("bem parecidinha").
4. Ser calma, delicada e bem humorada ("não fazer lundum").
5. Ser humana, saber respeitar e ser amiga da gente ("pessoa da família").
6. Ser dedicada, cuidadosa e RESPONSÁVEL.
7. Ser fiel, leal e HONESTA ("de confiança").
8. Ser DÓCIL ("não ser atrevida", "malcriada", "respondona").
9. Ser humilde e DISCRETA ("não ser incherida", "reconhece o seu lugar"(!)).
10. Ser "direitas" ("para não se perder"...).
11. Ser caseiras ("não gostar de sair à noite"...)
12. Ser tímidas ("não fazer amizades com colegas, etc".)

Vejamos este depoimento exemplar:

*"...Tem que ser limpa, educada, saber atender um telefone, saber receber as pessoas, ser delicada, tem que ser uma pessoa amiga da casa, honesta e muito mais..."*

O "celeiro" da empregada ideal para muitas dessas pa-

troas é o interior (ou "sertão"), pois lá elas encontram as meninas ou mocinhas que têm mais possibilidade de satisfazer às exigências do "código" patronal, acima sistematizado:

"Bom, eu não gosto desse pessoal assim mais... eu gosto mais da nossa empregada do sertão... porque a empregada do sertão é mais maleável, uma pessoa mais honesta geralmente, também mais dedicada. Agora eu já tenho tido aqui aluna de 2º grau, daqui mesmo, mas não satisfaz..."

"... Eu prefiro as empregadinhas bobinhas do interior, que chega aqui, vem da fazenda, chega aqui eu ensino (...) e não essas empregadas que chegam aqui sabendo tudo (...) mas são muito independentes, malcriadas, não gosto de gente assim (...) (as do interior) são mais dóceis e mais amigas, principalmente essas minhas que eu trago da fazenda do meu pai, que já foram... geralmente os avós dela foram da fazenda do meu avô, foram do tempo de meu avô, os pais do tempo do meu pai e elas são do meu tempo; então elas são mesmo que parentas da gente, são como pessoas da família, trabalham e tudo, mas a gente trata de um modo diferente, não é como as vagabundas (?!) daqui de Fortaleza que saem a toda hora, toda noite, farra, esse negócio todo. As minhas empregadinhas saem, estudam - tem uma que está fazendo a sétima série. Mas sai direitinho, vai prá festa, eu sei com quem ela vai, tem namorado, mas namora na porta da minha casa. É como se fosse uma pessoa da minha família. Eu tenho horror à "mulher-ã-toa" (...) eu não contrato geralmente, não. Quando eu preciso de uma empregada eu vou na casa de meu pai, de meu sogro, nos meus tios mesmo, no sertão..."

" Prefiro um tipo que não existe mais: é a empregada humilde (...) como eu fui acostumada na casa de meus pais no interior... eu também já tive boas empregadas, mas, sempre assim... hoje elas são petulantes, rebeldes, tudo que a gente faz elas querem fazer também..."

Algumas considerações podem ainda ser feitas em torno das "regras" que foram mais categoricamente valorizadas pelas patroas, a saber: honestidade, docilidade, descrição e respon

sabilidade.

A questão da honestidade, por exemplo, foi mencionada por 85% das patroas, constituindo, sem dúvida nenhuma, a qualidade básica exigida das empregadas. Esta questão, a nosso ver, é muito delicada, pois, pela sua própria natureza, afeta profundamente as duas protagonistas envolvidas na relação doméstica. De um lado, a insegurança em que vivem os patrões possuindo coisas (bens) que a maioria da população não têm, nem mesmo as mais fundamentais, como alimento, roupas, etc. Por outro lado, as empregadas sabem que são alvo de receios dos patrões, quanto à "confiança" - 38% revelaram saber que as patroas consideram a honestidade como uma qualidade importante esperada delas. Levantamos a hipótese de que a insistência na honestidade das domésticas, por parte das patroas, ocorreria menos necessariamente por experiências de terem sido roubadas (como algumas de fato o foram<sup>180</sup>, mas pela suposição preconceituosa de que todos os pobres são ladrões (ou "marginais"), como é corrente se afirmar em certos meios. Isto, de certo modo foi insinuado nas palavras de uma patroa, que disse:

*"... para você ver como são as empregadas de ho*

---

<sup>180</sup> Uma patroa respondendo à questão - você teve algum problema desse tipo, que alguma empregada lhe roubasse(?), contou o seguinte: - Não, só comida, quando eu morava no sítio, uma empregada excelente, boazinha, mas "a ocasião faz o ladrão". Como na minha casa tudo é aberto na mão delas, e a família dela morava num sítio defronte, então ela mandava todo dia de sexta, lá de casa, queijo, tudo. Ela saiu porque meu marido deu entender pra ela, que estava notando, aí parece que ela ficou encabulada e saiu, mas ainda hoje eu tenho pena por que ela era tão limpa!

*je(...) elas são todas desse jeito, ninguém pode confiar, são umas ladras".*

O "código" patronal nesse item - honestidade - é rigoroso e como disse outra patroa, "... eu não admito que elas tirem nem um sabonete". A quase ninguém ocorre que as domésticas são superexploradas, ao receberem, em geral, remuneração tão baixa, por jornadas de trabalho excessivas, sem o tempo justo de repouso e/ou férias (das domésticas entrevistadas somente 40% informaram já ter gozado férias alguma vez) - praticamente impedidas de uma vida própria!

Isto não seria um "roubo" permanente praticado contra elas?

Veamos como algumas domésticas entrevistadas se queixaram da "vida" que levam:

*"Acho que empregada doméstica não aprende coisa nenhuma, coisa que não dá futuro mesmo. A gente morre de trabalhar, ganha aquele dinheiro, gastou pronto. Aí chega aquele outro mês, a gente recebe aquele dinheiro, gastou, acabou-se o dinheiro..." (Cr\$ 700,00)*

*"... elas (as colegas) dizem que é um emprego humilhado. Às vezes o patrão chega à meia noite, bêbedo, elas se levantam vão fazer as coisas... O homem sai, ela fica com a mulher até o marido chegar duas horas da madrugada. Outras ganham "mixaria" - Cr\$ 600,00, Cr\$ 200,00 ... só falta morrer de trabalhar. Lava, engoma, não tem quem goste, não. Todas se queixam. Pode ganhar um "milhão" e duzentos, dois "milhão" e o ganho nunca dá prá nada..."*

*"As dificuldades... Assim, porque tem casas que a gente não pode sair no horário certo que elas marcam... Outras querem que a gente trabalhe até 10hs da noite... Outras não querem que a gente saia na calçada prá conversar com ninguém. Não querem que a gente arranje amiga, prá não fazer fofoca... Eu gostaria de trabalhar num canto onde eu tivesse minha vida mais tran-*

quila... Eu tenho minha vida muito aperreada. Trabalho muito não tenho descanso... A noite quando vou dormir já tou morta de cansada de passar o dia todo nisso..."

"Eu acho muito importante porque "vez" a senhora mesma com essa pesquisa tá sabendo muitas coisas que a empregada passa, né? (...) porque tem muitas patroas que aproveita muito d'uma empregada... que trabalha de 6 às 10 da noite, né?(...) é umas que não tem consciência, ela aproveita bastante... até esgotar aquela empregada, não dá nem pra ela e nem pra outra (patroa)."

"... eu acho assim humilhação, trabalho demais, esse tipo assim de sofrimento, sabe? Sem ter direito de sair, sem ter direito de falar com ninguém. Eu conheço delas assim, né? Que a empregada não tem direito de falar com ninguém, não tem direito de sair, trabalha que nem burro e ganha pouco. E isso é uma humilhação, gente. Eu acho que todo mundo tem o direito de viver melhor, trabalhar menos..."

Outra qualidade exigida das empregadas é aquela que chamamos de docilidade; esta talvez fosse melhor designada, se chamássemos de sobrevivência. Vejamos, através de alguns depoimentos, o que 40% das patroas consideraram também uma falta grave no comportamento das empregadas:

"... é a gente falar e ela ficar respondendo. Eu acho isso a pior falta."

"("atrevida")... a gente reclama por uma coisa e ela diz "desaforos"..."

"("atrevimento")... é empregada muito atrevida, cheia de respostas, cheia de confusão umas com as outras... e chamam até "nome" às patroas, vivem falando..."

"... ser desaforada. Eu não aguento um desafio de uma empregada. Se gritar mais alto do que eu vai embora na hora."

"... Chamo atenção, digo que elas não precisam fazer assim ou então ensino a fazer de modo que se elas continuarem fazendo errado, eu vou

falar realmente abusada e uma coisa que eu não tolero é malcriação."<sup>181</sup>

À palavra "atrevimento" e também "desaforo" escondem outra pressuposição que podemos inferir desse discurso patro-  
nal: dado os "poderes senhoriais" (lembro Max Weber), exige-se obediência peremptória das "servas", que não deveriam se "atrever" a contestar às "senhoras", mesmo tendo razões suficientes para essa contestação, como muitas vezes ocorre nestes casos (patroas-empregadas). Devido à convicção de "superioridade" (e, portanto, presunção de poder), espera-se dos "inferiores" dependentes - obediência, lealdade, "fidelidade", em suma, *subserviência*. As desigualdades sociais favorecem o desenvolvimento de uma "lógica" da dominação nos detentores de poder econômico, por menor que ele seja. Essa lógica da dominação vigora por exemplo, muitas vezes, nas relações quase sempre autoritárias entre marido e mulher, entre pais e filhos e entre patroas e empregadas. Neste caso, quer dizer, entre patroas e empregadas, a justificativa evidente da dominação é a *situação de classe* desigual das duas mulheres (ou mais precisamente, situação de classe dos seus respectivos homens-marido, no caso da patroa e pai, no caso das empre-

---

<sup>181</sup> Vejamos um depoimento desta "doméstica" a esse respeito:

"... A principal (dificuldade) é a pessoa não ter direito a nada assim, você tem direito só aquele seu trabalho, não tem direito a nada, você não tem direito de falar em voz mais alta na hora de seus direitos, porque as vezes a gente vê que tá na razão da gente, mas não pode falar nada..."

gadas),<sup>182</sup> mas situação de classe esta diretamente confrontada pela proximidade incômoda que esta relação promove.

Esta proximidade de pessoas tão desiguais, que se necessitam<sup>183</sup> sem se quererem ("mal necessário"), acarreta inúmeras ambiguidades que tornam esta relação bastante difícil e intrinsecamente violenta. Dificuldades subjetivas, decorrem da própria situação: as patroas, por exemplo, temem os riscos "inerentes" à proximidade com pessoas "diferentes" e, quem sabe, "perigosas" (pensam); precisam delas no espaço mais íntimo da casa, mas temem a invasão da intimidade de suas vidas; delegam quase todas as responsabilidades, como se as empregadas fossem as donas da casa, mas se aborrecem quando "elas querem mandar"<sup>184</sup>; dispensam um tratamento cordial (as que assim o fazem), mas duvidam "se não deviam ser mais duras, como as outras, para serem mais bem sucedidas" nesta re-

---

<sup>182</sup> Conforme DELPHY, C. - op. cit.

<sup>183</sup> Depoimento de uma patroa: "Eu tinha uma empregada que dizia que era minha irmã, porque era bem "parécidinha" e eu não gostava, mas não podia dizer nada porque eu precisava dela."

<sup>184</sup> Respondendo à questão - você notou modificação no comportamento das empregadas que demoraram mais tempo em sua casa(?) - algumas patroas: (28%) se referiram que elas querem mandar ("mais donas, mais mandonas"): "quando chegam elas são ainda tímidas, querem agradar muito a gente e depois isso vai passando(...) é pessoa assim na condição de humildade, de subserviência, já passam a ser pessoas assim mais confiantes e mais confiadas... ela vai sendo mais dona, isso é uma tendência normal pra toda dona de casa que trabalha fora. Ela se familiariza tanto com o ambiente familiar que passa a ser a dona, então aquilo no sub-consciente dela, ela é dona mesmo. Então, quando a dona de casa chega eu acho que a tendência é agredir, porque ela deixou de ser dona pra ceder pra uma pessoa que eventualmente(?) está em casa..."

lação ("tese" muito difundida).<sup>185</sup> E como ficam as empregadas nisso tudo? Discutiremos isso um pouco adiante neste estudo.

A partir dessa situação ambígua, tensa, as patroas montam suas "defesas" (que muitas vezes se transformam em agressões<sup>186</sup>). Por isso é preciso delimitar "espaços" (físico e social), é preciso marcar as diferenças, é preciso que "cada um reconheça o seu lugar." Daí a valorização também da humildade e da discrição, entre as qualidades esperadas numa empre-

---

<sup>185</sup> A consciência ambígua de patroas que se mostram mais "igualitaristas" aparece muito bem representada neste depoimento:

"... eu acho o fim, eu acho assim o pior emprego! Eu não queria ser empregada doméstica(...) vive em função do patrão...Embora atualmente elas já estão se conscientizando disso, mesmo porque elas já não estão mais querendo. É a maior dificuldade a gente achar uma empregada... eu vivo sem empregada. Por isso às vezes eu fico pensando se sou mesmo uma patroa boa ou se as empregadas não gostam mesmo é do "duro". Sabe, daquela patroa que faz mesmo por onde elas ficarem lá no seu cantinho de empregada doméstica(?!)(...) ela (a empregada) não fica servindo de capacho, porque eu tenho horror! O meu problema com empregada é esse, a gente falar e elas não dizem nada, não se defenderem, isso me faz um mal terrível! (...) eu evito brigar, reclamar, eu evito muitas vezes ser assim mais íntima (...) porque elas ficam num papel tão humilhante que eu me sinto mal..."

<sup>186</sup> A esse respeito, vejamos o depoimento de uma patroa e de duas domésticas:

"Eu sou muito liberal (...) porque a gente conversa muito com as mulheres de médicos, com as vizinhas e a gente ouve, observa muito... Eu já tive pelo menos uma vizinha que batia nas empregadas(...) eu tenho uma colega minha, ela diz que dá de cabo de vassoura na empregada dela... e essas pessoas não saem da casa, eu observo isso. Ora, aqui mesmo tinha uma menina, essa minha vizinha batia nela, botava até a mala com as coisinhas dela para fora... E essa outra minha colega, também ela tem uma empregada que está com ela há uns vinte anos... ela me fala que não tem nenhum problema, quando eu chego elas estão brigando, ela com um cabo de vassoura. Ela me diz: eu não quero nem saber onde bato..."

gada. Ou então, é preciso cooptar, para fazer de conta que se eliminam as diferenças ("como se fosse da família"). Vejamos o que falaram algumas patroas:

"... Não é que eu seja besta, mas não existe coisa pior do que você estar com visitas e chegar a empregada toda "inxerida"..."

"... e se meter nas conversas assim da gente, não porque esteja num nível inferior não, é simplesmente porque a pessoa está na sua casa (...) começa a se intrometer na sua vida particular, nos seus problemas, nas suas conversas, né? Eu acho que deve haver, mesmo que não haja uma distância em termos de porque você é a patroa e ela é a empregada, mas porque simplesmente, você não vai querer que entre na sua vida íntima..."

"... Muita coisa eu não concordo, não. Agora é o tipo da coisa, a gente tem que ter cuidado, porque é o tipo da coisa, também a empregada doméstica, ela, eu dou toda liberdade a ela, ela todo dia abre a porta do meu quarto, eu dormindo, aí entra duma vez... Não bate, nem nada, sabe? Tem que ensinar tudo, eu tenho que ser chata e dizer: "Oh! você não pode entrar no meu quarto quando eu estiver dormindo. Porque se não, se eu... Elas não "sacam" não, e vão entrando, porque acham que podem entrar em todo lugar, aí vai... Outro dia eu acordei com ela de lado da minha cama."

"A primeira dificuldade que eu acho, é que eu sinto, normalmente que elas têm um Q.I. muito baixo. E dificilmente um diálogo, num bom ní-

---

186... "... a cara aborrecida com a gente... também eu não gostava deles não. Eles gostam de se desfazer da gente só trabalha como escrava - com chicote eu não gosto disso, não. Mandava os marido bater na gente... Aí sabe duma coisa: patroa, eu vou me embora. Eu sei que se eu fosse prá casa, eu não passava fome nem nada, dava muito bem... é que a gente não se acostuma mais, interior sabe como é..."

"...(saí de lá) porque depois ela começou a "ju diar" comigo(...) ela puxava muito meu cabelo (...) ela batia e eu era boba..."

vel... elas fazem questão que a gente a trate como empregada. É difícil você manter um nível pessoa-pessoa. Quando você faz isso, elas confundem totalmente as coisas e "passam a mão..." não lhe tratam mais com respeito, fica totalmente um ambiente de desrespeito(...) Elas confundem muito. Eu acho que elas devem ser tratadas de uma maneira, elas não entendem e começam a entrar de mais. E aí eu sou obrigada a voltar atrás..."

"...Não discuto com pessoas de nível inferior (...) elas quando estudam, quando chegam a um nível melhor de instrução, elas vão se achando importantes, elas não têm capacidade de conciliar o emprego doméstico e o estudo, elas passam a achar que é humilhante o trabalho que fazem(...) A minha empregada é como se fosse uma pessoa da família, eu sou muito humana, trato como pessoa humana que ela é, ela é gente, merece ser bem tratada (...) A empregada que eu mais gostei foi a "fulana", esta sim sabia reconhecer o lugar dela; a gente estava na sala assistindo televisão, ela não vinha ficar no meio da gente, ficava sempre mais atrás, era preciso a gente chamar, vem fulana, vem assistir televisão (...) morou muitos anos aqui, mas não abria a geladeira pra tirar uma coisa e comer sem pedir permissão, não é que eu queira isso, mas ela é o tipo da pessoa que reconhece o lugar dela, não entrava por dentro de casa quando eu estava com visitas, ela entrava por fora."

Como podemos verificar pelos depoimentos que vimos apresentando, há, nas representações ideológicas das patroas sobre o lugar social das empregadas domésticas, uma forte presença de posições preconceituosas, que justificam atitudes discriminatórias para com essas. Poderíamos seguramente afirmar que predominou, neste conjunto de patroas, a idéia do lugar social da empregada doméstica como devendo ser um lugar

*inferior na sociedade.*<sup>187</sup> Arriscaríamos afirmar - pelo exame do conteúdo de suas respostas - que aproximadamente 70% dessas patroas revelaram, de alguma forma, posições ideológicas "classistas"<sup>188</sup>, quer dizer, posições de certo modo justificadoras da "inferioridade" dos "pobres" diante da "superioridade" dos "ricos". Vejamos ainda mais algumas expressões que essas patroas usaram nas entrevistas:

*"...elas não tem aspirações(...) elas se acham com certos direitos..."*

*"...para elas o emprego doméstico é bom..."*

---

<sup>187</sup> Queixou-se dessa inferiorização que se faz delas, uma doméstica-estudante no "levantamento exploratório" (1978): "ótima (esta pesquisa) porque nela eu disse tudo e fico certa de não ter exagerado em nada. E eu fico muito grata por ainda existir quem se interessasse por nossa obrigação, onde há tantas e tantas que acham que a doméstica só tem capacidade de ficar numa cozinha e participar dos lugares mais baixos que podem existir."

<sup>188</sup> Roland CORBISIER, prefaciando o livro de Albert MEMMI - RETRATO DO COLONIZADO PRECEDIDO PELO RETRATO DO COLONIZADOR, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, define o que entende por "racismo": consiste "em converter em "natureza" o que é apenas "cultural", ou com outras palavras, em converter o fato social em objeto metafísico, em "essência" intemporal. Para justificar, para legitimar o domínio e a espoliação, o colonizador precisa estabelecer que o colonizado é por "natureza" ou "essência", incapaz, preguiçoso, indolente, ingrato, desleal, desonesto em suma, inferior." O próprio MEMMI neste livro também (p.69) diz que "a análise da atitude racista revela três elementos importantes: 1º) Descobrir e por em evidência as diferenças entre colonizador e colonizado; 2º) Valorizar essas diferenças, em proveito do colonizador e em detrimento do colonizado; 3º) Levar essas diferenças ao absoluto, afirmando que são definitivas e agindo a fim de que se tornem tais." E, em outro livro seu - L'HOMME DOMINÉ, op. cit., p. 201 e 203 - este autor afirma que..."o racismo não está sempre em relação direta com a raça"... e "... mesmo simplesmente o homem de uma outra classe" pode suscitar atitudes racistas. Considerando as demarches racistas um mecanismo geral - variado, complexo e muito corrente, Memmi propõe o conceito de etnofobia, de que o racismo seria uma variedade.

"... desde solteira que eu tinha vontade de fazer destas pessas gente..."

"... esse povo do interior..."

"... esse povo... não dou valor à empregada, é a pior coisa do mundo"

"... elas<sup>189</sup> são necessárias, mas são as piores inimigas..."

"... é uma peça fundamental na família..."

"... nós temos que receber a escória do que sobrou das fábricas..."

"... ela precisa produzir e estudar e ser gente mais adiante... gente que eu digo é porque elas têm um complexo danado..."

"... esse pessoal não quer trabalhar (...) não me misturo..."

"... elas nunca agradecem à gente..."

"...elas acham que tudo é igual aos outros..."

"... filha da gente, tida como família... quer dizer..."

"...nós tratamos como gentz..."

"... eu não considero nem como uma empregada não, porque ela tem toda liberdade..."

"... empregada fiel é uma verdadeira dona..."

"... na casa da gente elas tem tudo de graça e ainda tem uma família..."

"... elas assistem televisão, mas não na sala comigo..."

"... sou muito liberal, sou patroa "banana"..."

---

<sup>189</sup> MEMMI, Retrato do Colonizado... op. cit., p. 81, tratando da desumanização - afirma que "outro sinal da despersonalização do colonizado é o que se poderia chamar a marca do plural. O colonizado (em nosso caso, a dominada) jamais é caracterizado de maneira diferencial: só tem direito ao afogamento no coletivo anônimo: eles são isso... eles são todos iguais... etc."

Outras patroas, pelo contrário, se revelaram com uma postura ideológica "igualitarista" (cerca de 26%). Essas não se referem às empregadas como pessoas "essencialmente" diferentes, consideram as condições atuais das domésticas bastante injustas e encaram tranquilamente a possibilidade de mudanças ou extinção do emprego doméstico. Pode-se distinguir ainda o que chamaríamos de postura "paternalista", que procura minorar as condições difíceis das domésticas, modificando algumas regras do código patronal. Diríamos ainda que essas patroas consideram que o único problema do emprego doméstico é existirem maus patrões, entre os quais elas não se acham incluídas. Evidentemente a distinção das patroas, por sua postura ideológica, não pode ser entendida como uma divisão rígida, pois encontramos, de certo modo, numa mesma pessoa posturas diferentes combinadas ou justapostas: uma consciência social ambígua. Apareceram ainda, diluídas nessas posições, preocupações moralistas e também nitidamente racistas. Quanto a este último ponto duas patroas foram bem mais explícitas que outras:

*"(Prefiro empregada) branca; na casa da praia eu não faço questão, a "moradora" é morena..."<sup>190</sup>*

*"... eu gosto de procurar sempre a morena... pra distinguir. Eu acho que a empregada não deve ter a pele igual a... porque às vezes a gente confunde, chega uma pessoa, não sabe quem é a empregada nem quem é a dona da casa..."<sup>191</sup>*

---

<sup>190</sup>Patroa de alta renda familiar declarada (cerca de sessenta salários mínimos regionais).

<sup>191</sup>Dona-de-casa de baixa renda familiar - inferior a cinco salários mínimos.

Tendo examinado alguns pressupostos que revelam as condições da dominação - pressupostos ideológicos e formas de atuação das patroas - nos resta agora examinar sumariamente<sup>192</sup> mais alguns aspectos da situação de subordinação das empregadas domésticas.

Mais uma vez, a título de especulação, arriscaríamos elaborar uma tipologia, desta vez distinguindo diferentes posturas psico-sociológicas nas formas de posicionamento das "domésticas", face à situação de subordinação a que estão submetidas.

Observemos primeiramente, no quadro abaixo, como as em

QUADRO 44

Pretende continuar como empregada doméstica	Nºs Abs.	%
1. SIM	5	9
2. SIM, É O JEITO	9	17
3. NÃO SEI	4	8
4. NÃO	26	49
5. NÃO DECLARADO	9	17
Total	53	100

<sup>192</sup>Ao longo deste trabalho, e principalmente neste item, temos apresentado várias indicações dessa condição de subordinação. Haveria muito que explorar e comentar ainda, a esse respeito, no material coletado das entrevistas das empregadas. Mas as circunstâncias em que estamos concluindo este estudo inviabilizam seu aprofundamento.

pregadas domésticas encaram seu futuro:<sup>193</sup>

Examinando os resultados acima e confrontando com as respostas que as empregadas deram a outras questões (por exemplo, se gosta do emprego e o que acha pior nele, dificuldades encontradas, etc) teríamos os seguintes tipos: a) empregadas "conformadas" com a situação; b) empregadas "indecisas" e c) empregadas "inconformadas". Entre as "conformadas", poderíamos distinguir: as que chamaríamos de "agradecidas" - aquelas que não se acham merecedoras de nada e se mostram reconhecidas por qualquer atenção que se lhes faça (como tivessem assimilado o desprezo que outros têm por sua categoria social); as "assimiladas" - que assumiram a identidade social atribuída pelos patrões ("são da família" - dizem - e elas repetem: "sou da família"); "desesperançadas" - são as que dizem que continuarão no emprego doméstico - "porque é o jeito", "(...) devido à idade" ou "porque tem cabeça rude", para conseguir algo diferente.

Esses três sub-tipos efetivamente não vêem alternativas para sua condição atual, que muitas vezes é (ou lhes parece) menos má que sua situação de origem.

Há as que se mostram *ambíguas* ou "indecisas", quanto à permanência neste tipo de emprego, de que não gostam mas em que descobrem alguma vantagem (como o alojamento) que outros

---

<sup>193</sup>As 144 domésticas-estudantes do "levantamento exploratório" deram as seguintes respostas a pergunta semelhante (intenção de continuar nesse tipo de emprego): SIM - 8%; NÃO - 70%; NÃO SABE - 11% e 0 5% deixaram de responder.

trabalhos não oferecem.

O tipo das "inconformadas" apresenta uma grande variação de "estado de ânimo", desde as *descontentes*, mas esperanças de mudar de ocupação e que lutam por isso (estudando, por exemplo) até as francamente *revoltadas* e que sofrem com o "estigma" social da condição: "eu detesto o nome de doméstica" - foi repetido por muitas das empregadas entrevistadas.

Exemplo eloquente de revolta acumulada encontramos no depoimento que reproduzimos, parcialmente, de uma ex-doméstica<sup>194</sup>, que respondeu a nosso questionário do "levantamento exploratório" citado. Ela trabalhou só um ano nessa ocupação, que deixou - "porque não aguentava a escravidão e a fome e os

---

<sup>194</sup> Consideramos também digna de registro esta carta de uma ex-doméstica, dirigida à redatora de uma revista feminina: EMPREGADAS DOMESTICAS - Fiquei maravilhada com o artigo "Conversa Cricri" (Recado Confidencial, NOVA nº 46). É a primeira vez que vejo alguém falar dos problemas das empregadas domésticas de maneira clara, sem aquelas desculpas que já conhecemos ("Elas comem e moram de graça"...). Nós somos seres humanos como as patroas, precisamos de respeito, precisamos ser tratadas como gente. As mulheres de classe média no Brasil estão reclamando por seus direitos de mulheres e seres humanos, mas elas são as primeiras a não respeitar a mulher que trabalha na casa delas. Comecei a trabalhar com 8 anos e nunca pensei que o pesadelo ia terminar. No meu quartinho cheio de detergentes, vassouras, etc., eu sonhava em ter um dia um trabalho decente e, ao terminá-lo, poderia ir para a minha casa, fazer o jantar do meu preto, e domingo poder ir ao cinema ou a uma praia, sem precisar sentir vergonha da minha profissão. Poxa, gente, isso aconteceu e está acontecendo! Hoje sou faxineira nas horas vagas, estudo e cuido do meu gringo. Não sinto vergonha de dizer que sou faxineira. Meu marido é culto e também não sente vergonha de mim. Deixei de ser o bode expiatório, a hóspede incômoda e necessária. Sou uma mulher que trabalha para ter um dinheirinho a mais. Não tenho mais o grito do samba, o batuque e a glória da avenida, mas também não tenho mais a madame. Só sinto pelas outras empregadas domésticas, que não sabem o que é a liberdade.

Regina Martins Pippins

Woolbridge, Virginia, EUA.

maltratos". A seguir suas respostas a algumas de nossas questões:

- Como aprendeu o serviço doméstico?

"Sendo besta para os outros, poupando a preguiça das filhas de papaizinho".

- Com quem?

"Com umas preguiçosas".

- Se você não fizesse o serviço, o que lhe acontecia?

"Elas me mordiam..."

- Se você reclama, o que lhe acontece?

"Ave Maria, matam a gente".

- Você acha que uma dona de casa deve trabalhar fora?

"Não, porque ela mesma deve cuidar das coisas dela, pois só quem sabe arrumar as coisas da gente é a gente mesmo".

- Se sua patroa trabalha fora, o que você acha disso?

"Achava ela muito nojenta, quando ela chegava queria despejar os problemas dela nas nossas costas".

- Sua comida era a mesma dos donos da casa?

"Não, elas comiam as galinhas e nós os pés".

- Você está satisfeita com seu quarto?

"Meu quarto era fora de casa (no quintal), junto aos cachorros..."

- Sua patroa dá valor ao seu trabalho?

"Nada. Porque quem tem besta não compra cavalo".

- E seu patrão, dá valor?

"Nada. A custa dos bestas é que os sabidos vivem".

## 5 - CONCLUSÕES

As condições de extrema pobreza e subordinação social e política, em que vive a maioria do povo brasileiro, asseguram em parte a persistência do emprego doméstico em nossa realidade, pois existe um enorme contingente de mulheres precisando trabalhar fora de casa, para suprir suas necessidades estritas de sobrevivência.

Essas mulheres, face ao mercado de trabalho capitalista - que não tem sido capaz de oferecer empregos em volume e ritmo compatíveis com o crescimento populacional e o processo de urbanização - e dadas suas condições de desqualificação profissional, só encontram ocupação remunerada trabalhando nas "casas de família". Aí vão ajudar ou substituir integralmente as donas de casa que lhes repassam suas *obrigações*.

As patroas de nossa pesquisa - donas de casa de classe média, em Fortaleza - não parecem questionar o modelo de sociedade em que vivemos e muito menos o lugar masculino e feminino dentro dela. É mais fácil transferir o seu problema - trabalho doméstico desvalorizado, associado a aprisionamento dentro de casa e conseqüente alienação da produção e da política (participação no movimento da "cidade") - para outras mulheres ainda mais excluídas do que elas da vida social.

O exame dos depoimentos colhidos das donas de casa e

empregadas, em nossa pesquisa, revelaram elementos ideológicos que seriam justificadores da relação de *dominação*, existente no emprego doméstico, e traduzida em várias formas de exploração e discriminação social, gerando variadas posturas e estados de ânimo, da parte das empregadas, nas suas vivências da *condição subordinada*.

## ANEXO I

## ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS PATROAS

DATA

--	--	--

ENTREVISTA

--

## QUESTÃO CONDICIONADORA DA ENTREVISTA

1. Você (sra) tem empregada doméstica?

SIM

NÃO, no momento

ENTREVISTAR

Não tem porque não pode, se pudesse teria

Não tem porque não quer (por que?)

Não tem porque não quer mais (por que?)

NÃO  
ENTREVISTAR

2. Você (sra) trabalha fora ou trabalha para fora?

NÃO por que?

SIM

. qual o seu trabalho?

. toma quantas horas por dia?

. por que você (sra.) trabalha?

. gosta do trabalho?

3. Você (sra.) estuda? por que faz esse curso

SIM

NÃO

trabalha fora

trabalha para fora

estuda

4. Você (sra.) acha que uma dona de casa deve trabalhar fora.

SIM

NÃO

ÀS VEZES

DEPENDE

NÃO SEI

SEM RESPOSTA

POR QUE?

TRABALHO / ESTUDO  
PATROAS

5. O que você (sra.) acha que impede uma dona de casa trabalhar fora?

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Nada                    | <input type="checkbox"/> falta de creche   |
| <input type="checkbox"/> O dever de dona de casa | <input type="checkbox"/> opinião do marido |
| <input type="checkbox"/> Falta de empregada      | <input type="checkbox"/> opinião pública   |
| <input type="checkbox"/> Cuidados com os filhos  | <input type="checkbox"/> outros...         |

QUESTÃO  
TRANSIÇÃO

6. para você (sra.) é importante ter uma empregada doméstica? Por que ?

7. Como é a emprega que você prefere? por que?

8. Quantas empregadas você (sra.) tem agora?  
paga quanto a cada uma?

Cr\$

- |   |   |     |
|---|---|-----|
| <input type="checkbox"/> cozinheira         | <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> | ,00 |
| <input type="checkbox"/> copeira            | <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> | ,00 |
| <input type="checkbox"/> arrumadeira        | <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> | ,00 |
| <input type="checkbox"/> babá               | <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> | ,00 |
| <input type="checkbox"/> enfermeira         | <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> | ,00 |
| <input type="checkbox"/> menina-ajudante    | <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> | ,00 |
| <input type="checkbox"/> governanta         | <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> | ,00 |
| <input type="checkbox"/> lavadeira          | <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> | ,00 |
| <input type="checkbox"/> jardineiro(a)      | <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> | ,00 |
| <input type="checkbox"/> nenhuma no momento |   |     |

9. Além dos empregados, quantas pessoas moram na casa?

PATROAS / DOMÉSTICAS

10. Você (sra.) faz algum trabalho doméstico em sua casa? qual?

 sempre

 às vezes

 nunca

faz o serviço doméstico:

total

parcial

não faz serviço doméstico

11. Além de você (sra.) algum outro membro da família participa do serviço caseiro?

o que fazem?

filhos

mãe

filhas

sogra

marido

outro

12. Os homens da família fazem algum trabalho doméstico?

 sempre

 às vezes

 nunca

SERVIÇOS DOMÉSTICOS  
PARTICIPÇÃO

13. Você (sra.) acha que os homens devem participar dos trabalhos domésticos?

. por que?

. porque chamam alguns homens de "barriga branca?"

IDEOLOGIA/  
TRABALHO/HOMEM

14. Como costuma arranjar empregadas domésticas?

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> amigas            | <input type="checkbox"/> na porta            |
| <input type="checkbox"/> outras empregadas | <input type="checkbox"/> no interior         |
| <input type="checkbox"/> agências          | <input type="checkbox"/> na fazenda          |
| <input type="checkbox"/> anúncio jornais   | <input type="checkbox"/> em escolas noturnas |
|  | <input type="checkbox"/> outras formas       |

15. Que fatores você (sra.) observa na escolha da empregada que vai encontrar?

- |                                       |   |
|---------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> estado civil | <input type="checkbox"/> instrução      |
| <input type="checkbox"/> idade        | <input type="checkbox"/> experiência    |
| <input type="checkbox"/> saúde        | <input type="checkbox"/> aparência      |
| <input type="checkbox"/> cor          | <input type="checkbox"/> procedência    |
| <input type="checkbox"/> inteligência | <input type="checkbox"/> outros fatores |

16. Você (sra.) costuma procurar informações (referência a respeito da empregada que vai contratar?

. por que?

17. Quando arranja uma empregada doméstica, quais são as condições que as empregadas costumam estabelecer quando se empregam?

- | P                        | E                        |                     | P                        | E                        |                       |
|--------------------------|--------------------------|---------------------|--------------------------|--------------------------|-----------------------|
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | tipo de serviço     | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | INPS                  |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | horário de trabalho | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | Carteira Profissional |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | dias de folga       | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 13º Salário           |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | remuneração         | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | férias                |

<p>18. Quem dá as ordens com relação aos serviços de casa?</p> <p>19. Quais as dificuldades que você (sra.) costuma ter com as empregadas?</p> <p>20. Como você (sra.) reage quando não gosta do que a empregada faz?</p> <p>21. O que você (sra.) considera uma falta grave no comportamento de uma empregada?</p>	QUOTIDIANAS / IDEOLOGIA RELAÇÕES SOCIAIS
<p>22. Por que sua última empregada deixou de trabalhar aqui?</p>	RAZÕES / ROTATI- DADE
<p>23. Alguma empregada sua estuda? Isso lhe traz algum problema?</p> <p>24. Você (sra.) acha bom quando a empregada sabe ler? : por que?</p> <p>25. Você (sra.) prefere empregadas que estudam ou que não estudam?        . por que?</p>	ESTUDO DA EMPREGADA DOMÉSTICA
<p>26. Você notou modificações no comportamento das empregadas que demoram mais tempo em sua casa (mais de um ano)?        . quais</p>	MUDANÇAS DE ATITUDES

IMAGENS  
SOCIAIS

27. Que tipo de patroa você (sra.) acha que é?
28. O que você (sra.) acha que sua empregada pensa de você (sra.)?
29. O que você (sra.) pensa da profissão da empregada doméstica?
30. (OPTATIVA) há mais alguma coisa que você (sra.) gostaria de falar sobre o assunto?
31. Gostaria que você (sra.) nos desse mais alguns dados. Não nos interessa o nome, pois a pesquisa é anônima, impessoal.

sobre a patroa

sobre a empregada doméstica

idade

salário

religião

13º mês

estado civil

horas extras

grau de  
instrução

carteira  
assinada

lugar de  
nascimento

INPS

renda  
pessoal

folgas

renda  
familiar

férias

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

## ANEXO II

## ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA EMPREGADAS DOMÉSTICA

DATA

ENTREVISTA

1. Onde você nasceu?



2. Qual sua idade?

3. Qual seu estado civil?

SIM NÃO

4. Tem filhos vivos ?



4.1 Qual a idade deles?






4.2 Quem se ocupa deles?

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

## PARA AS MIGRANTES

5. Quando veio para Fortaleza?




5.1 Porque veio para Fortaleza?

 acompanhado pais  
e parentes

 para estudar

 para trabalhar

 para tratar-se  
de doença

 outros motivos

5.2 Com que veio?

 só

 agências

 pais

 parentes

 irmãs

 marido
5.3 Qual sua idade ao chegar aqui?  anos5.4 Você tinha estudado antes de vir para Fortaleza?  
por que deixou? Até que classe?

MIGRAÇÃO

<p>6. trabalho do pai; renda do pai.</p> <p style="text-align: center;">Cr\$</p> <p><input type="text"/> <input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/> ,00</p> <p>6.1 Trabalho da mãe; renda da mãe.</p> <p style="text-align: center;">Cr\$</p> <p><input type="text"/> <input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/><input type="text"/> ,00</p> <p>6.2 Números de irmãos: <input type="text"/></p>	SITUAÇÃO DOS PAIS
<p>7. O que você fazia em sua casa antes de vir trabalhar (em Fortaleza)?</p> <p>8. Quanto você começou a trabalhar ganhando dinheiro?</p>	PRIMEIROS TRABALHOS
<p>9. Onde foi o seu primeiro emprego como empregada doméstica? O que fazia, quanto ganhava, quanto tempo passou? Por que saiu?</p> <p>9.1 Onde foi seu segundo emprego como empregada doméstica? O que fazia, quanto ganhava, quanto tempo passou? Por que passou?</p> <p>10. Em quantas casas você já trabalhou?</p>	HISTÓRIA DE TRABALHO COMO DOMÉSTICA
<p>11. Você gosta do emprego doméstico? Por que?</p> <p>12. O que você acha <u>melhor</u> nesse emprego? O que acha <u>pior</u>?</p> <p>13. Por que você acha que existem empregadas domésticas? E você, por que trabalha como doméstica?</p> <p>14. O que seus pais pensam de você trabalhar no emprego doméstico?</p>	OPINIÃO SOBRE O EMPREGO DOMÉSTICO

15. Como você conseguiu este último emprego?

16. Quantas pessoas da família moram na casa onde você trabalha (aqui)?

17. Quantos empregados trabalham aqui? Quanto ganha?

Cr\$

<input type="checkbox"/>	cozinheira	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	,00
<input type="checkbox"/>	copeira	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	,00
<input type="checkbox"/>	arrumadeira	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	,00
<input type="checkbox"/>	babá	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	,00
<input type="checkbox"/>	enfermeira	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	,00
<input type="checkbox"/>	"menina-ajudante"	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	,00
<input type="checkbox"/>	governanta	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	,00
<input type="checkbox"/>	lavadeira	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	,00
<input type="checkbox"/>	'faz-tudo'	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	,00
<input type="checkbox"/>	motorista	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	,00
<input type="checkbox"/>	jardineiro	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	,00
<input type="checkbox"/>	faxineira	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	,00

EMPREGO ATUAL

18. Você está satisfeita com o que ganha? Quando não está o que faz?

19. Com que gasta seu dinheiro?

<input type="checkbox"/>	consigo mesma	<input type="checkbox"/>	com familiares
<input type="checkbox"/>	poupa dinheiro		

20. Qual seu serviço atual?

Qual seu horário de trabalho e de repouso?

Você tem folga? Quando?

Você já teve férias?

Você recebe 13º salário em dezembro?

Você tem carteira profissional assinada?

Você paga e usa INPS?

Você recebe pagamentos extraordinários?

CONDIÇÕES DE TRABALHO

<p>21. Sua patroa trabalha fora para fora, estuda? Ela faz algum trabalho doméstico? Descreva um dia de sua patroa.</p> <p><input type="checkbox"/> trabalha fora</p> <p><input type="checkbox"/> trabalha para fora</p> <p><input type="checkbox"/> estuda</p> <p><input type="checkbox"/> faz serviço doméstico</p> <p><input type="checkbox"/> não faz serviço doméstico</p> <p>22. Você acha que sua patroa precisa do seu trabalho?</p> <p>23. O que você acha que as patroas consideram mais importante numa doméstica?</p> <p>24. Como é a patroa que você gosta? Por que? Já teve alguma assim? Como é a patroa que você gosta? Já teve alguma assim?</p>	PATROAS
<p>25. O que você acha que aprendeu neste trabalho?</p>	APREN DIZA- GEM
<p>26. Quais as dificuldades que você tem tido como empregada doméstica nas casas onde trabalha?</p>	DIFICUL DADES
<p>27. Você gosta de trabalhar com outras domésticas? Tem tido alguma dificuldade com colegas de trabalho?</p>	COLEGAS
<p>28. Você gosta de trabalhar onde há crianças?</p>	

29. Você estuda? Para que estuda? O que os patrões acham de seu estudo?	ESTUDO
30. Como você se diverte? Você tem amigas? Tem namorado? Assiste televisão? Frequenta festas, missa, rezas?	LAZER
31. Você pretende continuar como empregada doméstica? Por que?	FUTURO